



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

José Janderson de Brito

**Sapateiros, Agricultores e Artesãos no Agreste Pernambucano:** o trabalho local  
até o fim do calçado de couro em Toritama-PE (1960-1990)

Campina Grande  
2025

José Janderson de Brito

**Sapateiros, Agricultores e Artesãos no Agreste Pernambucano: o trabalho local até o fim do calçado de couro em Toritama-PE (1960-1990)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História, cultura e cidade

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

Campina Grande

2025

B862s

Brito, José Janderson de.

Sapateiros, agricultores e artesãos no Agreste Pernambucano: o trabalho local até o fim do calçado de couro em Toritama-PE (1960-1990) / José Janderson de Brito – Campina Grande, 2025.

147 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha."

Referências.

1. História. 2. Trabalho local. 3. Mundo do trabalho. 4. Agreste pernambucano. 5. Toritama - PE. 6. Calçado de Couro. I. Aranha, Gervácio Batista. II. Título.

CDU 94(043)

José Janderson de Brito

**Sapateiros, Agricultores e Artesãos no Agreste Pernambucano: o trabalho local até o fim do calçado de couro em Toritama-PE (1960-1990)**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 26/03/2025 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof. Gervácio Batista Aranha, Dr.

Orientador

---

Prof. José Luciano de Queiroz Aires, Dr.

Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof. José Adilson Filho, Dr.

Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande, 2025.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 09h do dia 26 de março de 2025, na sala de videoconferência do Google Meet, organizada pelo Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) discente José Janderson de Brito, intitulada "Sapateiros no Agreste Pernambucano: uma historiografia do trabalho local até o fim do calçado de couro em Toritama-PE (1960-1990)". Após a apresentação, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores Gervácio Batista Aranha - Orientador(a), José Luciano de Queiroz Aires - Examinador(a) Interno(a) e José Adilson Filho - Examinador(a) Externo(a), realizou as arguições. Em seguida, reuniu-se para a deliberação e decidiu atribuir ao candidato o conceito "APROVADO". Assinam a presente ata, para os devidos efeitos legais, o Secretário do PPGH, Yaggo Fernando Xavier de Aquino, e a Coordenadora do PPGH, Michelly Pereira de Sousa Cordão.

**Parecer:** A banca, com base nas arguições dos dois examinadores, externo e interno, reconhece a importância do trabalho avaliado para a historiografia vinculada ao mundo do trabalho na cidade de Toritama - PE, chamando a atenção, de um lado, para determinados nexos estabelecidos com contextos históricos mais amplos e, do outro, para a originalidade no tratamento do tema. Ademais, os arguidores sugeriram a necessidade de determinados ajustes, os quais, devidamente anotados pelo interessado, devem ser entendidos como condição necessária para entrega definitiva do texto ao Programa, em conformidade com o prazo institucional para tal fim.

**Lista de Presença**

Orientador(a)	Gervácio Batista Aranha  Documento assinado digitalmente GERVACIO BATISTA ARANHA Data: 08/04/2025 13:47:12-0300 Verifique em: <a href="https://validar.jf.gov.br">https://validar.jf.gov.br</a>	PPGH/UFCG	
Examinador(a) Interno(a)	José Luciano de Queiroz Aires  Documento assinado digitalmente JOSE LUCIANO DE QUEIROZ AIRES Data: 08/04/2025 20:58:49-0300 Verifique em: <a href="https://validar.jf.gov.br">https://validar.jf.gov.br</a>	PPGH/UFCG	

---

Examinador(a) Externo(a)	José Adilson Filho  Documento assinado digitalmente JOSEADILSON FILHO Data: 10/04/2025 11:33:09-0300 Verifique em: <a href="https://validar.jf.gov.br">https://validar.jf.gov.br</a>	UEPB	
Secretário	Yaggo Fernando X. de Aquino  Documento assinado digitalmente YAGGO FERNANDO XAVIER DE AQUINO Data: 10/04/2025 13:20:28-0300 Verifique em: <a href="https://validar.jf.gov.br">https://validar.jf.gov.br</a>	PPGH/UFCG	
Coordenador(a)	Michelly Pereira de Sousa Cordão  Documento assinado digitalmente MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDAO Data: 10/04/2025 15:05:21-0300 Verifique em: <a href="https://validar.jf.gov.br">https://validar.jf.gov.br</a>	PPGH/UFCG	

## **DEDICATÓRIA**

A toda a classe trabalhadora de Toritama, na esperança de contribuir para uma consciência de classe.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes durante o processo de confecção desta pesquisa. Por isso, agradeço, com os meus sinceros sentimentos, a todas essas pessoas maravilhosas, que contribuíram, cada uma, com a parte que lhe coube.

Agradeço a minha esposa Hortênsia Gomes, por sua paciência e compreensão nos momentos de minha ausência, exigidos pela pesquisa, e por ser uma excelente companheira.

A minha mãe Joselma Batista, por sempre me incentivar, desde cedo, a praticar a leitura.

Ao meu pai, José Gilson de Brito e, ao meu avô, Manoel de Brito, pelo incentivo e por ajudarem nas passagens para Campina grande, para que eu pudesse assistir as aulas em um momento de extrema necessidade.

Ao professor Gervácio Batista Aranha, por ter paciência no processo de maturação, não só deste trabalho, mas também do meu desenvolvimento acadêmico, sempre apontando os melhores caminhos e trazendo sempre sua leveza característica em assuntos complexos.

Aos professores do PPGH-UFCG, que me ajudaram no meu desenvolvimento no programa, especialmente: Marinalva Vilar; Eduardo Knack; Luciano Mendonça de Lima, o nosso “mendonçinha”; ao professor José Adilson Filho, que contribuiu muito, não só durante esta pesquisa, mas também durante minha graduação; e ao professor Gustavo Silva “madruga”, que despertou em mim o interesse para a pesquisa acadêmica e apresentou a UFCG como forma de incentivo nessa caminhada historiográfica.

Durante esse processo, fiz vários amigos e amigas, que me ajudaram a entender a história e contribuíram com discussões e debates excelentes, em especial: Ismael Lacerda, por proporcionar debates e discussões excelentes no campo da historiografia e por me apresentar a UFCG como ambiente ímpar; Joelder Maia, por ser um colega de turma excepcional, em um momento de preparação e adaptação desse novo ciclo; além do camarada Clayton José, garanhuense da gema e mestre pelo programa e pela mesma linha 1, proporcionando debates e apresentando sempre textos impactantes, que contribuíram para minha formação pessoal e profissional; a vocês, desejo sucesso e muito obrigado.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para este trabalho, muito obrigado a vocês.

*[...] Cada época deve tentar sempre arrancar a tradição da esfera do conformismo que se prepara para dominá-la. [...] Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver aprendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer (Benjamin, 2016, p. 11-12).*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar o fenômeno do trabalho local, desempenhado em Toritama-PE, no período de 1960 a 1990. Além disso, refletir sobre aspectos, como: o comércio local, relações entre empregados e empregadores, modernização das técnicas utilizadas e os efeitos de tais aspectos na vida desses trabalhadores, bem como relacionar o trabalho nessa época com a historiografia regional e nacional. Para isso, utilizamos o materialismo histórico-dialético como suporte teórico-metodológico, bem como a utilização de fontes variadas como o jornal Diário de Pernambuco e a fonte oral como uma das fontes principais para esta pesquisa, além de fontes oficiais como a ata da câmara dos vereadores de Toritama e a sua Lei orgânica e cronistas locais. Vale dizer que, para fundamentar este estudo, lançamos mão de autores, como: Thompson, Hobsbawm, Badaró, Alberti, Sebe, Adilson Filho, Navarro entre outros.

**Palavras-chave:** Agreste pernambucano; Toritama; Trabalho local; Mundo do trabalho; Calçado de couro.

## ABSTRACT

This paper aims to problematize the phenomenon of local work performed in Toritama-PE, from 1960 to 1990. In addition, it aims to reflect on aspects such as: local commerce, relations between employees and employers, modernization of the techniques used and the effects of such aspects on the lives of these workers, as well as to relate the work at that time to regional and national historiography. To this end, we used historical-dialectical materialism as theoretical-methodological support, as well as the use of various sources such as the newspaper *Diário de Pernambuco* and the oral source as one of the main sources for this research, in addition to official sources such as the minutes of the city council of Toritama and its organic law and local chroniclers. It is worth mentioning that, to support this study, we used authors such as: Thompson, Hobsbawm, Badaró, Alberti, Sebe, Adilson Filho, Navarro among others.

**Keywords:** Agreste Pernambucano; Toritama; Local work; World of work; Leather footwear.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Toritama-PE .....	32
Figura 2 – Igreja de São João Batista .....	35
Figura 3 – Casa localizada no sítio Oncinhas, com datação na fachada .....	36
Figura 4 – Interior de uma casa em ruínas no sítio Oncinhas .....	37
Figura 5 – Ao fundo, a capela de “Nossa Senhora da Conceição” e a organização da Rua do Comércio .....	40
Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição .....	41
Figura 7 – Mapa do estado de Pernambuco .....	73
Figura 8 – Placa de construção da ponte sobre o Capibaribe.....	81
Figura 9 – Tenda .....	102
Figura 10 – Fôrma em que era moldado o couro .....	105
Figura 11 – Prensa térmica .....	106

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>APONTAMENTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA DO LOCAL .....</b>	<b>19</b>
2.1	CLIVAGENS ENTRE CRONISTAS E HISTORIADORES .....	24
2.2	ORGANIZAÇÃO PRÉ-MUNICIPAL DE TORITAMA.....	46
2.3	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TORITAMA.....	51
2.4	ESTRUTURAÇÃO URBANA DE UM NOVO MUNICÍPIO .....	57
<b>3</b>	<b>AGRICULTORES, ARTESÃOS E SAPATEIROS .....</b>	<b>67</b>
3.1	O TRABALHO COM A TERRA E O COMÉRCIO LOCAL .....	67
3.2	ARTESANATOS E OUTRAS PRODUÇÕES PARA COMPLEMENTO DE RENDA.....	77
3.3	UM SAPATEIRO REVOLUCIONÁRIO E A DITADURA DE 1964 .....	87
3.4	MARRETEIROS, SAPATEIROS E AVENTUREIROS DO AGRESTE .....	96
<b>4</b>	<b>O ÁPICE E O DECLÍNIO DOS SAPATOS DE COURO.....</b>	<b>104</b>
4.1	MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CALÇADO EM TORITAMA .....	104
4.2	O CORPO “DISCENTE” NA FABRICAÇÃO DO CALÇADO .....	111
4.3	A DECADÊNCIA DA PRODUÇÃO DE CALÇADO .....	125
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
	<b>FONTE ORAL .....</b>	<b>143</b>
	<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UFCG.....</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há diversos temas na produção historiográfica, que podem explicar a história de um local e as relações sociais que impulsionaram o desenvolvimento de uma determinada localidade, desde temas como a historiografia das cidades, que tentam problematizar os grandes centros urbanos, até uma historiografia mais específica, como os trabalhos que discorrem acerca de bairros centenários, ou a historiografia de festas e comemorações desses locais. Vale ressaltar que essas produções ganham mais força a partir dos anos de 1980, conforme indica Silva (2014).

Entretanto, existem outros campos da historiografia, que procuram explicar tais processos de urbanização e desenvolvimento humano, através de temas, como as formas trabalho, refletindo, assim, os conflitos entre as classes dominantes e as classes subalternas. Marx entende esse movimento dialético como o motor da história, levando ao desenvolvimento de novos processos de dominação, desenvolvimento de técnicas de produção e rompimento de tradições, por meio de mudanças sociais.

A historiografia do trabalho é o campo específico desta pesquisa. Nesse sentido, convém mencionar que tal estudo está situado no município de Toritama, o qual abarca uma área de 25, 704 km, no interior de Pernambuco, com apenas 36 quilômetros de distância do município de Caruaru – a cidade mais desenvolvida da região agreste – e a 170 km até a capital Recife. Além disso, Toritama está localizada mais precisamente na sub-região do agreste, região esta que possui características singulares, tanto no que diz respeito à natureza local, com biomas específicos, quanto às relações sociais, estabelecidas por homens e mulheres dessa região em convívio com tal cenário, estabelecendo formas de trabalho e aproveitando recursos naturais para a subsistência.

A escolha pelo campo da historiografia do trabalho reflete o desejo de buscar entender como essa localidade foi se desenvolvendo através das décadas de 1960 até 1990, período esse em que o trabalho predominante foi a fabricação de calçados de couro; em um primeiro momento, de forma artesanal, e, em um segundo momento, de forma industrial, demonstrando como essa localidade se tornou uma cidade industrial, deixando, gradativamente, as antigas formas de produção, antes do advento das máquinas e do trabalho fabril.

É importante que fique claro que a produção de calçados remonta a um período bem mais antigo que o delimitado nesta pesquisa, pois era uma produção tida como “avulsa”, sem muito conhecimento ou produção, possivelmente apenas para o comércio local. Nesse sentido, não conseguimos fontes suficientes para investigar tal período, no que se refere ao trabalho desempenhado antes do crescimento econômico do calçado, 1960-1990.

A problemática desta pesquisa gira em torno das formas de trabalho local e como os trabalhadores são impactados durante o período referido. Para isso, dialogamos com autores do campo da historiografia do trabalho, como Hobsbawm, Thompson, Engels, e autores nacionais, como Marcelo Badaró, Alexandre Fortes, Severino Cabral Filho, Ângela de Castro, entre outros.

Dessa maneira, buscamos entender a situação dessa classe e suas relações com as elites locais e como o desenrolar dessas relações desemboca em uma mudança substancial na vida desses sujeitos históricos, no que tange aos aspectos não só das condições de trabalho, mas também no desenvolvimento social, educacional, na questão da salubridade, em diferentes momentos, e na esfera dos poderes públicos.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa busca entender como os aspectos do cotidiano dos trabalhadores e suas expectativas foram impactadas em relação ao trabalho desenvolvido, problematizando os tipos de trabalho desempenhados, como a agricultura familiar e sua relação com a urbe e o mercado, além das formas de produção artesanal para o uso pessoal e de renda, através da utilização de matérias-primas da localidade, e o trabalho com o calçado e o comércio, desenvolvido através desse ciclo de trabalho; sempre relacionando tais desenvolvimentos laborais com as mudanças ocorridas na região, em determinados momentos, com aspectos nacionais, que influenciaram direta ou indiretamente o cotidiano da localidade.

Para melhor esmiuçar o objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre os desdobramentos das diferentes formas de trabalho e seus produtos; verificar como cada um desses aspectos influencia o trabalhador a respeito de sua função, além de perceber sua condição de vida em conjunto com o papel do estado, seja na esfera local ou nacional, ampliando, assim, a visão das relações sociais, desenvolvidas nesse município.

Com isso, conseguimos observar neste trabalho os fatores que contribuíram para as mudanças de trabalho local, como essas mudanças impactaram a vida dos trabalhadores e como esses fatores contribuíram para o desenvolvimento da comunidade.

Nesse sentido, este estudo pode contribuir para o desenvolvimento da historiografia da localidade em destaque e região, no que tange às discussões a respeito da organização do município e seu desenvolvimento, bem como as relações sociais entre os trabalhadores. Também tem a pretensão de contribuir para o desenvolvimento do programa de pós-graduação da Universidade de Campina Grande. Nesse mote, buscamos preencher algumas lacunas historiográficas sobre essa localidade.

Para melhor situar o leitor no texto, organizamos a pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo, produzimos uma breve incursão a respeito da produção do campo da historiografia do local, como o historiador produz esse tipo de estudo e como ele tenta se desvencilhar de possíveis obstáculos que podem dificultar seu ofício. Para isso, dialogamos com historiadores, como: Giovanni Levi, Adilson Filho, José D`assunção Barros, Hobsbawm, entre outros, ainda nesse capítulo, é importante informar que o problema principal do texto não aparece, pois esse primeiro capítulo tenta de certa forma, introduzir ao leitor a problematização de conceitos trabalhados ao longo do texto bem como ambientar o leitor acerca do palco principal onde ocorre a pesquisa, essa incursão foi necessária visto que a cidade de Toritama possui muitas lacunas em sua historiografia local, nesse mote, o primeiro capítulo busca preencher algumas dessas lacunas deixando o restante dos capítulos para o objeto central proposto.

Em um segundo momento, dialogamos com historiadores que discutem sobre a teoria da história e a produção historiográfica, fruto desses estudos. Assim, utilizamos autores, como: Hobsbawm, Antônio Aguirre Rojas, Tania Regina de Luca, Verena Alberti, Thompson, entre outros, para esclarecer o ofício e a produção do historiador, como essa produção se relaciona e se distancia dos trabalhos de cronistas e memorialistas, assim como tais produções contribuem para uma melhor compreensão do passado.

Em vista do que foi proposto, estabelecemos um diálogo com historiadores do campo da teoria da história, bem como historiadores que discutem a respeito do

campo e da produção dos cronistas, a exemplo de Charles Monteiro, Verena Alberti e Gervácio Aranha. Desse modo, utilizamos a produção de cronistas locais para ilustrar as diferenças essenciais desses produtores de história, atrelando essa discussão à historiografia local.

Ainda no primeiro capítulo, investigamos como se deu a organização política em torno dos preparativos para a emancipação de Toritama. Nesse sentido, problematizamos como essa localidade era vista pelas elites dominantes de seu entorno, como os municípios de Caruaru e Taquaritinga do Norte, o que contribui para o próximo tópico, ainda nesse capítulo, que é a emancipação política, propriamente dita, de Toritama, com seus efeitos e expectativas, geradas pelas elites e trabalhadores. Nesse ponto, discutimos o processo de emancipação em conjunto com outras cidades e suas elites.

Finalizando o primeiro capítulo, refletimos acerca de como Toritama foi se desenvolvendo como município, através de seu próprio domínio, com o surgimento de uma organização básica, bem como com o advento da modernização desse espaço urbano e as tramas que transpassam nesse período a urbe. Vale destacar que todos esses pontos citados trazem em seu bojo as relações sociais que organizam e ditam os ritmos vividos na vida do homem do campo e da cidade.

No segundo capítulo, procuramos investigar os tipos de trabalho desempenhados antes e durante o período calçadista. Procuramos entender o homem do campo, suas disponibilidades e dificuldades, as relações estabelecidas com o comércio local e com o cidadão.

Investigamos ainda algumas formas de trabalho, desenvolvidas na cidade, atividades essas que, por vezes, poderiam ser complementares para a renda da família ou sendo um tipo de trabalho de temporada, visto que se trabalha um período para se manter em outro, como os artesanatos, produções têxteis com algodão e o comércio de feiras.

Nesse segundo capítulo, trazemos luz a um período obscuro na história do país, extensivo à cidade de Toritama, que foi o período ditatorial. Nesse ponto, discutimos alguns dos principais aspectos econômicos e políticos que reverberaram em Toritama, durante o governo centralizador e autoritário na ditadura, mas também mostrando a atuação de resistência de alguns opositores da ditadura, que lutaram contra esse governo. Além disso, destacamos como narrativa golpista se articulou

em detrimento da organização da classe trabalhadora. Para isso, dialogamos com autores, como: Dom Evaristo Arns, Luciano Mendonça, Lillian Schwarcz, Wiliam Torres, entre outros.

No último tópico do referido capítulo, problematizamos a organização, a produção e o comércio do calçado de couro em sua produção artesanal; como se relacionavam esses trabalhadores locais; o surgimento de oficinas, materiais e o minucioso processo de fabricação de tipos de calçados diferentes, que obtinham uma qualidade e durabilidade reconhecida pela classe trabalhadora.

No terceiro e último capítulo, discutimos como ocorreu o processo de modernização dos produtores de calçados e seu ápice na produção. Além disso, procuramos entender esse processo, relacionando-o a outras localidades, também produtoras desse artigo, como Franca-SP e Campina Grande-PB, para melhor entender esse processo e buscar a compreensão das singularidades produzidas em Toritama.

Nesse sentido, dedicamos um tópico específico para as singularidades da situação da classe trabalhadora em Toritama nesse período; os percalços do trabalho desenvolvido no campo, na cidade, com as “tendas” de Calçado e, em alguns casos, com trabalhadores que desempenhavam os dois ofícios, o de sapateiro e o de agricultor. Nesse aspecto, adentramos ainda mais nas relações entre empregados e empregadores e os efeitos produzidos dessa correlação de força. Infelizmente, as fontes não foram suficientes para evidenciar um conflito mais direto entre essas duas classes antagônicas, no entanto, conseguimos evidenciar tais conflitos de forma indireta, através da busca pelos interesses de cada classe.

No último tópico do capítulo três, procuramos entender como ocorreu o declínio da atividade calçadista, bem como os principais aspectos que poderiam ter causado o declínio desse processo de trabalho, que gerou uma classe industrial que, depois, assumiu outros rumos da indústria. Ao final, tecemos os resultados atingidos nesta pesquisa, assim como possíveis explicações acerca desse fenômeno social, que é o mundo do trabalho.

Para a construção deste trabalho, utilizamos algumas fontes que precisaram ser trabalhadas e teorizadas para seu uso. Assim, elencamos como cada fonte foi tratada e sua importância. Vale ressaltar que a fonte oral foi a principal neste estudo,

além do uso de fontes de outros gêneros, para uma contextualização e cruzamento de fontes necessárias para este trabalho, uma vez que

Podemos dizer que o corpus documental está praticamente unificado em um único setor, ainda que eventualmente agreguemos ao conjunto de observações uma ou outra informação decorrente de alguma outra fonte, em caráter eventual. Não obstante, uma pesquisa não precisa se basear em apenas um único tipo de fonte histórica ou em uma série única de documentos, [...] tão frequente quanto as pesquisas que se baseiam essencialmente em um único tipo de fonte, é igualmente comum recorrer a complementariedade ou o cruzamento de fontes, mobilizando-se dois ou mais setores distintos de um mesmo corpus documental para se enfrentar adequadamente o problema histórico em análise (Barros, 2020, p. 29).

Desse modo, podemos observar a primeira de uma das fontes “eventuais”, que se insere no conjunto de fontes aqui trabalhadas: o folheto de Cordel. Muito produzido por artistas populares e que contribui, de forma significativa, para a preservação não só da história local, mas também de uma cultura popular, pois “a literatura de cordel torna-se, então, um gênero de poesia narrativa popular, uma das formas que o povo se utiliza para representar suas ideias e fazer suas críticas à sociedade” (Albuquerque 2010).

Nesse sentido, embora a literatura de cordel “durante muito tempo não fosse muito utilizada como fonte ou ponto de apoio para estudos por causa de sua linguagem e traços singulares” (Albuquerque, 2010), é importante ressaltar que esse preconceito foi sendo superado e esse tipo de literatura popular é utilizado no meio acadêmico, pois

O cordel está sempre no meio popular e a cada dia tem se destacado no contexto de construções científicas, pois os relatos históricos em versos passaram a despertar a atenção de jornalistas e professores por volta das décadas de 60 e 70, inclusive de teóricos internacionais, como Curran, Slater, Cantel ou Luyten [...] há muito interesse da parte de estudiosos estrangeiros em nossos poetas populares (Santos, 2010, p. 122-123).

Portanto, o cordel possui uma importância ímpar para a produção historiográfica de localidades do interior do Nordeste e pode contribuir, de forma peculiar, sobre aspectos locais, sentimentos e expectativas de eventos.

Nesse contexto, também utilizamos como fonte os relatos do cronista toritamense Mário Jota de Araújo, pois ele, em suas produções, enriquece o conjunto de nossas fontes, através de suas lembranças e pesquisas.

Vale dizer que lançamos mão das atas da câmara de vereadores de Toritama, contidas em seu arquivo. Essa fonte teve bastante importância, para entendermos

os primeiros momentos de Toritama, principalmente no que se refere à produção desses documentos, como também as intencionalidades de quem os produziu e o momento em que foram produzidos. Com isso,

Os caminhos pelos quais os documentos vão parar nas instituições arquivísticas, bem como a organização que lá recebem, não são imutáveis nem, muitas vezes, sistemáticos. Os pesquisadores devem compreender isso para poder, com maior facilidade, fazer suas pesquisas e também para enfrentar com mais calma aquilo o que eventualmente percebem como lacunas nos arquivos (Castro, 2008, p. 29).

Indo ao encontro do que Castro exemplifica, embora os arquivos sejam uma fonte de extremo valor, existem lacunas que não explicam o processo como um todo, por isso, existe a necessidade de cruzamento com outras fontes documentais, tais como, as jornalísticas. Para sermos mais precisos, buscamos investigar os arquivos jornalísticos, contidos no repositório digital do jornal *Diário de Pernambuco*, que possui um bom acervo e constituiu parte importante de alguns pontos, aqui tratados. Nesse sentido, a importância de se utilizar o jornal como uma das fontes revela a pluralidade da pesquisa no cruzamento de fontes, pois

A história através de seus acontecimentos e das representações dos acontecimentos atravessa as páginas dos jornais de muitas maneiras. A função declarada de um jornal, evidentemente, é apresentar aos leitores cenários da realidade, realidade que aconteceu, que está acontecendo ou que esteja por acontecer. Isso situa o jornal como um texto de caráter realista, não no sentido de que ele exponha a realidade de maneira objetiva e rigorosamente imparcial, sem deformações e manipulações, mas no sentido de que qualquer jornal pretende convencer o seu leitor de que falar sobre a realidade e mesmo sobre a verdade é o seu compromisso inalienável. Portanto o que aconteceu na história [...] atravessa o jornal nas suas diversas matérias (Barros, 2023, p. 14-13).

Portanto, mesmo que a fonte jornalística não seja a principal nesta pesquisa, ela tem sua importância e necessita dos cuidados necessários para a averiguação dos acontecimentos sociais, envolvendo a localidade em que é situada Toritama, bem como os ditos e interditos nos discursos que aparecem nessa fonte.

Por fim, uma das principais fontes aqui examinadas foram as fontes orais, através da coleta de entrevistas realizadas com trabalhadores de calçados e donos de tendas, que aparecem, no decorrer do texto, com pseudônimos para preservar a identidade dos entrevistados, como maneira de minimizar possíveis constrangimentos ou outros danos. Essa foi uma das exigências do comitê de ética do Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina

Grande (HUAC-UFCG), para que fosse aprovada a autorização de pesquisa científica com seres humanos.

Assim, os colaboradores contribuíram significativamente para esta pesquisa, através das entrevistas semiestruturadas. Desse modo, vale dizer que construímos um pequeno questionário, incluindo também alguns pontos significativos do questionário desenvolvido por (Marx 2022) em sua enquete operária. Tais elementos constituem apenas uma condução da entrevista, de modo que o entrevistado fique livre para comentar como melhor lhe convier e o entrevistador apenas tenta manter o assunto tratado Dessa forma “a documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral” (Sebe 2023), que é o que fazemos nesta pesquisa.

Nesse sentido, dialogamos com autores que trabalham com a história oral, como José Carlos Sebe, Verena Alberti, e historiadores que trabalham com esse tipo de fonte, como Luzinete Bezerra, Maria do Socorro Almeida, entre outros, que não só problematizam a historiografia oral, mas também desenvolvem pesquisas no que tange ao entorno de Toritama, enriquecendo o estado da arte, para estabelecer as conexões locais historiográficas.

É importante ressaltar que, embora este estudo utilize diversos historiadores e historiadoras, este trabalho faz uso da interdisciplinaridade, pois, em alguns momentos, dialogamos com autores de outras áreas, como a sociologia, geografia e antropologia, com o intuito de enriquecer as discussões desta pesquisa.

Para a análise desta pesquisa, partimos da corrente teórico-metodológica do materialismo histórico, desenvolvido por Marx e Engels, método esse que norteia as análises dos fatos investigados acerca das relações sociais entre trabalhadores do calçado de couro, patrões e o desenvolvimento local.

## 2 APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO LOCAL

*O historiador ao reconstruir a trama do passado religa os vivos aos mortos (Adilson Filho, 2016).*

Um dos aspectos importantes de uma historiografia é o recorte geográfico, delimitado pelo historiador. Esse recorte pode acarretar várias consequências para uma pesquisa científica, tais como: a proximidade do pesquisador com a localidade ou o acesso a fontes que sustentem suas hipóteses. Esse aspecto, para muitos, pode ser vantajoso para o desenvolvimento do trabalho, mas pode também ser um fator que ofusque um pouco o seu desenvolvimento, causando lacunas, que podem ser danosas para o trabalho.

Sabendo disso, o historiador deve manter uma certa distância metodológica de seu objeto, e, no caso aqui discutido, o local delimitado auxilia a observar os movimentos sociais, as causas, as relações sociais, contradições sociais, conflitos, entre outros fenômenos que necessitam desse “estranhamento” metodológico, conforme podemos observar em algumas reflexões de Levi (2000, p. 45):

Os conflitos e as contradições vêm acompanhados da continua formação de novos níveis de equilíbrio, instavelmente sujeitos a novas rupturas. Normalmente, nos observamos esta sociedade de longe, estando, portanto, atentos aos resultados finais que, em regra, escapam ao controle das pessoas e as suas próprias vidas.

Esse controle social, que Levi (2000) menciona, é um dos pontos importantes e necessários para uma boa observação e problematização dos fatos ocorridos na escrita do historiador, pois uma descrição estrutural, de caráter estático, de uma comunidade, nos deixa com uma visão limitada e previsível de uma sociedade, diferentemente de quando vamos investigar mais a fundo a vida de alguns habitantes de uma comunidade, que pode demonstrar fatores de exclusão ou inclusão em sistemas políticos, jurídicos e econômicos, que, por vezes, não são tão aparentes em documentos oficiais (Levi, 2000).

Tal autor aprofunda ainda mais essa questão quando se refere ao tratamento dado às fontes de sua pesquisa, tendo como uma de suas características a “historiografia do local”. A esse respeito, ele se justifica, dizendo o seguinte: “Tentei, portanto, estudar um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVII, utilizando

uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santena que tenha deixado vestígios documentados” (Levi 2000).

Aqui, esbarramos em mais um desafio para pensar em uma historiografia do local: as fontes. Observamos que Levi conseguiu, através de documentos, tecer uma “renda” historiográfica, para produzir sua pesquisa e entender as tramas sociais de um determinado povoado do interior da Itália. Embora não tenha se detido apenas a essa aldeia, ele argumenta como conseguiu chegar as suas conclusões, através de técnicas e metodologias específicas para esse tipo de recorte espacial.

Esse aspecto é importante para entender como o historiador interage com o recorte geográfico muito específico, pois, se dedicar ao estudo de um determinado local, é muito desafiador, principalmente no que se refere a uma diminuição na escala de observação do objeto de estudo. No entanto, essa prática trouxe consigo uma “excessiva fragmentação e especialização que geraram, por um lado, grandes avanços no sentido de um conhecimento mais profundo da estrutura molecular da vida social” (Adilson Filho, 2019) e necessita de metodologia e técnicas apropriadas para tal escolha, como podemos observar na advertência que faz Hobsbawm (2013, p. 266):

Não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada.

É importante deixar claro que para Hobsbawm que o uso do telescópio ou do microscópio de maneira isolada não é muito eficaz. No que se refere as fontes, Porém, e quando há escassez de fontes documentais para dialogar e criticar a respeito dos habitantes de uma pequena localidade no interior de Pernambuco, que é o nosso caso aqui? Nesse sentido, apesar do que Bloch nos ensina sobre o historiador farejar a carne humana como ogro, em busca dos vestígios, ainda assim nos deparamos com outras dificuldades que encontramos em muitas localidades do interior, que é a má conservação desses poucos documentos. Sendo assim, a fonte oral pode nos ajudar nessa empreitada da história, pois, principalmente no período e local em que investigamos os trabalhadores em Toritama, a escassez de fontes dificulta esse trabalho de montar conexões entre as variadas fontes disponíveis.

Nesse sentido, a fonte oral, além de ser rica, é uma forma de resistência entre as classes trabalhadoras, pois muitos não detinham escolaridade para registrar

ou desenvolver memórias de forma escrita (Thompson, 1998). É importante deixar claro que o uso da fonte oral se aplica a um passado não tão distante, com um recuo de no máximo 50 anos (Alberti, 2013).

Ainda sobre a pluralidade da fonte oral, podemos observar um exemplo, dialogando com um trabalho sobre as “Benzedeiras” de Caruaru, onde a historiadora Luzinete Lemos explica como a oralidade pode ser rica e essencial para o estudo das classes trabalhadoras:

Acreditamos que o alcance dessas manifestações pode ser facilitado pelo uso, também, da metodologia da história oral, pois, esta, ao se mover no terreno multidisciplinar, permite criar mecanismos de compreensão dos significados das ações humanas, elaboradas no dia a dia (Bezerra, 2005, p. 12).

Ainda sobre a história oral, mencionada acima, devemos esclarecer dois pontos importantes sobre seus usos que são eles, o uso como metodologia e o uso como fonte assim como as demais fontes usadas em uma pesquisa. É necessário deixar claro, pois a história oral é diferente de uma historiografia que usa a oralidade como mais uma fonte de apoio, que é o nosso caso aqui, visto que utilizamos o campo da história social e mais precisamente o materialismo histórico-dialético<sup>1</sup> como aporte teórico e metodológico.

Para a análise teórico-metodológica, vale ressaltar que o “micro”, aqui empregado, se refere ao recorte espacial do objeto. Mesmo que nossa abordagem se pareça, em certa medida, com a micro-história, “cada uma delas remete a uma configuração historiográfica específica dentro da qual o tema funcionou como um revelador” (Revel 1998). No nosso caso, utilizamos uma diminuição na escala de observação, chegando a ponto de observar o cotidiano de alguns entrevistados em sua época, para contextualizar com o período.

No que tange à história oral como metodologia, é importante deixar claro que “A história oral é um processo derivado de entrevistas planejadas e com um projeto específico, com técnicas e abordagens muito específicas, não há espontaneidade na história oral, tudo é planejado, medido e orientado” (Sebe, 2021), o que difere do uso

---

<sup>1</sup>É importante destacar que o conceito de materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Marx e Engels, teve um grande impacto nas produções historiográficas, pois “fora enorme para ampliar e renovar à escrita e o ensino de História com seu materialismo histórico, ao apontar para o caráter temporal e dialético das sociedades, mediante uma perspectiva sustentada pelas análises das contradições e conflitos entre classes sociais ou pelas mudanças e permanências articuladas a uma noção generosa de processo social (Adilson Filho, 2016, p. 359).

de fonte oral como mais uma fonte que foi consultada e problematizada em conjunto com as outras fontes escolhidas pelo historiador. Dito isso, fica explícito que se trata apenas de uma escolha metodológica para a produção historiográfica.

O trato com a fonte oral, como podemos observar, é um desafio para a historiografia, pois implica, também como vimos com o historiador Giovanni Levi, um estranhamento metodológico necessário, em que o historiador deve se afastar também de sua testemunha ou quando, até ele mesmo pode ser uma testemunha, e não apenas um afastamento da localidade, tema ou objeto problematizado. É preciso que ocorra esse afastamento metodológico, para uma análise crítica nesse processo, principalmente com suas fontes, pois

o problema está resolvido há muito tempo: do ponto de vista prático e epistemológico. A testemunha não é um historiador, e o historiador – se ele pode ser, em caso de necessidade, uma testemunha – não deve assumir tal função; e sobretudo ele só é capaz de começar a tornar-se historiador ao manter-se à distância da testemunha (qualquer testemunha, incluindo ele mesmo). Assim, ser testemunha nunca foi uma condição suficiente, nem sequer uma condição necessária para ser historiador. Mas tal constatação já nos tinha sido ensinada por Tucídides (Hartog, 2013, p. 203).

Ainda no que se refere ao “ser” historiador, ele geralmente faz parte de uma comunidade historiográfica, escreve a partir de um local singular, que necessita ser bem compreendido por seus pares e se relaciona com a comunidade especializada de cientistas historiadores (Barros, 2020). Ao partir da fonte oral, podemos ter acesso a outros aspectos importantes da sociedade em questão, tornando-se primordial discutir e apreender essas elocubrações para o entendimento da produção de uma historiografia do local, pois, para que essa historiografia tenha a amplitude necessária, que se consiga entender de forma minimamente aceitável, os fenômenos do local precisam de outros cuidados, além do estranhamento elucidado por Hartog.

Conforme podemos observar a seguir, José D’assunção Barros faz uma análise de como a historiografia do local se comporta a partir de um clássico texto intitulado *Homens livres na ordem escravocrata*:

Um bom exemplo de história local que se preocupa com os vínculos do “lugar” em relação a uma totalidade mais ampla, na historiografia brasileira, é o da obra *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1964) [...] Ao estudar um tipo específico de trabalhador e de figura social que não é nem o escravo nem o senhor de latifúndio, mas sim o homem pobre e livre – categoria mais ampla que abriga tipos diversos como os tropeiros, viajantes, sitiante, agregados e outros – a autora utiliza a região rural em estudo

como um caminho para entender a realidade brasileira do século XIX de maneira mais rica (Barros, 2022, p. 27).

Embora aqui não busquemos dar ênfase na pesquisa de maneira mais geral – pois optamos por aprofundar o espaço local – não ficamos limitados ao espaço regional, porque podemos entender alguns dos aspectos nacionais da época que influenciaram a sociedade de Toritama, bem como seus trabalhadores agricultores, artesãos e sapateiros. Tudo isso em um movimento que se complementa entre a história regional e nacional, conforme nos mostra Barros (2013, p. 153):

O interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).

Dessa maneira, é importante o estabelecimento dessas conexões entre os trabalhadores e seus modos de fazer, viver e principalmente trabalhar como um todo na investigação social, sendo mais salutar entendê-las como “um conjunto de inter-relações móveis em configurações que se adaptam constantemente e não apenas como um objeto dotado de propriedades” (Revel, 2000). Isso reflete em uma produção da historiografia do local. Assim,

Uma história, entre outros adjetivos, será uma história local no momento em que o “local” torna-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e tempo que contextualiza seus objetos (o que é pressuposto de toda História), mas no sentido de que o ‘local’ implica aqui uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Pode-se dar ainda que, na História Local, o local se mostre como o próprio objeto de análise, ou então que se tenha em vista algum fator mais transversal à luz deste ‘local’, desta ‘singularidade local’ (Barros, 2022, p. 26).

Corroborando o pensamento de Barros (2022), a historiografia produzida nesta pesquisa visa justamente analisar essas tramas sociais, que ocorrem muitas vezes com suas contradições, mas que estão em um amontoado de informações que tentamos organizar e dar um sentido através de método, teoria e análises empíricas, construindo uma historiografia junto com esses sujeitos históricos de Toritama.

Dessa forma, podemos trabalhar para tentar fazer aquilo que Hobsbawm discutiu sobre as tarefas dos historiadores, como a de descobrir vidas e pensamentos das pessoas comuns e desnudar suposições presunçosas de pessoas que julgam saber algo e ter as soluções, tentando impor essas soluções às pessoas (Hobsbawm 2013). Vale ressaltar ainda que, mesmo os locais sendo objetos de estudo, estão ligados ao macro e influenciados por ele, em maior ou menor proporção, pois esses locais não são isolados como ilhas históricas.

## 2.1 CLIVAGENS ENTRE CRONISTAS E HISTORIADORES

*Mas para que tanto muro?  
Isolando aquelas tumbas  
Do esqueleto mais geral  
Desta paisagem defunta?”  
Cemitério pernambucano (Toritama)<sup>2</sup>  
(João Cabral de Melo Neto)*

Para que possamos entender melhor como funciona a historiografia, é preciso situarmos o lugar social de dois indivíduos importantes para esta pesquisa: o historiador e o cronista. O primeiro é aquele cujo ofício é ligado a lugares, como: escolas, universidades e instituto históricos, pelo menos é o que sugere o senso comum. Porém, é importante que seja compreendido que o seu lugar social, suas particularidades e convicções não o deixam nem por um segundo; tampouco o historiador pode deixar que tais esferas interfiram diretamente em seu ofício. Nesse sentido, nos deparamos com um problema metodológico, que é muito caro ao historiador, o equilíbrio entre a subjetividade e o afastamento metodológico de seu objeto, como nos mostra a historiadora Tania Regina:

Nem neutralidade absoluta, como as escritas no século XIX, nem subjetividade radical, que impeça o historiador de ir além do seu próprio ponto de vista, eis o difícil equilíbrio a ser mantido em relação ao tema pesquisado, seja ele próximo, seja ele muito distante no tempo. Esse ponto é fundamental, [...] não se trata de absolver ou condenar, mas de explicar por que em uma prática, crença, uma atitude, um pensamento eram aceitos ou não num dado momento histórico, ainda que sempre se tenha opinião e respeito deles (Luca, 2021, p. 21-22).

---

<sup>2</sup>O poema inédito foi publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1954, juntamente a outros dois poemas sobre os cemitérios de São Lourenço da Mata e Nossa Senhora da Luz. *Repositório Diário de Pernambuco*, 17 de setembro 1954, edição 00231.

Nesse mote, fica mais claro entender que o ofício do historiador é um trabalho complexo de operar, pois vai exigir o rigor metodológico, além do trato com as fontes e a escrita necessários para uma produção científica, que, como observamos em (Luca, 2021), não há uma neutralidade, pois a escolha do tema, problema, teoria e abordagem, entre outros, já se torna passível de uma subjetividade, que, muitas vezes, revela o lugar social do historiador e que já ficou comprovado que essa subjetividade do historiador pode levar a pesquisa muito mais longe do que a antiga concepção historicista (Grespan, 2008).

Nesse sentido, o historiador não pode transpor ao outro extremo, o das subjetividades, com a livre escrita de opiniões pessoais, julgamentos e até silenciamentos intencionais. O historiador deve explicar o fato e não afirmar seu ponto de vista a respeito dele, visto que as fontes têm o “poder” de veto, permitindo e autorizando determinadas reflexões, diferentemente do cronista e do memorialista, que têm a liberdade de produzir sua narrativa, conforme suas convicções pessoais, políticas e do seu lugar social, podendo colocar em sua narrativa seu julgamento e ponto de vista pessoal. Com isso, a historiografia busca uma aproximação máxima com a realidade a ser explicada, chegando a um grau de verossimilhança plausível, conforme demonstra Alberti (2013, p. 32):

É sabido que jamais poderemos apreender o real tal como ele é; apesar insistimos em obter uma aproximação cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativa e quantitativamente nosso conhecimento. Este é o zelo científico, do qual a história também não escapa, mesmo que se discuta a propriedade de chamá-la de ciência. O trabalho do cientista, contudo, é também um ato de criação. A objetividade, então, acaba por condicionar-se à competência, à sensibilidade e à honestidade do pesquisador na crítica interna e externa dos documentos que elegeu e na determinação do peso (ou valor) de cada um deles no corpo de seu trabalho.

Ainda no que Alberti (2013) discute, é importante destacar as escolhas do historiador em relação às fontes, que são separadas e filtradas para o desenvolvimento do trabalho. Dentro desse aspecto, essas fontes são criticadas e confrontadas com as demais fontes, com uma lista de bibliografias que foram escolhidas, de acordo com a pretensão objetiva do historiador com o tema, que é o que Alberti deixa bem claro sobre a crítica interna e externa das fontes, conforme é feito no presente trabalho, demonstrando mais um aspecto teórico-metodológico, que percorre o trabalho de um historiador profissional e que difere do cronista, como poderemos observar mais adiante.

Como dito anteriormente, o segundo indivíduo é o cronista, que também, ao senso comum, tem uma imagem peculiar, como a de um observador de tudo que está ao seu alcance e faz seus registros, conforme lhe melhor convêm (Monteiro 2006).

Ao longo desta pesquisa, ficará mais evidente como a prática historiográfica se relaciona com a crônica produzida por pessoas que intencionalmente ou não produziram fontes para a posteridade<sup>3</sup>. Com isso, cabe aos historiadores reconhecerem, separarem e dialogarem com tais fontes na construção de um determinado contexto, através de indícios, conforme demonstra Monteiro (2006, p. 35-36):

A imagem que se pode formar e o conhecimento que se pode produzir sobre aquele momento são, como em toda produção histórica, um trabalho realizado a partir de indícios e da seleção de dados (documentos, pareceres, livros, boletins, revistas, jornais, fotografias, depoimentos) guiada por uma problemática situada no tempo presente, que me leva de um texto a outro no estabelecimento de conexões que expliquem um recorte da realidade social, em outras palavras, um determinado contexto.

Evidentemente, o trabalho do historiador não se resume apenas a essas características, elencadas por Monteiro. Como dito anteriormente, o cronista tem a “liberdade” de produzir seu conhecimento, conforme melhor lhe agradar. Assim, vejamos como ocorre o trabalho do cronista:

O cronista, por sua vez, aborda a realidade cotidiana de forma subjetiva, impressionista, por meio de um tema do momento, da linguagem do dia a dia, referindo-se de forma direta ao leitor “comum”, com o objetivo de informá-lo, entretê-lo e fazê-lo pensar a respeito do tempo presente. [...] o cronista escreve principalmente para o jornal, que uma vez lido é descartado (Monteiro, 2006, p. 135-136).

---

<sup>3</sup>Para entender melhor o funcionamento das produções de literatura sobre história, não produzidas pelo profissional da História, dialogamos com Filho (2019), pois “Devido à escassa produção historiográfica, resumida principalmente a alguns poucos trabalhos publicados na forma de livros (às vezes apenas um), toda uma comunidade é levada a interpretar a história da sua cidade a partir de uma perspectiva na qual não se vislumbra conflitos e contradições. Pois comumente prima-se por uma abordagem que prioriza as biografias de figuras destacadas do meio social (políticos, coronéis, famílias tradicionais, empresários, juizes, advogados, padres, pastores) e de forma simplória a vida de personagens das camadas populares (loucos, prostitutas, bêbados, artistas populares etc.). Na maior parte das vezes desvencilhada de um olhar mais crítico quanto ao enfoque, às fontes e metodologias [...] isso ocorre porque tais escritos na maioria das vezes consagram uma visão verticalizada, excludente ou anedótica das histórias e memórias dos lugares onde se desenvolvem as tramas (Adilson Filho, 2019, p. 4).

Vale ressaltar que o cronista, quando produz sua crônica de caráter subjetivo, leve e muitas vezes em tom satírico, representa a capacidade do cronista em transformar a realidade a sua volta em uma crônica, mesmo que seja a respeito de um aspecto miúdo em sua observação (Cândido, 2003), o que vai de encontro com a ideia impressionista e passiva, demonstrada anteriormente por Monteiro (2006).

Dessa forma, poderemos melhor compreender a produção do cronista, que, em seu tempo, registra os acontecimentos de grande repercussão, assim como os mais triviais, que estão ao alcance de seus olhos. Walter Benjamin (2016) nos ensina que “O cronista, que narra os acontecimentos em cadeia, sem distinguir entre grandes e pequenos, faz jus à verdade, na medida em que nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história”, pois sua produção se reúne às demais produções de uma determinada época e local, com algum reconhecimento social, que a ele confere um espaço de destaque. Vale lembrar que

A maioria deles é composta por diletantes, isto é, gente sem qualquer formação historiográfica, sem o domínio das suas teorias, métodos e técnicas de pesquisa. Trata-se de padres, médicos, engenheiros, biólogos, advogados, juízes, comerciantes, políticos, professores, jornalistas, autodidatas, que por paixão e interesses pessoais e políticos dão-se a tarefa de pesquisar e produzir narrativas sobre o local (Adilson Filho, 2019, p. 4).

Mesmo assim, essas produções acabam resultando algumas vezes em um documento importante, a exemplo dos oficiais, formando, assim, um acervo valioso para a pesquisa historiográfica e tornando mais acessível o trabalho dos historiadores de seu futuro, seja intencionalmente ou não, “Mas, mesmo assim, prevalece ainda uma abordagem naturalista dos fenômenos históricos e sociais. Cabe-nos reconhecer sua importância e relativizar seus limites como “historiadores do local” (Adilson Filho, 2019).

Portanto, fica mais claro o entendimento da produção historiográfica e da produção de demais letrados que produzem sua narrativa da história sem a preocupação ou a obrigação que os historiadores têm consigo. No ofício do historiador, o resultado, em seu campo científico, que possui uma “[...] gama complexa de domínios, tendências, especializações, problemas, teorias, métodos e fontes” (Adilson Filho, 2019), produz um trabalho complexo de interpretação dos fenômenos histórico-sociais, que difere da produção de cronistas e demais

produtores de narrativas históricas, que naturalizam os acontecimentos ao seu alcance.

Nesse sentido, o cronista realiza um importante processo de produção de dados históricos. No entanto, para os historiadores, é necessária a criticidade para perceber que apenas a “rememoração e a contemplação não são suficientes para a pesquisa histórica, o que os oprimidos de outrora esperam de nós historiadores é uma reparação das injustiças passadas dos derrotados” (Löwy, 2005) e não uma naturalização da ordem social vigente da época abordada, mesmo que os historiadores muitas vezes possam ter acessado a fragmentos de produções. Refiro-me a “fragmentos”, pois, devido às adversidades do tempo, são transformados, muitas vezes, em alguns vestígios de produção humana, dificultando ainda mais o acesso a fontes.

Desse modo, o historiador se apropria dessa produção e poderá iniciar sua busca por fontes que sustentem a pesquisa, mesmo que haja dificuldade em encontrar a quantidade necessária que o pesquisador julgue melhor para seu trabalho, pois este deve ser “como um ogro que fareja a carne humana”, através dos documentos e quaisquer vestígios que ele busque (Bloch, 2001).

Com relação a esses aspectos, devemos ainda entender que, em determinados contextos, as “memórias” coletivas de um local ou de qualquer objeto de estudo de um historiador dependerão intrinsecamente das produções dos cronistas ou de outros produtores de conhecimento, pois estes irão produzir os registros dos acontecimentos históricos de sua época no calor do momento e confeccionarão as memórias coletivas da localidade, na falta do profissional da história. Muitas vezes, essas memórias registradas são o resultado de uma determinada classe dominante, que influencia a mentalidade de uma época, legitimando ainda mais sua dominação sobre a classe subalterna, pois

O poder de uma classe dominante não resulta simplesmente de sua força econômica e política ou da distribuição de propriedade, ou das transformações do sistema produtivo: pressupõem sempre um triunfo histórico no combate as classes subalternas e local onde a figura do historiador é praticamente inexistente (Löwy, 2005, p. 60).

Mesmo que inexistentes em um determinado momento, os profissionais da história podem desvendar essas relações em um futuro, tendo acesso a tais produções, como a dos cronistas em sua pesquisa, tem, de certa forma, um caminho

menos sinuoso, pelo menos a priori. Por isso, o valor de tais produções são inestimáveis:

Embora busque se diferenciar da memória, a história sofre uma permanente pressão da lembrança e daquilo que o ato de lembrar pretende afirmar para delimitar os seus objetos. Em muitas situações, enquanto a história não se estabelece como ciência que investiga o passado, ou a ciência dos homens no tempo, como preferia Marc Bloch, ou mesmo na ausência de uma historiografia robusta, estudos memorialísticos supriram as lacunas na composição de uma primeira versão sobre o passado oferecendo aos historiadores e a posteridade uma preciosa fonte de observação. Como não poderia deixar de ser, a permanente ressignificação do passado ofereceu aos estudiosos de diversos temas belos exemplares capazes de proporcionar tanto uma compreensão do tempo em que foram escritos, repletos de dilemas próprios do evocar da memória, quanto do tempo do qual pretendiam falar, sendo neste caso uma importante fonte de informação (Zacarias, 2014, p. 103).

Nesse sentido, fica evidente que o trabalho do cronista Araújo (2007) seja essencial para esta pesquisa e a quem mais possa interessar o estudo no município de Toritama, assim como as contribuições de Florentino (2013), corroborando, assim, as observações de Zacarias (2014). É importante frisar que as produções de ambos não substituem um trabalho historiográfico, que detém um arcabouço teórico-metodológico, gerando cientificidade.

No que se refere ao estabelecimento de conexões necessárias para compreender a história do lugar e do registro dos acontecimentos de uma determinada época, cronistas e memorialistas se propõem a discutir uma história do local e incorrem em algumas práticas metodológicas que o historiador não se pode dar ao luxo de cometer, a exemplo do mito do ídolo das origens, o qual Bloch (2001, p. 56-57) faz o seguinte alerta:

A explicação do mais próximo pelo mais distante dominou nossos estudos até a hipnose [...] é a obsessão das origens. [...] por origens entende-se as causas? Então não haveria mais outras dificuldades a não ser aquelas que, constantemente e sem dúvida mais ainda nas ciências do homem, são por natureza inerentes as investigações causais. [...] para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo.

Nós, historiadores, não podemos nos dar ao luxo de ter a liberdade que os cronistas e demais produtores de conhecimento e memorialistas têm, pois “o historiador é um especialista que interpreta códigos e contextos de um grupo ou sociedade discute e é criticado quando produz seu conhecimento historiográfico no formato de tese, dissertação, ensaio e entre outros” (Monteiro, 2006).

Desse modo, podemos observar a obsessão do ídolo das origens tanto com o cronista Araújo quanto no texto de Florentino, intitulado “A história política de Toritama”, pois, embora tenha em seu título a impressão de uma pesquisa historiográfica, não é o que ocorre. Na discussão desta pesquisa, observaremos, como exemplo prático, a procura incessante pelas origens de Toritama, sendo uma investigação delimitada.

Há, ao todo, três versões sobre como se iniciou o povoamento do município de Toritama. O cronista Mário Jota de Araújo fala sobre o povoamento que ocorreu com a construção das primeiras residências na zona rural da cidade, onde hoje se localiza o ‘Areal’, e um antigo cemitério, antes de entrar propriamente no Areal. Para entender melhor essa versão, recorreremos às palavras do cronista em questão, que buscou registrar em seu livro algumas dessas versões e, inclusive, essa primeira, que agora vamos problematizar:

Nos anos de mil novecentos e dezoito já existia o povoado de torres: note bem o nome, povoado das torres, e não povoado da torre. Portanto nossa terra tinha o nome das torres, nasceu onde hoje é o Areal. Uma prova fundamental é o cemitério velho e não em Fazenda Velha. Fazenda Velha era uma fazenda use a lógica e veja a distância de Fazenda Velha para o sítio Areal (Araújo, 2007, p. 23).

Há, aqui, algumas questões a serem elucidadas sobre as afirmações do cronista Araújo (2007). A primeira delas é a de reconhecer sua limitação de fontes disponíveis; no entanto, isso não diminui o seu trabalho, tampouco o seu brilho de cronista local, mas se faz necessário aqui discutirmos essas impressões e essa primeira versão do povoamento em Toritama.

Primeiramente, precisamos entender o raciocínio de que o povoamento ocorreu devido à existência desse antigo cemitério, pois tal versão tem implicitamente como base o imaginário religioso católico, principalmente sobre algumas práticas muito antigas, que remontam aos costumes ocorridos entre o século XIII e o início do século XIX no Brasil, visto que havia o costume de ritos fúnebres católicos, nos quais os mortos eram enterrados nas igrejas, para que ficassem próximos a Deus ou do seu círculo social ou familiar, conforme podemos perceber, através do historiador João José Reis:

Somados aos pedidos de sepultura em capelas de irmandades, os pedidos de sepulturas nas matrizes paroquiais, que cresceram entre um período e outro, revelam que o espírito de comunidade se projetava além da morte. As

peessoas queriam ser enterradas em território conhecido, no ambiente em que viveram, próximas daqueles com quem compartilhavam a vida [...] alguns atestadores, além de escolher a igreja, cuidaram de indicar o exato local de sua sepultura nela. Uns fizeram disso um gesto de humildade, uns optaram pela reunião familiar, outros pela associação com o sagrado (Reis, 1991, p 186).

Portanto, seguindo a investigação de Reis (1991), seria compreensível o pensamento de normalidade entre a proximidade dos mortos com os vivos dessa época anterior e que deixaria marcas no imaginário de uma sociedade majoritariamente católica, pois a preocupação com a morte e com o destino da alma do morto renderiam ainda um comércio da morte, havendo uma hierarquia para poder sepultar o morto. Assim,

De um modo geral, pessoas de qualquer condição social podiam ser enterradas nas igrejas, mas havia uma hierarquia do local e do tipo de sepultura. Uma primeira divisão se fazia entre o *corpo*, parte interna do edifício, e o *adro*, a área em sua volta. A cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente. Ali se enterrava escravos e pessoas livres muito pobres (Reis, 1991, p. 175).

Essa prática de enterrar os mortos nas igrejas e de deixar os restos mortais próximos da população, como podemos observar até aqui, era muito normal e até necessária para o descanso eterno e a esperança na absolvição dos pecados. Isso justifica a ideia de povoamento ou de 'naturalidade' da versão que o cronista toritamense entende como prova de uma possível localidade para o início da cidade. Ele também tenta enfatizar a dita versão com base no relato de uma antiga moradora do sítio Areal:

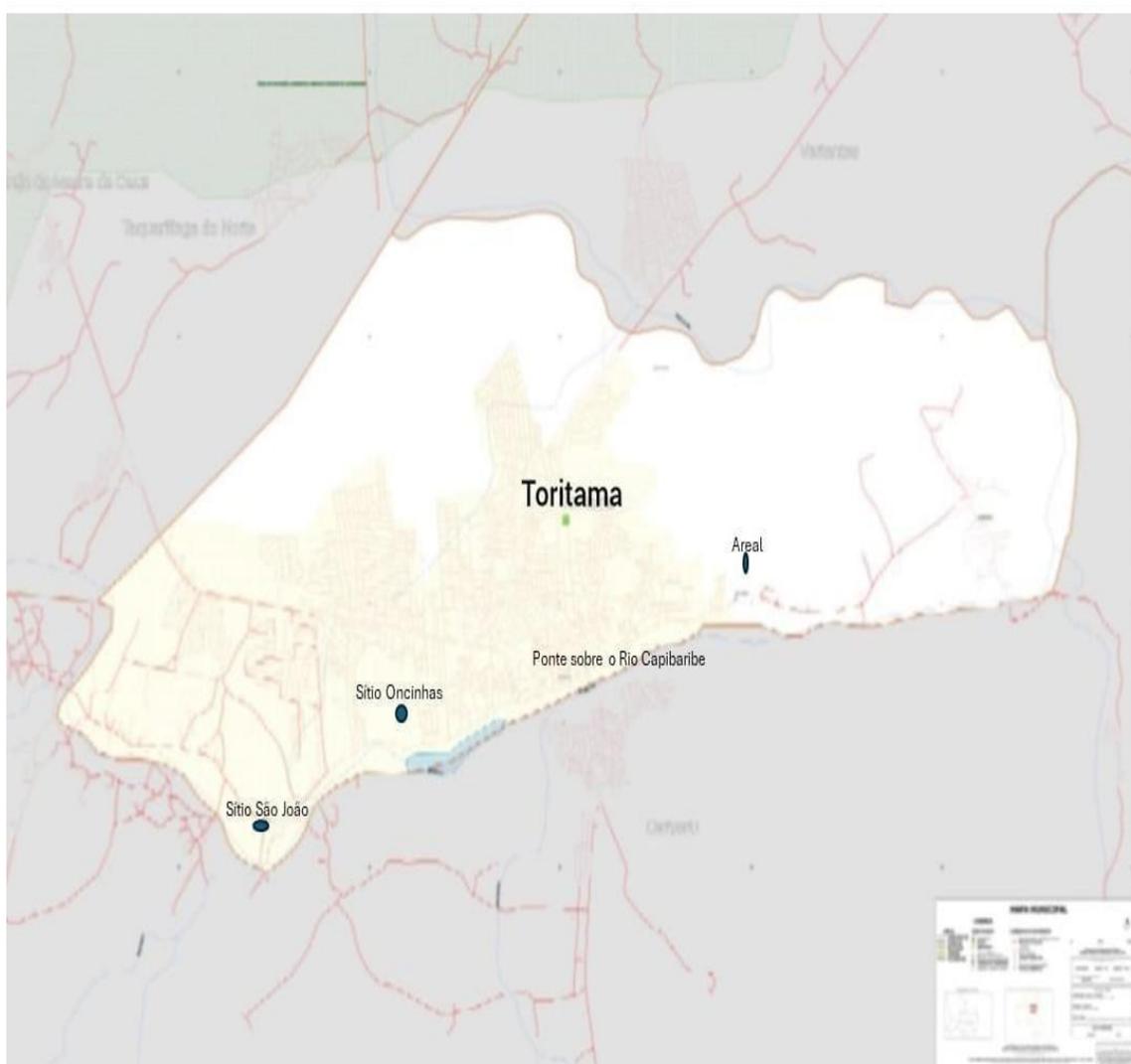
Durante minhas pesquisas, me encontrei com uma simpática senhora dos seus 92 anos de idade bem vividos, agricultora, lúcida e com palestra agradável. Ao perguntar onde havia nascido, respondeu-me no Areal. Era o que eu precisava para endossar minhas palavras quando escrevi que o povoado das torres havia nascido no Areal. Perguntei a ela se já existia o cemitério. Ela respondeu que sim então fui mais longe ainda. Se depois do cemitério havia casas. Não: foi a resposta que obtive (Araújo, 2007, p. 30-31).

Apesar de o cronista Araújo (2007) ter feito uma boa pesquisa em seus estudos, as respostas que ele obteve para fazer valer sua ideia, de que o povoado começou em torno do cemitério, não se sustentam, muito pelo contrário, nos ajudam a identificar melhor as fragilidades dessa primeira versão, pois, como já foi apontado anteriormente, a proximidade dos mortos com a população foi uma prática muito

antiga, que precisou ser mudada com o avanço da medicina e das teorias higienistas no Brasil.

Esse fato ocorrido fez com que os sepultamentos em igrejas e o real significado do cemitério, que seria um local específico para sepultar os mortos e não para o início de um povoado ou alguma localidade qualquer que seja, a própria senhora entrevistada pelo cronista, apesar de ter nascido no Areal, relata que não havia casas depois do antigo cemitério<sup>4</sup>, isso diz muito sobre o seu entorno. Vejamos as distâncias no mapa a seguir.

Figura 1 – Mapa de Toritama-PE



Fonte: IBGE, 2024.

<sup>4</sup>O cemitério em questão era localizado no “Areal”, com certa distância do centro urbano, conforme consta na imagem.

Vale salientar ainda que a influência das práticas higienistas já era discutida entre os médicos brasileiros, como a construção de cemitérios longe dos espaços urbanos, e com um discurso racionalista em detrimento do discurso religioso, que defendia o sepultamento nas igrejas e em locais próximos da urbe. Um desses médicos foi o pai de Castro Alves, que defendia a implementação dos cemitérios fora do perímetro urbano, razão pela qual foi contra a Cemiterada. Segundo Reis (1991, p. 18),

Muito se publicou sobre este movimento. Quem primeiro o fez salvo engano, foi o formado em medicina Antônio José Alves, pai do poeta Castro Alves, que testemunhou o levante em 1836 e cinco anos depois defendeu uma tese acadêmica contra os enterros nas igrejas e centros urbanos [...] ele denunciou a 'superstição' do povo, a fraqueza do presidente da província, a ganância de padres e irmandades, mas também considerou impróprio o monopólio privado dos enterros.

O movimento que Reis (1991) se refere é o que ficou conhecido como 'Cemiterada', no qual irmandades religiosas e outras confrarias se revoltaram contra a implementação de um cemitério fora do antigo local, no ano de 1836, na cidade de Salvador, na Bahia. Porém, o que nos chama atenção aqui é o fato de que os médicos já buscavam modificar esses costumes, em virtude da suposta insalubridade pública, o que corrobora para o afastamento populacional desses locais mortuários.

Consequentemente, a distância citada por Araújo entre o cemitério antigo e a fazenda velha exemplifica justamente o oposto de sua afirmação sobre a construção das primeiras moradias, pois seria mais provável que essas moradias fossem construídas próximas à fazenda velha e não ao cemitério, onde já havia o entendimento higiênico sobre a proliferação de doenças e miasmas. Vale salientar que essas medidas tiveram um efeito no Nordeste também no final do século XIX e início do XX, fazendo com que a população fosse educada com base nas teorias higienistas. De acordo com Advíncula (2009, p. 138),

Os paraibanos do início do século XX temiam locais e objetos que se encontrassem pútridos e pouco higienizados. Sem falar da água que lavava esses objetos, pois como se sabe, os seguidores da teoria de fluídos a considerava um dos “[...] Veículos mórbidos, portadores de emanções fétidas e pútridas [...]”.

Portanto, como podemos observar, essa primeira versão sobre a ocupação no território, que hoje se configura Toritama, desenvolvida pelo cronista toritamense

Mário Jota de Araújo, não se sustenta. Contudo, devemos levar em consideração as limitações do cronista e a sua carência de fontes, que fez com que deduzisse que o povoamento de Toritama se baseasse na versão que teria sido capaz de produzir, segundo as suas possibilidades no momento e enfatizasse sua hipótese. Porém, mesmo que tenhamos constatado esse equívoco, isso não diminui a importância de sua obra. O cronista Mário Jota de Araújo continua sendo uma importante fonte para entender Toritama, pois, segundo o historiador Gervácio Batista Aranha:

Feliz é o historiador da vida urbana cuja cidade por ele estudada teve o seu cronista ou os seus cronistas. É que os cronistas, como verdadeiros retratistas da vida cotidiana, embora ofereçam retratos construídos literariamente, oferecem ao pesquisador do futuro um rico material de consulta para a apreensão de um passado que foi presente à época dos cronistas (Aranha, 2014, p. 399).

Ainda sobre o início do povoamento de Toritama, existe uma versão de que as primeiras moradias foram construídas no que hoje se denomina como zona rural de Toritama, com o nome de sítio São João, pois há a Igreja de São João Batista, que data de 1892, o que seria considerada a construção mais antiga da localidade e, com isso, o surgimento das primeiras casas no entorno da igreja justificaria essa segunda versão que iremos problematizar. Sobre essa ideia, dialogamos com o trabalho do advogado Fábio Florentino, que, em sua pesquisa, apresenta essa segunda versão:

Segundo o instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), a origem do município de Toritama está relacionada às rotas de transporte que margeavam o rio Capibaribe, entre as áreas de Caruaru e serra de Taquara. Existiam cinco núcleos populacionais localizados às margens do rio Capibaribe: Santa Maria, São João, Oncinhas, Toritama e Cacimbas (Silva, 2013, p. 15).

Porém, se observarmos bem o que informam os dados do IBGE, trazidos na discussão acima, há dois dados importantes: o primeiro diz respeito à existência da localidade de Toritama, em paralelo a outros núcleos populacionais. Portanto, essa constatação não demonstra uma sustentação no argumento de que o início do povoamento de Toritama surge no entorno da igreja do Sítio São João.

Outro aspecto importante é o próprio nome de Toritama, pois a localidade era conhecida como Villa de Torres; só depois é que se modifica o nome para Toritama, com o intuito de evitar duplicatas nos nomes de cidades no país, que acontece com um decreto presidencial, para tentar resolver essas questões burocráticas do estado

nacional. Discutiremos com mais profundidade essa questão de nomenclatura mais adiante.

Desse modo, apesar de Silva (2013) fazer uma boa argumentação, trazendo uma fonte importante, nem sua argumentação, nem a fonte do IBGE, é conclusiva em informar o local exato das primeiras moradias e organizações populacionais que deram origem ao município de Toritama. Estas apenas exprimem a vivência de alguns lugarejos, sem mais informações que poderiam apontar ou evidenciar o surgimento da localidade do São João como a primeira organização da localidade.

Figura 2 – Igreja de São João Batista<sup>5</sup>



Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

De fato, se analisarmos algumas das informações que o autor Florentino nos revela, podemos encontrar outro fato histórico, que vai ao encontro dessa ideia, a exemplo de um dos povoados citados por ele, que é o Sítio Oncinhas, que se localiza bem próximo ao sítio São João, onde, em uma de nossas entrevistas para a

---

<sup>5</sup>É possível ver a data (1892) da sua inauguração na fachada.

utilização da fonte oral, percebemos pontos importantes para esta discussão, como por exemplo a vivência de alguns agricultores, que residiam no Sítio Oncinhas e que obtinham o sustento não só da agricultura, mas de outras atividades, como a costura por encomenda de roupas de retalho.

Em contrapartida, apesar de viverem próximos ao Sítio São João, tais agricultores estavam ligados tanto ao centro de Toritama quanto ao sítio São João. Assim, por exemplo, para assistirem às missas dominicais, algumas pessoas se dirigiam a Toritama, mesmo tendo próximo a elas a Igreja de São João Batista, onde, segundo relatos de dona Maria das Graças<sup>6</sup>, quase “não tinha missa, só às vezes”, fazendo com que os fiéis fossem para capela em Toritama, o que podemos entender que, desde antes da construção da matriz, havia um motivo de certa movimentação para o centro toritamense. Ainda podemos encontrar ruínas de algumas casas, com a datação de 1906 e 1928, como podemos observar na primeira figura 3

Figura 3 – Casa localizada no sítio Oncinhas, com datação na fachada<sup>7</sup>



Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

Apesar de constar 1928 em sua fachada, existe uma datação de 1906 no interior dessa casa em ruínas no sítio oncinhas<sup>8</sup>.

<sup>6</sup>Entrevista concedida por Dona Maria em 17 de agosto de 2023 e, autorizada por ela, em 19 de agosto de 2023.

<sup>7</sup>Ruínas de uma casa no Sítio Oncinhas, onde podemos ler o nome desse sítio na arquitetura da casa e o ano de sua construção (1928).

<sup>8</sup>Interior de uma casa no sítio Oncinhas, a data que está um pouco apagada no canto superior esquerdo marca 1906 enquanto na sua frente marca 1928, é possível observar um pequeno local para altar religioso.

Figura 4 –  
uma casa em  
sítio Oncinhas



Interior de  
ruínas no

Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

Portanto, se observarmos os aspectos mencionados anteriormente, dessa segunda versão do povoamento, podemos considerar a igreja com a data mais antiga. Além disso, já no final do século XIX, temos a fonte da pesquisa de Florentino, que atribui a essa localidade o primeiro povoamento, devido à rota de transporte às margens do Capibaribe. Bem próximo à Igreja de São João temos ruínas de casas que demonstram a existência de um povoado datado de meados da segunda parte do século XIX, o qual faz parte do Sítio Oncinhas.

Diante disso, sabendo que a igreja data de 1892, então, é evidente que tanto as rotas de viagem quanto a igreja estabelecem grandes indícios de um povoamento nesse período. Infelizmente, não foi possível obter informações documentais sobre o início das obras dessa igreja, devido ao “sumiço” do livro de tomo da paróquia de Toritama. Por conseguinte, essa segunda versão sobre o surgimento do povoamento de Toritama não se sustenta.

A terceira versão do povoamento indica a doação de terras de um fazendeiro local, que determina uma porção territorial para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, como podemos observar nos dados do IBGE 2023:

O território municipal era integrante de Vertentes, desenvolvendo-se o povoamento a partir de uma fazenda de criação de gado, denominada TORRES, de propriedade de João Barbosa, que em meados do século XIX doou a Nossa Senhora da Conceição uma parte de terras, na margem esquerda do rio Capibaribe, onde foi construída uma capela, origem da

cidade. A primeira casa foi edificada nas imediações da capela por José Cabral e, em 1868, o lugarejo já contava com 20 casas de taipa<sup>9</sup>.

Portanto, os dados atuais do IBGE, em que informam o local do povoamento de Toritama, divergem do que foi demonstrado na pesquisa de Florentino, a qual também teria sido baseada no IBGE. Contudo, os indícios que apontamos sobre a existência de povos na zona rural ainda continuam, de certa forma, pertinentes, já que não se sabe ao certo o início da construção da Igreja de São João Batista, tampouco a quantidade de casas ou famílias que ali viviam antes de sua fundação. O mesmo podemos dizer sobre o povoamento no entorno da capela, construída na propriedade particular do senhor João Barbosa, pois o IBGE não entra em detalhes sobre as casas de taipa; infelizmente, essa capela foi demolida para a abertura da rua do comércio no centro da cidade de Toritama:

Nossa capela foi demolida no ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na gestão do então prefeito José J de Araújo, por ordem do EXMO. SR. Bispo diocesano de Nazaré da Mata, e não por mero prazer do prefeito José j de Araújo, como é comentado. A demolição da capela deu vaga ao progresso. Quem se lembra sabe perfeitamente que atrás da capela era um verdadeiro serrote de pedra. E por causa disto que a praça foi feita em dois níveis. E o primeiro calçamento partiu da rua do comércio pois ali era onde se encontrava o comércio (Araújo, 2007, p. 101).

Se observarmos bem no relato do cronista, ele demonstra duas informações importantes sobre a demolição da capela: a primeira seria a de que o bispo de Nazaré da Mata foi quem teria dado a “ordem” de demolição de uma capela, que poderia ser centenária; a segunda seria uma forma amenizar<sup>10</sup> os interesses político-econômicos da época, colocando a importância do progresso em detrimento do que seria um dos símbolos mais antigos que o povoado conhecia e que era de suma importância para a religiosidade local, com significados diversos da sociedade toritamense da época, como podemos observar nos versos de cordel, que explicita um pouco do pensamento e do sentimento dos populares:

Tenho em mim saudade tamanha  
Que nunca esqueci, vivo sempre a pensar  
Na antiga igrejinha da praça  
A qual foi destruída  
Hoje, porém, não existe

<sup>9</sup>Dados oficiais do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/historico>. Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>10</sup>Vale salientar que o cronista Mário Jota de Araújo era irmão do prefeito Jota Araújo, o que pode interferir na forma como os fatos são expostos.

Nem mesmo o seu lugar<sup>11</sup>

Vale ressaltar aqui a importância da produção da literatura de cordel local, pois esta possui proximidade com a tradição oral<sup>12</sup>, versando

[...] sobre acontecimentos cotidianos, de caracterização jornalística, pode-se observar que a preocupação com a precisão do espaço-temporal é muito respeitada. Chegando, mesmo, a explicitar a cidade, ou localidade em que a cena transcorreu [...] levando em conta a constante preocupação em não cometer equívoco (Lima, 2020, p. 35).

Nesse sentido, “os versos de cordel desempenham diversas funções no cotidiano do homem e mulher do interior, como a comunicação, entretenimento e jornalístico de um período histórico” (Silva, 2001), o que Lima (2020) indica se tratar especificamente dos cordéis informativos.

Com relação à questão da capela, encontramos uma divergência de informações, pois a demolição desta foi feita em 1957, segundo Araújo (2007), com ordens do bispo da diocese de Nazaré da Mata. Todavia, a diocese de Caruaru já existia, ficando apenas 36 km de distância entre Caruaru e Toritama. Assim, não há uma conclusão a respeito das motivações implicadas na destruição da primeira cidade, conforme podemos observar, através da própria diocese de Caruaru, no que tange à discussão sobre a criação da diocese dessa região:

Em de novembro de 1944, o arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde, no salão nobre do Clube Intermunicipal, formou a comissão pró-bispado para prosseguir com encaminhamentos visando à criação do novo bispado. Com a aprovação do projeto de criação, o Papa Pio XII, em 07 de agosto do ano de 1948, através da Bula “Quae Maiori Christifidelium” erige canonicamente o novo bispado com sede na cidade de Caruaru. A Diocese de Caruaru é marcada pelo pastoreio de cinco bispos ao longo de sua História: Dom Paulo Hipólito de Souza Libório, nomeado pelo Papa Pio XII em 15 de março de 1949<sup>13</sup>.

Sobre esse evento importante da criação da diocese de Caruaru, vale salientar que a região foi beneficiada com o desmembramento dos territórios de

<sup>11</sup>O verso foi retirado do cordel “Toritama do passado”, do professor e cordelista toritamense Mário Severino da Silva.

<sup>12</sup>Ainda sobre a compreensão da literatura de cordel como fonte oral, podemos observar que “em nível geral, a base oral é a que dá sustentação tanto à produção do conto quanto à literatura de folhetos, tendo suas origens associadas à vocalidade das cantorias. Ambas têm na origem oral sua base, estando permeadas de elementos próprios a esta prática, conservados, em parte, quando de sua translação para a forma escrita” (Lima, 2020, p. 31).

<sup>13</sup>Texto informado pelo site da diocese de Caruaru, de domínio público. Disponível em: <https://www.diocesedecaruarupe.com/post/75-anos-da-diocese-de-caruaru>. Acesso em: 13 ago. 2023.

outras dioceses<sup>14</sup>, como é o caso das dioceses de Nazaré da Mata, Pesqueira e da arquidiocese de Olinda e Recife, que cederam territórios para a criação da nova diocese. Com isso, fica evidente que a capela em Toritama, com apenas 36 km de distância de Caruaru, era território pertencente à diocese de Caruaru e não de Nazaré da Mata, o que demonstra divergências entre as hipóteses a respeito da ordem de destruição da capela: uma fragilidade na ideia de que o bispo de Nazaré da Mata teria o interesse em demolir uma capela, o que já é atípico e, ainda mais, em outra diocese.

Outro aspecto interessante é que a carta de autorização, de autoria do bispo de Nazaré da Mata, não é mencionada ou divulgada na cidade, para sustentar tal hipótese. Além disso, outra ocorrência, que poderia ter acontecido nesse sentido, era um problema na comunicação sobre a jurisdição dos territórios da diocese de Nazaré da Mata e a diocese de Caruaru, que tinha surgido há pouco tempo e estaria ainda se organizando enquanto diocese. Porém, ainda assim, fica esse hiato quanto à autorização do bispo de Nazaré da Mata, ou seja, não há uma conclusão quanto às motivações da demolição da capela.

Figura 5 – Ao fundo, a capela de “Nossa Senhora da Conceição” e a organização da Rua do Comércio



Fonte: Autor desconhecido.

---

<sup>14</sup>Esse desmembramento foi noticiado no jornal *Diário de Pernambuco*, em 13 de agosto de 1948. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_12&pagfis=30813](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pagfis=30813) Acesso em: 13 ago. 2023.

Na figura 5, podemos ver algumas mulheres, possivelmente com suas filhas em uma calçada, e duas árvores, semelhantes a figueiras. Nesse cenário, aconteciam as festas religiosas, próximas à capela construída por João Barbosa em sua fazenda e que depois se transformou no centro da Villa de Torres, sendo o ponto de encontro de jovens, populares e comerciantes das primeiras feiras, como poderemos ver mais adiante<sup>15</sup>.

Com a demolição da antiga capela, houve a necessidade da construção de uma igreja maior e que abarcasse os devotos da localidade. Esse foi o contexto de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, como podemos observar na figura 6.

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

A paróquia de Toritama é criada em 24 de setembro de 1963; já no ano seguinte, o bispo da diocese de Caruaru, Dom Augusto de Carvalho, celebra a

---

<sup>15</sup>Conforme o cronista Araújo (2007, p. 98), “a capela já se tornava pequena para a vila. No mês de maio ou nas missas ficava muita gente do lado de fora. [...] o último dia de maio era o mais festejado, se não me engano era a noite dos solteiros”.

tradicional missa e participa das festividades da mais nova paróquia e da nova igreja da cidade (Araújo, 2007).

As duas maiores possibilidades de povoamento eram as de alguns agricultores que viviam às margens do Capibaribe e mais precisamente no que depois se configurou como sítio São João, abarcando o entorno da capela construída por um Fazendeiro local.

Vale salientar também que essas práticas de povoamento local remontam a tempos anteriores. A exemplo disso, podemos destacar o povoamento da cidade de Caruaru<sup>16</sup>, pois esta surge através das práticas de pecuárias da região, com a fundação da “fazenda Caruaru” e com a construção de uma capela nos domínios da fazenda, onde, a posteriori, houve a constituição de um comércio local e de um primeiro e pequeno aglomerado de moradias e hospedagem para os viajantes da região.

Nesse sentido, a forma como ocorreu o povoamento de Caruaru se assemelha ao que aconteceu em Toritama, como já foi discutido anteriormente. Podemos observar esse fato no trabalho do arqueólogo caruaruense Josué Euzébio sobre a fundação de Caruaru e a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição:

Depois de receber a autorização, respeitando as exigências eclesíásticas (quando o padre da freguesia realizou uma visita e deixou tudo encaminhado), o fazendeiro iniciou a construção da capela concluída um ano depois da autorização. Pois se o documento da Provisão concedida pelo Bispo, foi assinado em fevereiro de 1781, o pedido para o padre de Bezerras vir benzer a igreja, somente ocorreu em 20 de maio de 1782, conforme a “Certidão” que segue sobre a inauguração da Capela (Ferreira, 2021, p. 118-119).

Podemos, então, de acordo com nossa discussão com as fontes e com o diálogo estabelecido com a historiografia de Caruaru, concluir que, apesar da zona rural de Toritama ser tão antiga quanto o centro da cidade, o povoamento em si surgiu através de motivações pessoais e de interesses econômicos. Com isso, a capela, que foi infelizmente demolida em Toritama, poderia marcar o que entenderíamos hoje como o marco zero da cidade e, conseqüentemente, concluir o fim dessa dúvida local, levantada pelo cronista Araújo e pelo memorialista Florentino: “onde” teria sido o começo da vila de Torres?

---

<sup>16</sup>FERREIRA, Euzébio Josué, 2021, p. 107.

É importante esclarecermos aqui o contexto em que ocorreram as exigências e trâmites para legitimação das terras destacadas por Euzébio. Tal fato ficou conhecido como a Lei das Sesmarias, que era uma forma de doação de terras para a ocupação e produção nestas. Primeiramente, temos que entender que o que ficou conhecido como sesmarias não foi algo “inventado” exclusivamente para o Brasil, pois, de acordo com Vianna (2013, p. 48):

Em Portugal, a Lei das Sesmarias, legislação de D. Fernando, é de 1375. Numa Europa que vivia a crise do século XVI, a Lei visava principalmente garantir a produção agrícola para o abastecimento da população. A lei tinha os seguintes pontos principais: a cultura do solo passou a ser obrigatória; caso o senhorio não pudesse explorar todas as terras, deveria dar em arrendamento as que não pudesse cultivar; e a terra não cultivada seria tirada do senhor.

Inicialmente, essas doações de terra exigiam apenas que o indivíduo fosse católico e que tivesse condições de produzir nelas (Vianna, 2013). Porém, com o governador geral, Tomé de Sousa, houve uma organização de artigos de leis para alguns casos específicos, como nos casos dos donos de engenhos, nas terras próximas aos cursos de água, pois ficou determinado que os donos de engenhos teriam que construir uma torre de segurança ou “casa forte” e ainda possuir quatro peças de artilharia, dez espingardas, dez bestas, vinte espadas, dez lanças ou chuços e vinte corpos d’armas de algodão; quem não conseguisse construir moendas poderia moer a cana-de-açúcar, conforme a necessidade, em outros engenhos, sem problemas (Mesgravis, 2020).

A organização das sesmarias durou até 1822, tornando-se um dos principais fatores do latifúndio. Quando a Lei das Sesmarias foi abolida, de 1822 até 1850, o que ficou estabelecido foi o princípio da ocupação da terra para produção, moradia, entre outras atividades (Vianna, 2013). Porém, em 1850, pela Lei nº 601, ficou proibida as aquisições de terras que não tivessem a documentação de compra ou feito todos os trâmites para legalizar o pedido de doação de Sesmarias.

Isso fez com que acabasse o princípio de ocupação da terra, a partir de 1822, reduzindo consideravelmente o acesso à terra das classes mais baixas da sociedade e concentrando a posse das terras às classes mais abastardas, que tinham condições de comprar e pagar os impostos à coroa (Vianna, 2013); quatro anos depois, a nova Lei de terras está mais organizada.

Sem medição o morador não obteria o título, e com isso perderia o direito de poder hipotecar as terras e, mais tarde de receber qualquer crédito por ela. Passava a ser obrigatório medir e demarcar as terras. A 30 de janeiro de 1854, a lei foi regulamentada, tendo início o registro de terras, efetuado nas respectivas paróquias (Vianna, 2013, p. 53).

Essa pequena problematização também nos ajuda a entender o contexto não só do que ocorreu em Caruaru, mas também em Toritama, pois, como já foi destacado, o senhor João Barbosa era dono de uma grande extensão de terras, incluindo Toritama. Porém, vale dizer esse período se passa em meados de 1860, após a modernização da Lei de terras, ocorrida em 1854.

Como podemos observar, apesar de confrontarmos as versões de povoamento de ambos os pensadores toritamenses, o resultado não explicou o que Florentino se propôs a discutir, por exemplo, com seu texto sobre história política. Porém, vale lembrar que tanto o cronista Araújo, quanto o memorialista, Florentino, entre outros, têm a liberdade para discutir conforme melhor convir, pois a “crônica é uma seleção de cortes que pode silenciar, dar ênfase e subjetivar lugares e tempos” (Monteiro, 2006). Em contrapartida, a produção científica do historiador obedece a outra lógica, visto que o “demônio das origens foi talvez um avatar desse outro satânico inimigo da verdadeira história, a mania do julgamento” (Bloch, 2001). Outro aspecto que o historiador difere em sua produção é o fato de não pode imprimir juízos de valor.

Outro aspecto crucial, que vimos na discussão entre o cronista Mário Jota de Araújo e o memorialista José Fábio Florentino Silva, é o caráter de fluidez e estilo de suas escritas, apesar de nossas ponderações, na mediação desse diálogo, para uma melhor compreensão, fica evidente o caráter descritivo de suas produções, o que se assemelha aos antigos manuais positivistas de história, os quais caíram em desuso, devido ao surgimento da criticidade na produção científica, com Marx e, posteriormente, difundida nas universidades, pelos Annales, como podemos perceber com Rojas (2004, p. 37):

Y aunque ha pasado ya más de un siglo, desde la época en que fue escrito el tristemente célebre manual de Ch. V. Langlois y Ch. Seignobos, titulado introducción a los estudios históricos, este libro continúa siendo todavía la biblia de esos malos historiadores positivistas. Como si todo el siglo veinte cronológico, y toda la historiografía contemporánea que arranca con el proyecto crítico de Marx, desde los años de 1848, no fuese justamente una protesta permanente y una crítica sistemática de esta versión empobrecida de la historia que ha sido la historia positivista. Una historia que limitando el Trabajo del historiador, exclusivamente al Trabajo de las fuentes escritas y

de los documentos, se reduce a las operaciones de la crítica interna y externa de los textos, y luego a su clasificación y ordenamiento, y a su ulterior sistematización dentro de una narración en verso en esos mismos documentos.

Conforme podemos dialogar com Rojas (2004), a produção do historiador deve ser crítica em sua escrita e também no trato com suas fontes de pesquisa, na crítica de como foi a produção dessa fonte ou no seu conteúdo. Tudo isso para dar embasamento à problematização do objeto de pesquisa, que, como Rojas (2004) deixa bem claro, surge com Marx justamente como uma espécie de protesto contra aquela história que era produzida em sua época e que, em grande medida, influenciou não só a historiografia, mas outras produções científicas.

Desse modo, podemos compreender melhor como se caracteriza as produções do historiador, com seu aspecto científico e, de outro lado, o cronista-memorialista, que possui a sua liberdade característica para ser utilizada, como podemos ver na análise do historiador caruaruense Gustavo Silva sobre o cronista e articulista de Caruaru 'A. Rodrigues':

No texto, relativamente longo, pois ocupava sozinho uma página completa, o cronista utiliza o centenário como mote para percorrer o passado caruaruense com saudosismo. [...] Além de expor o passado de maneira poética, quase inocente, Rodrigues mais adiante no seu texto construiu o retrato de uma Caruaru em sintonia com o que era considerado progresso na época, como o aumento do fluxo de automóveis (Silva, 2014, p. 29).

Nesse exemplo de análise, podemos observar algumas características da escrita de uma crônica e de aspectos que o historiador não pode lançar mão em um método científico, o que deixa bem claro agora o resultado desses dois produtores de conhecimento e de sua igual importância na sociedade, cada um com o seu modo, seja na construção memorialística do local ou com a produção dos historiadores em uma crítica científica do local. Com isso, é importante que a busca pelo entendimento dos fatos históricos tenha sempre o apoio das mais variadas camadas da sociedade e de pessoas dos mais variados ofícios, que entendam a

[...] necessidade da compreensão histórica do passado bem como os seus usos não se limita exclusivamente aos interesses das elites, sejam elas aristocráticas, burguesas ou burocráticas. Mas a todos os seres humanos, inclusive, os mais anônimos e despossuídos. Neste sentido, o rio da História passa a ser mais generoso com os indivíduos (Adilson Filho, 2019, p. 1).

Apesar de problematizarmos para entender as discrepâncias de diferentes modos de fazer a história, o mais importante aqui é deixar claro o compromisso e o

difícil ofício do historiador, pois problematizar fenômenos históricos de forma crítica, conforme a historiografia e seus pares exigem, faz-se necessário um trabalho que prescinde de muita paciência, tempo de leitura e maturação na escrita, o que é um desafio na atualidade em que vivemos, que nos exige resultados cada vez mais rápidos.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO PRÉ-MUNICIPAL DE TORITAMA

A Villa de Torres, como era chamada na época em que pertencia ao município de Vertentes, foi subordinada a tal município até 1938, quando houve a primeira mudança desse distrito, no momento em que a Villa de Torres se tornou distrito do município de Taquaritinga<sup>17</sup>, ocorrendo, assim, a primeira fragmentação antes de se emancipar politicamente. O cronista local, Araújo (2007), também menciona esse fato como uma mudança importante para o lugarejo, pois, apenas com a elevação a Villa, ficaria mais fácil eleger representantes na câmara municipal de Taquaritinga conforme o decreto de Lei 235, e que deixou os habitantes de Torres bastante animados, de acordo com (Araújo, 2007).

O nome Toritama, segundo alguns estudiosos, consultados pelo *Diário de Pernambuco*, significa terra alegre<sup>18</sup>. Sendo assim, houve essa mudança de nomenclatura, anunciada em 16 de setembro de 1943 e ratificada em 31 de dezembro do mesmo ano, com a justificativa de que o decreto do governo federal, no então período Vargas, visava extinguir as duplicatas dos nomes de cidades e lugarejos em todo o país, com a ajuda de governos estaduais e municipais, através de uma reforma administrativa nacional. Essas medidas têm como base o perfil de centralidade do governo Vargas, pois era totalmente centralizado em quase todas as esferas públicas. Em concordância com Fausto (2021, p. 186),

As medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ao dissolver o congresso nacional, Vargas assumiu não só o poder executivo como o legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os antigos governadores [...] foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais.

---

<sup>17</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 11 de dezembro de 1938. Ed.00028B.

<sup>18</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 16 de setembro de 1943. Ed. 00218.

É compreensível o contexto local, em que acontecem tais mudanças, pois, como Fausto (2021) demonstra, o centralismo do governo federal surge praticamente com a ascensão do governo Vargas e o acompanha até o fim. Portanto, em janeiro do ano seguinte, 1944, já estariam em vigor as novas toponímias. Assim, a Villa de Torres, em Taquaritinga, passou a ser conhecida como Villa de Toritama, pertencente à Taquaritinga do Norte<sup>19</sup>. Através de algumas obras necessárias para a época, Taquaritinga exerceu o domínio de seu novo distrito, a exemplo do recondicionamento de carroçáveis, em cooperação com o governo do estado. Vale salientar que essa ajuda estadual ocorreu não só em Toritama, mas também em outras localidades<sup>20</sup>.

Para além do surgimento de obras necessárias, houve algumas organizações políticas no distrito de Toritama, a exemplo do diretório do PTB, que não ficava na cidade de Taquaritinga, mas no distrito em questão, tendo para as próximas eleições estaduais um candidato local, que era muito conhecido pelos toritamenses, José Falcão, membro do PTB.<sup>21</sup>

Contudo, essa organização não ficou apenas restrita à localidade de Toritama, pois começava a surgir uma pequena relação entre a capital do estado e esse pequeno distrito. Podemos identificar, logo nesses primeiros anos, o surgimento do nome de Toritama nas tribunas da ALEPE, no intuito de conseguir recursos para melhorias do distrito, através do apelo feito pelo deputado estadual Tabosa de Almeida, que, aproveitando a aprovação do projeto orçamentário estadual, para a construção de 100 escolas primárias a serem distribuídas pelo interior, no exercício do ano de 1948, destacou que, dessas 100 escolas, duas fossem construídas em Toritama e duas em Santa Cruz do Capibaribe, já que cada um desses distritos possui apenas uma escola primária<sup>22</sup>, havendo, pois, a necessidade de expandir para três. Dessa forma, fica visível que a articulação política de Toritama estava amadurecendo cada vez mais rápido e não demoraria muito para que isso fomentasse também o sentimento de liberdade em detrimento do jugo de Taquaritinga do Norte.

---

<sup>19</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 31 de dezembro de 1943. Ed.00307.

<sup>20</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 11 de novembro de 1944. Ed. 00267.

<sup>21</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 22 de dezembro de 1946. Ed. 00301.

<sup>22</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 12 de setembro de 1947. Ed. 00213.

Diante disso, não demorou muito para que Toritama entrasse no radar de outros partidos, possivelmente observando o crescimento de tal distrito, mesmo que ainda reduzido, e também sua posição geográfica, que, certamente, favoreceu a observação desse lugarejo, pois Toritama é passagem obrigatória para a ligação da cidade de Caruaru, que já era um grande centro econômico até Campina Grande, outro centro econômico no estado da Paraíba; além disso, há a possibilidade de ligação à mata norte, tendo acesso a cidades como Surubim.

Sabendo disso, surge a importância da construção de estradas no lugar dos antigos carroçáveis, para melhorar justamente o transporte de mercadorias, comunicação e um melhor acesso a essas localidades e lugarejos circunvizinhos. Lael Sampaio foi o deputado que apresentou um projeto de construção das estradas, com sentido Vertentes-Toritama e Caruaru-Toritama-Campina Grande. Vale salientar que essas estradas não foram as únicas contempladas no projeto<sup>23</sup>. Não obstante, já é perceptível uma presença, mesmo que sutil, de Toritama nos interesses políticos, de outras localidades e, principalmente, da capital Recife.

Mesmo com alguns avanços políticos, a população ainda sofria com algumas dificuldades, de categoria básica, como o problema da energia elétrica, que ainda era escassa e continuava sem solução<sup>24</sup>. Nesse período, Toritama dispunha, como única fonte de energia, de motores rudimentares, que funcionavam através da alimentação de caldeiras, que serviam de alimentação para uma máquina de tirar a poupa do algodão e, através dela, gerar energia para umas poucas residências. Depois do motor a vapor, chegou o motor a diesel, que gerava um pouco mais de eletricidade, como podemos observar em Araújo (2007, p. 77): “Muito tempo continuou nosso povoadozinho sendo iluminado por esta caldeira que fazia impulsionar o dínamo. Depois surgiu um motor, que por incrível que pareça, era um motor de carro”.

Ainda sobre essa máquina de descaroçar o algodão, o seu uso é bem mais antigo do que parece na região. Recorrermos às crônicas de Nelson Barbalho, para entender melhor como essas máquinas eram utilizadas, pois tal cronista enfatiza a movimentação do Governador do Estado, Luís do Rego Barreto, na década de 1820,

---

<sup>23</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 18 de novembro de 1947. Ed. 00270.

<sup>24</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 27 de setembro de 1949. Ed. 00225.

junto a um diligente de agricultura, em Limoeiro, para trazer da Europa essa máquina (Barbalho, 1983). Nelson Barbalho ainda demonstra que:

Limitada aquela iniciativa por outros lavradores, vem daí o começo das máquinas de descaroçar algodão entre nós, vulgaríssimas em certas zonas, uma vez que o sertanejo pratica o serviço do descaroçamento por meio de aparelhos imperfeitos, construídos a seu modo, vulgarmente conhecidos por “bolandeiras” (Costa *apud* Barbalho, 1983, p. 130-131).

Também, é importante lembrar que esse problema não era exclusivamente de Toritama, tampouco dos novos municípios que estavam surgindo, pois o Brasil, nesse contexto, passava por sérias mudanças, devido a sua falta de indústria de base e de uma situação desfavorável na balança comercial, pois “exportava produtos primários e importava produtos manufaturados” (Skidmore, 1982). Isso foi aos poucos se resolvendo no governo Vargas, através de medidas necessárias para o desenvolvimento industrial. Segundo Skidmore (1982, p. 67),

O governo federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia por dois modos principais: “a manipulação de incentivos”, tais como impostos, controles de câmbio, cotas de importação, controles de crédito e exigências salariais; e a intervenção direta através de investimentos públicos, em setores como ferrovias, navegação serviços públicos e indústrias básicas, como o petróleo e o aço.

Dessa forma, com essas medidas importantes, houve uma extensiva acessibilidade aos produtos industrializados Brasil a fora, principalmente em Toritama, onde, depois de um tempo, os “motores antigos que funcionavam com o vapor da caldeira e alimentados por carvão vegetal foram substituídos por um motor moderno que era mais eficiente e funcionava a óleo diesel” (Araújo, 2007).

Contudo, Toritama continuava como distrito de Taquaritinga do Norte, que exerceu seu domínio sobre aquela e demonstrava interesse na localidade. Podemos perceber isso logo no primeiro ano do recente governo municipal, do ano de 1949, através de algumas obras, para melhorias públicas, em áreas diversas, discutidas e aprovadas em reunião da câmara municipal e sancionadas pelo prefeito Francisco Arêa Leão, momento em que foi acordado o investimento de cem mil cruzeiros, destinados à requalificação da estrada que liga Taquaritinga-Toritama; cinco mil

cruzeiros para reformar o cemitério local; quinze mil cruzeiros para a construção da cadeia pública; e três mil cruzeiros para uma escola de serviços manuais<sup>25</sup>.

Toritama era vista como uma localidade promissora, não só pelos seus políticos locais, com relação estreita com a ALEPE, mas também por municípios vizinhos. Isso pode ser evidenciado pelo deputado caruaruense Drayton Nejaim<sup>26</sup>, entre outros, que participaram de um comício durante a corrida eleitoral do estado, no ano de 1954<sup>27</sup> ou no apelo feito por Drayton, no ano de 1957, pedindo ao secretário de segurança, que reforçasse o policiamento em Toritama, durante o período eleitoral, para garantir que tudo ocorresse bem<sup>28</sup>, ou seja, o lugarejo era visto como lugar promissor.

Com isso, a emancipação do distrito se tornaria inevitável, dado o grau de organização e influência política entre seus residentes. Porém, não devemos entender isso como uma forma “natural” do curso da localidade, pois esse evento envolve interesses pessoais de políticos e a elite local, que já se organizava, preparando-se para esse evento. Vale ressaltar que era um evento de interesse também da prefeitura de Taquaritinga, pois esse território, além de estar mais próximo da cidade, era também um local de importância política e financeira considerável. Assim, a perda de domínio poderia resultar em um prejuízo ao município sede.

---

<sup>25</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 8 de novembro de 1949. Ed. 00254.

<sup>26</sup>É necessário abrirmos um parêntese para essa questão, pois as disputas políticas em Toritama tiveram proporções enormes, como um território político em disputa entre o deputado Drayton Nejaim e o deputado Antônio Luiz Filho. Percebemos, durante nossas investigações, vários casos de brigas em Toritama, envolvendo partidários desses dois deputados antagônicos: o primeiro caso mais grave em Toritama ocorreu com a morte de um comissário de polícia, o senhor Evaristo Severino da Costa e de um integrante do PSD, José Duarte dos Santos, que morreu dias depois, no hospital São Sebastião, em Caruaru, ambos alvejados por tiros, pelo comerciante Protásio Soares, que fazia parte das “oposições unidas”. Esse fato exemplifica as desavenças partidárias em Toritama (Repositório do *Diário de Pernambuco*, 26 de setembro de 1958. Ed. 00220). No entanto, as desavenças não ficaram apenas no recente município, pois, em 14 de novembro de 1961, o deputado Drayton Nejaim entra na ALEPE e saca um revólver, disparando três vezes em direção ao deputado Antônio Luiz Filho, que estava na tribuna (ambos adversários políticos, principalmente em Toritama) até ser contido por parlamentares. Segundo a apuração do *Diário de Pernambuco*, o que teria motivado a ação foi um projeto de autoria de um vereador próximo a Nejaim, que foi vetado graças a maioria da câmara de vereadores de Toritama, que apoiava o deputado Antônio Luiz Filho. Os disparos não atingiram ninguém, mas, na reportagem, teria desfigurado o quepe de um dos guardas que estava presente durante o atentado (Repositório do *Diário de Pernambuco*, 15 de novembro de 1961. Ed. 00261). Portanto, fica evidente aqui, com esses relatos além do mandonismo e autoritarismo, que Toritama não era um município comum dentre os demais que se emanciparam, era um município bastante importante para as eleições dos deputados da ALEPE e representava um bom “colégio eleitoral”, que gerou tais desavenças, chegando até a capital Recife.

<sup>27</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 16 de setembro de 1954. Ed. 00204.

<sup>28</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 12 de fevereiro de 1957. Ed. 00035.

## 2.3 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TORITAMA

Em 25 de março de 1953, o então deputado Osvaldo Lima Filho apresenta o projeto de criação do município de Toritama. Na época, o distrito tinha cerca de 60 anos, segundo as informações da matéria publicada no jornal *Diário de Pernambuco*<sup>29</sup>, embora saibamos que hoje, conforme discutimos anteriormente, esse lugarejo remonta há mais tempo.

No que tange à trama sobre esse período importante da história de Toritama, o deputado Osvaldo Lima Filho teve grande responsabilidade sobre as negociações e apelos na tribuna da ALEPE, para a formação do novo município. O deputado Osvaldo Lima Filho era próximo de políticos locais, como o vereador Jota Araújo, que depois seria o primeiro prefeito de Toritama, o que demonstra a articulação bem orquestrada para esse feito. O cronista Araújo (2007) menciona a importância das ações do deputado Osvaldo Lima Filho e do deputado Antônio Luiz Filho<sup>30</sup>. Entretanto, apenas encontramos registros das ações do deputado Osvaldo Lima Filho, pois, além do mencionado projeto de emancipação política, este leva para Recife a assinatura de 1020 pessoas para a criação do município<sup>31</sup>.

Vale ressaltar que a taxa de escolaridade nesse período era muito baixa, contribuindo para uma alta taxa de analfabetismo se analisarmos os dados catalogados e divulgados na época pelo deputado Osvaldo Lima Filho. Ainda sobre os números, é importante trazer a quantidade de seções eleitorais que funcionavam em Toritama na época, que eram quatro<sup>32</sup>, e como argumentos para respaldar o projeto de emancipação, o município tinham segundo o deputado “uma renda própria de 150. 905. 30 cruzeiros, população com cerca de 13.000.00.” Além disso, deveriam ser incorporados à Toritama, nesse projeto, as zonas rurais “Malhadas” e “Jacaré”, pertencentes ao município de Caruaru<sup>33</sup>.

Conforme noticiado, com essas ações do deputado e com a articulação com o vereador Jota Araújo, a população ficou muito esperançosa com a possibilidade de

---

<sup>29</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 25 de março de 1953. Ed. 00067.

<sup>30</sup>Araújo, Mário Jota, 2007, p. 185.

<sup>31</sup> Repositório do *Diário de Pernambuco*, 1 de abril de 1953.

<sup>32</sup> Repositório do *Diário de Pernambuco*, 5 de setembro de 1954.ed .00156.

<sup>33</sup> Repositório do *Diário de Pernambuco*, 25 de março de 1953. Ed. 00067.

independência política, principalmente os comerciantes locais e, obviamente, a classe política local, como demonstra a quantidade de telegramas destinados ao governador; em um primeiro momento, demonstrando o anseio e a esperança pela aprovação do governador. Tais telegramas mencionam vários nomes, dentre eles, o do então vereador de Taquaritinga e residente em Toritama, Jota Araújo, e do subprefeito do distrito de Toritama, João Manoel<sup>34</sup>. Outro fator importante, que devemos ficar atentos, é que, nessas aparições nos jornais, as elites e a classe trabalhadora aparecem em suas manchetes, pois

Os indivíduos pertencentes as classes sociais privilegiadas dão-se a conhecer através dos mais diversificados tipos de fontes à disposição dos historiadores, na documentação política, falam através dos deputados e governantes que os representam; nas notícias de jornais, pode-se até mesmo percebê-los em flashes de sua vida privada nas colunas sociais; na arte letrada, iremos encontrá-los como sujeitos produtores de discurso ou como referentes dos discursos aí produzidos. Já o pobre, e mais ainda excluído, só é dada uma voz quando ele comete um crime (Barros, 2013, p. 121).

Dessa forma, observamos que a elite política é a que mais aparece nas notícias relacionadas a Toritama e populares, quando for para corroborar a narrativa dominante e também quando populares aparecem, devido a acontecimentos criminais, como é o caso da morte do comissário de polícia José Duarte dos Santos, em 26 de setembro de 1958, em tiroteio com Protásio Soares<sup>35</sup>.

Ainda nesse período, houve várias disputas de território e desmembramentos circunvizinhos, o que, de certa forma, fez com que os partidos prestassem mais atenção nas discussões da câmara de vereadores e na ALEPE. Podemos exemplificar essas disputas locais como o ocorrido entre a câmara da cidade de Vertentes e alguns políticos de Caruaru, em que um choque de interesses gerou um mal-estar entre essas classes políticas, devido a uma proposta de desmembramento de alguns territórios de domínio de Vertentes, proposta essa apresentada pelo então deputado Tabosa de Almeida, pois alguns desses territórios passariam a pertencer à Taquaritinga do norte.

Com a apresentação desse projeto, a câmara de vereadores de Vertentes, por unanimidade, colocou uma nota de repúdio contra tal projeto. Vale salientar que, nessa nota, a câmara não seria contrária à emancipação de Santa Cruz do

---

<sup>34</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 29 de maio de 1953. Ed. 00120.

<sup>35</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 26 de setembro de 1958. Ed. 00220.

Capibaribe<sup>36</sup>, que também, nessa época, já estava se organizando para buscar sua independência política, o que deu muito certo, pois obteve êxito na mesma data que Toritama, isto é, 29 de dezembro de 1953. Com isso, dois distritos foram emancipados na mesma data e desmembrados de um mesmo município. Justamente nesse período, ocorrem os primeiros congressos nacionais dos municípios, sendo o primeiro em 1950 e o terceiro em 1954, demonstrando, de certa forma, uma tentativa de coalizão para a municipalização ocorrida nesse período (Bezerra, 2012).

Essa situação reflete o momento político nacional da época, pois essas emancipações políticas ocorreram em várias localidades do país, pois foram possibilitadas, devido às mudanças na legislação de 1946, logo após a abertura política, depois do final da ditadura do Estado Novo (Bezerra, 2012). Dessa forma, os estados e os municípios obtiveram autonomia política e financeira, descentralizando um pouco o poder federativo e fortalecendo a administração local, permitindo a emancipação de municípios em muitos locais, pelo menos até 1964, quando

[...] a legislação relativa às emancipações criou, nacional e centralizadamente, regras mais rigorosas a serem cumpridas por qualquer distrito que tencionasse a sua emancipação, como população não inferior a 10 mil habitantes. Tais regras voltaram a ser flexibilizadas, em cada unidade federativa, depois de 1988 quando ocorreu uma nova leva de emancipações (Bezerra, 2012, p. 257).

O projeto de lei, que foi apresentado na câmara de vereadores de Taquaritinga, pelo vereador Jota Araújo, pela emancipação de Toritama, e pelo vereador eleito por Santa Cruz, Raimundo Aragão, teria sido aprovado pela câmara. Em conformidade com Silva (2013, p. 22),

Ainda, fora aprovado na câmara municipal de Taquaritinga do Norte, o projeto de lei que elevava Toritama e Santa Cruz do Capibaribe a categoria de cidade. O projeto de autoria de José J. de Araújo e Raimundo Aragão. O documento foi enviado à assembleia legislativa de Pernambuco para ratificação, onde foi aprovado e, posteriormente, convertido na lei nº 1.818, de 1953, que emancipou Toritama. A confirmação se deu pela lei estadual nº 1.819, de 30 de dezembro de 1953, que estabeleceu o seu desmembramento da antiga sede, Taquaritinga do Norte.

---

<sup>36</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 22 de dezembro de 1953. Ed. 00291.

Tais desmembramentos foram “um golpe duro” para Taquaritinga do Norte; a perda do mando de dois distritos importantes, de uma só vez. Em contrapartida, para os distritos, poderia significar uma possibilidade de mais autonomia, principalmente, porque,

Nos anos de 1950 e 1960, o federalismo brasileiro preconizava o município como unidade portadora de dois territórios, que são a sede e o distrito. Quanto aos distritos, como ainda acontece, não era estabelecida nenhuma garantia na prestação de serviços ou na existência de equipamentos públicos, serviços e equipamentos cuja presença ou ausência está inscrita no território (Bezerra, 2012, p. 263).

Enquanto o prefeito de Taquaritinga observava toda essa movimentação, os moradores de Toritama ficavam muito satisfeitos com esse resultado positivo. No dia seguinte após a confirmação da emancipação política, havia telegramas de residentes, agradecendo ao governador pela aprovação, como é o caso do morador Isaias Soares, que fez o seu telegrama, agradecendo ao executivo do estado<sup>37</sup> e que, inclusive, hoje, dá nome a uma das ruas de Toritama. Essa proporção de telegramas só aumentava, conforme se passavam os dias, pois, em cinco de janeiro do ano seguinte, sai uma lista enorme, com vários nomes de moradores de Toritama, agradecendo a aprovação do governador do estado de Pernambuco, o senhor Etelvino Lins de Albuquerque.

Embora as expectativas fossem das melhores para a nova condição de município de Toritama, as felicitações duraram pouco tempo. Até que uma ação pelo prefeito de Taquaritinga do Norte poderia frustrar o entusiasmo geral dos toritamenses, pois o município sede poderia ser prejudicado com a perda dos dois distritos mais importantes do seu território de uma só vez. Em 13 de fevereiro do mesmo ano, o prefeito de Taquaritinga do Norte, Severino Arruda, impetra um mandado de segurança, pois, segundo a câmara de vereadores de Taquaritinga, “o prefeito de forma indireta fere os interesses também de Santa Cruz do Capibaribe”<sup>38</sup>.

Vale salientar que essa medida foi impetrada unicamente pelo prefeito de Taquaritinga do Norte, enquanto a câmara, por unanimidade, foi totalmente contrária a essa ação<sup>39</sup>, inclusive, os vereadores assinaram um requerimento, no qual

---

<sup>37</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 30 de dezembro de 1953. Ed. 00297.

<sup>38</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 13 de fevereiro de 1953. Ed. 00036.

<sup>39</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 13 de fevereiro de 1953. Ed. 00036.

aplaudiam as decisões do TRE e do Tribunal de Justiça do Estado, por terem julgado constitucional a lei que legitima os desmembramentos dessas localidades e reconhecendo a legitimidade do processo.

É importante destacar aqui que, enquanto a medida do prefeito Severino Arruda tentava reaver Toritama, é perceptível a articulação dos vereadores de Santa Cruz do Capibaribe e seus apoiadores na câmara para defender seus interesses, pois é evidente que o mandado de segurança também afetaria Santa Cruz. Sendo assim, tanto para Santa Cruz quanto para Toritama a emancipação só foi possível graças a articulação dos vereadores dessas duas localidades em conjunto com seus simpatizantes em Taquaritinga, pois, com a ajuda de alguns deputados, tornaram o projeto possível; caso contrário, seria mais complicado o desmembramento com o interesse de uma só localidade. Ambos os vereadores faziam parte da elite local de suas respectivas localidades, o que invalida qualquer ideia de casualidade no processo de emancipação política dos distritos, pois as elites locais sabiam da importância de um novo município, principalmente, porque,

As emancipações foram contornadas como uma política pública estratégica, voltada para o território, justificada como uma resposta às necessidades das populações que viviam em antigos distritos, que foram elevados à condição de municípios: territórios aptos à dotação e conseqüentemente a captação de recursos (Bezerra, 2012, p. 258).

Essa situação do mandado de segurança provocou muita discussão em Toritama e gerou aflição em várias pessoas, como podemos observar no relato do cronista Araújo (2007, p. 189), no que tange à articulação para recorrer dessa decisão impetrada por Severino Arruda:

Dessa reunião ficou decidido que Jota iria recorrer ao supremo tribunal da união, bicho desconhecido para muitos, principalmente no interior dos estados do nordeste. [...] com a ajuda do deputado estadual e agora deputado federal Osvaldo Lima Filho, no ano de 1954, entrou com esse recurso. Iria tramitar pelo supremo até o ano de 1955. [...] em primeiro de agosto de 55, Jota recebia um telegrama do primeiro prefeito interino, Joaquim Aurélio, parabenizando-o, pois o supremo havia dado ganho a causa aos municípios do Rio Grande do Sul e pelo mesmo motivo, à Toritama. No dia 04 de agosto de 1955, Antônio Luiz Filho telegrafava para Jota informando a mesma coisa e que a rádio de Olinda havia divulgado esse assunto. [...] nesse interim, entre os anos de 53, 54, 55 Toritama viveu momentos de tristezas, expectativas, muita tensão para seus filhos que queriam a independência (Araújo, Mário Jota. p. 189. 2007).

Dado o resultado positivo para Toritama e, conforme vimos com o cronista Araújo (2007), as expectativas se tornaram realidade: Toritama conseguiu a

independência política. Bastava agora esperar para a primeira eleição local em votação direta. Enquanto isso ainda não acontecia, Toritama e Santa Cruz começavam a aparecer no radar de colunistas, entre outras esferas, como podemos observar na reportagem do *Diário de Pernambuco*, com Jós e Roberto de Melo, que viajaram até o agreste para conhecer esses lugarejos, que agora se emanciparam.

Segundo a reportagem, a paisagem em Santa Cruz era surpreendente, com a imagem do rio Capibaribe, indicando ser uma cidade “feliz”, diferentemente de Toritama, que “causava espanto com a quantidade de cruzeiras nas rochas perto da cidade”, destacando que “tudo isso parecia um grande cemitério projetado por uma espécie de engenharia abstracionista”<sup>40</sup>.

Essas impressões sobre Toritama de certa forma apresentam, na coluna do jornal, um tom depreciativo, pois foram baseadas apenas em uma primeira vista de passagem pela estrada, porém, é o que ficou explícito na reportagem. De modo mais amplo, Toritama detém outras paisagens, que poderiam servir como cartões-postais.

O fato é que essa impressão que os viajantes recifenses tiveram foi um pouco vaga. Vale salientar também que as cruzeiras fincadas em rochas têm diversos significados, e não apenas a indicação de cemitérios. A título de exemplo, podemos citar a Pedra da Torre, que, na época, era o ponto mais alto de Toritama e que está entre os símbolos representantes da localidade e, inclusive, possui até hoje uma cruz fincada no seu topo. Isso é compreensível também pelo fato de toda herança de uma cultura<sup>41</sup> religiosa católica, que tem a cruz como um de seus símbolos de religiosidade. Então, nesse sentido, não foi levado em conta pelos viajantes a simbologia das cruzeiras, deixando uma imagem, segundo eles, quase sepulcral.

---

<sup>40</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 3 de abril de 1956. Ed. 00077.

<sup>41</sup>Vale a pena trazer aqui uma pequena observação sobre essa questão da cultura local, pois a cidade de Santa Cruz do Capibaribe também possui essa tradição religiosa católica, e, diferentemente de Toritama, não tinha essa prática de fincar muitas cruzeiras em rochas, como é relatado na reportagem. Isso reflete um pouco sobre os costumes locais, que são produzidos e modificados de sociedade para sociedade, no caso em questão, um costume local de Toritama que não era tão reproduzido em Santa Cruz, apesar de serem vizinhas, possuir a mesma idade e a mesma religião predominante na época. Para uma melhor compreensão sobre a cultura (Brito, 2023).

## 2.4 ESTRUTURAÇÃO URBANA DE UM NOVO MUNICÍPIO

Outro acontecimento importante nesse período foi a instalação da comarca de Toritama, em 14 de setembro de 1956. Na ocasião, houve algumas indicações a cargos públicos por José Jota (Araújo, 2007). Depois do estabelecimento da comarca, destacam-se as importantes ações do estado com relação à assistência aos pequenos agricultores, através de um projeto da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco durante 1957. Tal projeto de fomento e assistência ao pequeno agricultor distribuiu 1 milhão de quilos de sementes, sendo 500 mil só de algodão herbáceo; além destas, houve também as sementes de feijão, mamona, milho e cebola.

Várias cidades do interior receberam tais sementes, mas o mais interessante foram os postos de revenda de máquinas, ferramentas e outros materiais agrícolas. Esses incentivos foram necessários, devido a uma seca que, segundo a reportagem, assolou cerca de 80% das primeiras lavouras do ano no estado.<sup>42</sup> Antes disso, no começo do ano, Toritama recebeu do estado 3.478 quilos de sementes de algodão herbáceo e 300 quilos de feijão mulatinho no mês de janeiro<sup>43</sup>.

Também, é importante percebermos que esses aspectos de incentivo foram reflexo do momento que o país estava passando: era o governo de JK e as medidas por ele estabelecidas começariam a surtir alguns efeitos também no Norte e Nordeste. Como já foi pontuado que em Toritama as dificuldades com o acesso à energia elétrica e bens de consumo não eram exclusivamente locais, podemos citar o caso de um outro município do agreste pernambucano, que é Belo Jardim, pois “até o ano de 1957, Belo Jardim, ainda era iluminada pela eletricidade do motor de 150 HP comprado na Alemanha pelo Barão de Suassuna e o major João Gomes, quando foi substituída pela energia elétrica da CHESF” (Adilson Filho, 2009, p. 98).

Já para Toritama, a linha de transmissão da CHESF deveria ter chegado após a aprovação do projeto do deputado Emídio Cavalcanti, visto que a linha iria ser ligada da cidade de Caruaru até Toritama, projeto esse aprovado em maio de 1958<sup>44</sup>. Porém, em setembro de 1959, Toritama ainda necessitava de um motor para

---

<sup>42</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 22 de junho de 1956. Ed. 00143.

<sup>43</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 20 de janeiro de 1957. Ed. 00017.

<sup>44</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 24 de maio de 1958. Ed. 00116.

gerar energia, tanto que “o sr. Assis Barros dirigiu um apelo ao secretário de viação para beneficiar a cidade de Toritama com um novo motor<sup>45</sup> de energia elétrica em vista do atual achar-se imprestável”<sup>46</sup>.

A situação elétrica de Toritama só veio começar a se resolver em 1960, com a construção das linhas vindas de Campina Grande-Santa Cruz do Capibaribe e depois Toritama, eletricidade vinda da CHESF, a qual vinha de Paulo Afonso<sup>47</sup>. Porém, a energia vinda de Santa Cruz ainda causava queda de energia, devido ao aumento da população<sup>48</sup>. Assim, a solução foi estabelecer uma conexão vinda de Caruaru, além da ampliação da subestação para resolver o problema, com um custo total de Cz\$: 38.400.000.00,<sup>49</sup> ou seja, trinta e oito milhões e quatrocentos mil Cruzeiros.

Essa situação de acesso à modernização se modifica aos poucos. Isso pode ser evidenciado nos planos de metas de JK e na articulação política local. Assim, os efeitos de tais medidas repercutiram na historiográfica local, regional e nacional. Porém, isso teve um preço, conforme Fico (2019, p. 35) assinala:

O plano definiu 30 metas específicas nos campos de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação [...] o Brasil recebeu US\$ 565 milhões em investimentos diretos, boa parte graças à instrução 113, por meio da importação de máquinas, veículos e equipamentos em geral. A dívida externa, portanto, cresceu: de menos de US\$ 2 bilhões em 1955, passaria a US\$ 2,7 bilhões em 1960. O crescimento não foi tão grande, mas o “perfil da dívida” era um problema: a maior parte era de curto prazo, devendo ser paga em até três anos. O sucessor de JK receberia a conta (Fico, 2019, p. 35).

Essa foi umas das principais políticas econômicas de JK para o desenvolvimento e industrialização liberal, que difere um pouco do modelo adotado por Vargas, no que tange ao desenvolvimentismo nacional, ou seja, enquanto Vargas focava nas estatais para a independência industrial nacional, JK recorre ao crédito dos investidores americanos, em sua maioria, em produtos e mercadorias como foi pontuado. Vale salientar também que defender o “consumismo” é uma

---

<sup>45</sup>Vale ressaltar que esse mesmo motor, “tomado como imprestável” nos anos de 1950, foi algo impactante, antes de ser insuficiente com o aumento populacional.

<sup>46</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 4 de setembro de 1959. Ed. 00201.

<sup>47</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 21 de agosto de 1960. Ed. 00188.

<sup>48</sup>Ver Araújo (2007, p. 266).

<sup>49</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 23 de abril de 1961. Ed. 00092.

estratégia política, que visava o poder, como podemos observar nas palavras de Milton Santos:

Defender o “consumismo” pode ser uma hábil manobra política ou uma forma de oportunismo sofisticado, com o qual provavelmente se pode *conquistar o povo* e ganhar o poder, sem contudo mudar fundamentalmente a estrutura do poder, isto é, sem colocar o povo no poder (Santos, 2013, p, 84).

Pouco antes das eleições municipais em Toritama, podemos observar já uma primeira ação, que poderia beneficiar a população local, que seria o projeto apresentado na ALEPE, pelo deputado Antônio Luiz Filho. É a primeira menção dele em relação a Toritama, que encontramos no jornal. Em seu projeto, eram destinados 500 mil cruzeiros para a construção da maternidade, pois, realmente, a cidade ainda não tinha tais recursos nesse setor, e ainda 60 mil cruzeiros para a construção de uma escola paroquial<sup>50</sup>. Em outra sessão, ele apresenta outro projeto para a criação de uma escola primária, no valor de cinco mil cruzeiros, para comportar mil crianças<sup>51</sup>. A maternidade foi construída por Jota enquanto ocupava o cargo de presidente da liga de Proteção à Maternidade e Infância de Toritama; segundo Araújo (2007), possivelmente com os recursos estaduais, citados anteriormente.

No que tange à primeira eleição em Toritama, ela ocorreu nesse mesmo período, mais precisamente em 14 de abril de 1957. Antes dessa eleição ser concretizada, Toritama ainda ficou sob a administração de um prefeito interino, Joaquim Aurélio. Porém, este passou o cargo para Antônio Manoel da Silva, de acordo com Silva (2013). No que se refere à corrida eleitoral, propriamente dita, Silva (2013, p. 41) destaca que

Resolvidos os problemas judiciais, e Toritama definitivamente passando a ser município, iniciaram-se os preparativos para a realização da primeira eleição municipal, já que a cidade estava sendo administrada por um prefeito interino, primeiramente Joaquim Aurélio e depois Antônio Manoel. Para o cargo de prefeito houve a disputa entre José J de Araújo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo renunciado ao cargo de vereador de Taquaritinga do Norte. Já pelo Partido Libertador (PL) concorreu José Amaro do Nascimento. [...] Participaram da eleição 736 eleitores. Venceu as eleições J Araújo tornando-se o primeiro prefeito eleito pelo voto popular para o município de Toritama (Silva, José Fábio Florentino. p. 41. 2013).

---

<sup>50</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 10 de abril de 1957. Ed.00081.

<sup>51</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 7 de maio de 1957. Ed.00102.

Vale salientar que o mandato dessa primeira eleição precisou ser encurtado em um ano, devido às eleições ocorrerem em datas que divergiam das demais e para que as próximas coincidissem com as outras. Para isso, foi tomada a seguinte resolução:

J Araújo foi eleito para o quadriênio de 28/04/1957 a 28/04/1961. Contudo, em 1960, seriam realizadas as eleições estaduais e preferiu-se unificar o processo com a eleição do municipal, tendo mandato de J. Araújo sido reduzido em um ano (Silva, 2013, p. 46).

Apesar de ter o mandato reduzido em um ano, Jota conseguiu fazer as primeiras modificações na cidade. Uma das mais importantes foi com o apoio do deputado Antônio Luiz Filho, no final do ano de 1960, com a reabertura dos serviços de correios e telégrafos<sup>52</sup>. Outra modificação, como dito anteriormente, foi a demolição da primeira construção dessa localidade, que foi a capela de “Nossa Senhora da Conceição”, com o discurso do progresso.

Nesse período com a ajuda de incentivos estaduais, e devido à abertura do mercado externo, a facilitação ao acesso de produtos principalmente dos EUA durante o governo de JK teve um crescimento, pois como o Brasil nesse período deixou de lado o legado industrial de Vargas, os EUA aproveitaram esse campo fértil:

Os planos dos americanos para o Brasil, tal como para alguns dos outros países periféricos, não excluía sua industrialização. Só que essa industrialização era baseada na instalação aqui de subsidiárias Norte-americanas que produzissem os complementos necessários à matriz e montassem os componentes enviados de lá para cá, usando e pagando, evidentemente, a tecnologia deles importada, inclusive algumas máquinas e modelos já obsoletos em seu país [...] aos grupos estrangeiros era permitido importar bens de equipamento em situação mais favorável do que a permitida aos nacionais (Alves, 2004, p. 71).

Nesse mesmo íterim de consumo de produtos dos EUA, com o projeto do vereador José Lima, houve a possibilidade de acesso ao primeiro automóvel público da cidade, que foi um trator para os trabalhos rurais e para a coleta de lixo. O trator Ford, modelo A-116, com potência de 25,5 HP, com equipamentos de discos de arados, para os serviços no campo e carroceria, com lona para carregar o lixo. O valor foi de Cz\$:320.000.00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), que foram retirados dos recursos do imposto de renda, cerca de 50%, e entrou em vigor, no mesmo dia da

---

<sup>52</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco* 2 de dezembro de 1960. Ed. 00273.

aprovação do projeto, que foi em 28 de junho de 1957<sup>53</sup>. Esse trator trouxe consigo muitas expectativas de melhorias para a localidade, como Araújo (2007, p. 199) afirma:

Depois, não sei se foi Joaquim Aurélio ou Antônio Manoel, melhorou a coleta de lixo. Compraram um boi, então o lixo era recolhido através de um carro de boi. Quando Jota assumiu, depois de alguns meses, comprou um trator Ford novinho, ano 57. No dia que chegou esse trator, muitas pessoas passearam dirigindo o trator. Mole foi eu, garoto com meus dezoito anos, quando dei a saída no trator não andei 100 metros, faltou gasolina.

Além de novas expectativas para o novo município, o trator também foi o primeiro símbolo do progresso<sup>54</sup> da cidade, pois demonstrava o advento da modernização para essa localidade, enquanto outras localidades já detinham acesso à modernização desde o tempo das linhas férreas, já que o Trem foi um dos maiores símbolos de modernização e progresso, trazendo uma circulação de pessoas e mercadorias muito superior a Toritama, como é o caso das cidades mais desenvolvidas do agreste – Caruaru e Campina Grande, na Paraíba.

Enquanto chegava esse agregado de modernização em Toritama, as outras cidades já tinham superado essas expectativas, fazendo com que as mudanças no comportamento também se modificassem diante de tal modernização, não só no que diz respeito ao meio de transporte, mas também na velocidade e eficácia dos trabalhos, que, para serem executados, poderiam agora ser modernizados com a utilização da máquina. Isso faz emergir novos olhares, sentimentos, expectativas e significados diante da máquina, como exemplifica o historiador Aranha (2001, p. 348) com a chegada do trem em Campina Grande:

A emergência de um novo padrão de velocidade e de um novo espaço tempo, tal como se depreende o imaginário do trem que aos poucos se institui na Paraíba e região, adquire uma significação toda especial quando captada mediante exemplos comparativos entre o tempo da máquina e o da tração animal. Aliás, exemplos que se multiplicam não só na região, mas por todo mundo sublunar.

Apesar de tratarmos aqui do “trem do progresso” na discussão que Aranha (2001) desenvolve, é importante entender que os sentimentos e o imaginário da

---

<sup>53</sup>Ata de reunião da Câmara de Vereadores de Toritama, exercício 1957. p. 16.

<sup>54</sup>O conceito de progresso é o defendido por Le Goff, que, no século XIX, caracterizava o avanço de técnicas, ciência e industrialização, apesar de que, segundo Le Goff, “o progresso de fato só ocorre quando também se desenvolve na esfera social e moral”. Para uma melhor compreensão, ver Le Goff (2003. p. 235-281) em “História e memória”.

população de Toritama parecem que se assemelham da mesma forma com a compra de um trator para os serviços urbanos e serviços de apoio aos agricultores em Toritama. Como o progresso de tecnologias urbanas não veio com o trem e suas linhas férreas, que cortam as cidades, veio com automóveis, caminhões, telégrafos, entre outros, que podemos observar em relatos de outros memorialistas.

Como Andrade (2012) observou, no memorialista Ulysses Albuquerque, as características de algumas cidades do interior de Pernambuco em relação ao avanço de transporte e tecnologias, demonstra não só o valor de uma fonte produzida pelo memorialista, mas também a observação do memorialista acerca do transporte no interior. Assim, podemos observar que cidades do interior também puderam acessar esses bens de consumo, mesmo que em pouca medida; no caso de Toritama, um trator, e em outras cidades, o próprio trem, que corroborou para “o impacto da introdução de novidades tecnológicas, como o trem, fonógrafo, gramofone, automóvel e o caminhão. Nos transportes começavam a desaparecer os almocreves e tangerinos<sup>55</sup>” (Andrade, 2012).

Esse símbolo de progresso veio também na forma de modernização do trabalho local, com mais força e eficácia que a tração animal, muito utilizada até então. Isso também pode ser observado no relato da testemunha ocular, que foi o cronista Araújo (2007), como já discutimos. Tal cronista fala também sobre um ponto de apoio aos viajantes que buscavam um local de descanso, viajantes esses que ainda utilizavam a tração animal para locomoção e precisavam dos cuidados com os animais. De acordo com Araújo (2007, p. 33),

Hoje é a rua Adalgisa Moura [...] ali existia um grande casarão de apoio. Os que vinham ou iam passavam ali para almoçar e dormir. Seus animais recebiam o tratamento adequado, ou seja, uma forte alimentação de capim etc. [...] na época propriedade do Sr. Vaqueiro. Ele fez uma casa que o povo chamava de bangalô de vaqueiro.

O fato de Toritama estar localizada em um ponto estratégico, pois, como já mencionamos, o lugarejo ficava no caminho entre Campina Grande – que já era um grande centro comercial – e Caruaru – outro grande centro comercial e que fica a 36 km de Toritama – fazendo com que o comércio local aproveitasse isso ao seu favor. Podemos entender isso mais explicitamente se analisarmos os seguintes

---

<sup>55</sup>Termo para designar trabalhadores do interior, que têm o ofício de “tanger” o gado e conduzi-lo a longas distâncias.

acontecimentos: a compra do primeiro trator local, para esses serviços locais, funcionava a diesel, ao mesmo tempo em que existia paralelamente a tração animal, local e de viajantes de outras localidades que ali teriam que fazer uma parada. Porém, antes mesmo de Toritama se desmembrar de Taquaritinga, a Vila de Torres tinha acesso a combustíveis, como: gasolina, diesel e querosene, ainda que de forma rudimentar. Assim, a modernização chegava a Toritama e podemos entender um pouco como ela era evidenciada, através de Araújo (2007, p. 26-27):

Por ser um ponto de apoio para as cidades relacionadas acima, tínhamos posto de gasolina. Já tínhamos a farmácia do Sr. Joaquim de Araújo meu genitor, ele tinha uma mercearia que tinha de tudo, de gasolina, óleo diesel, querosene [...] a mercearia do Sr Emídio Jordão também vendia gasolina. A gasolina chegava em tambor de duzentos litros [...]. O formato da bomba era mais ou menos assim: um cano grosso com uns 400 a 500 cc de ferro com uns 4 metros de altura e em cima uma parte cilíndrica de vidro, encaixada na parte de ferro e acima da parte de vidro uma tampa. No meio da bomba uma alavanca que o funcionário girava esta alavanca pra frente e pra trás, até encher o cilindro de vidro que continha uma escala de cinco em cinco litros até 15 litros ou 25.

Segundo o relato do cronista, Toritama tinha acesso aos combustíveis e ao comércio vizinho, mas somente de fato quando a localidade se desmembra e começa a se organizar como município é que o acesso aos bens de consumo duráveis acontece com mais frequência, como é o caso do trator adquirido com recursos do imposto de renda e verbas repassadas para o recente município, como já discutimos, através das atas da câmara de vereadores nas primeiras reuniões municipais.

Vale lembrar que esse período coincide com o momento em que o Brasil passava, incluindo suas relações com os Estados Unidos. No entanto, vale salientar que o acesso aos bens duráveis também era restrito a uma camada da sociedade, pois o consumo de certos produtos era obtido por funcionários de setores estratégicos da sociedade e, com isso, percebemos que a qualidade de vida da sociedade só aumenta para esse setor específico, demonstrando que não há um avanço social em vista do consumo de apenas uma parte da sociedade em detrimento do restante, pois beneficia apenas uma minoria (Santos, 2013).

Apesar de haver um bom começo na administração de Toritama, a realidade local também se deparava com outros tipos de problema, pois, para além da falta de estruturas básicas, um problema que assolou vários locais no interior do nordeste, não apenas o agreste pernambucano, e que serviu até hoje como estereótipo dessa

localidade foi a seca. Com isso, os seus efeitos são agravados devido a uma espécie de “parede” natural, que é formada no entorno de Toritama, através de uma cadeia de serras, que impede a passagem das nuvens de chuva que chegam do litoral.

Nesse sentido, temos que observar como o estado agiu diante de tal fato nesse período em que ocorre o primeiro governo do município de Toritama, e a respeito desse problema, que não é exclusividade de Toritama. Sendo assim, a cidade tentou encontrar soluções para esse problema. Uma delas foi durante o ano de 1957, momento em que a câmara de vereadores aprovou um projeto de abertura de crédito no valor de Cz\$: 382.00 (Trezentos e oitenta e dois cruzeiros) para o pagamento de análise da água do poço da cidade, para verificar se a água era potável<sup>56</sup>. Já no âmbito nacional, a situação se agravava:

Nesse contexto, passa o Nordeste a ser considerado, no cenário nacional, como a “*região problema*”; necessitando, portanto, de uma intervenção mais enérgica. Assim, foi que se criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN que, em ação conjunta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, e sob o comando do Economista Celso Furtado, passou a elaborar um diagnóstico sobre a realidade socioeconômica e política desta região, entre os anos de 1957 a 1959 (Helena, 2013, p. 105).

O economista Celso Furtado visitou a ALEPE e respondeu vários questionamentos de alguns parlamentares, principalmente sobre o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO)<sup>57</sup>. Vale salientar ainda que Celso Furtado sofreu ataques de parlamentares durante os debates a respeito do projeto de criação da SUDENE, que visava trazer profissionais de várias áreas, como: agrônomos, botânicos, engenheiros, entre outros, para o desenvolvimento das áreas mais necessitadas. Um exemplo desses ataques veio através do senador Argemiro Figueiredo, que era ligado à oligarquia paraibana e que considerava as ideias de Furtado “socializantes” (Oliveira, 1981).

Podemos perceber também a dimensão desse problema e as ações do governo do estado, através das reportagens da época, noticiadas no *Diário de Pernambuco*, no qual é noticiada essa situação que atingiu várias cidades do estado; de Petrolina, passando por Surubim e chegando a Toritama. A secretaria de

---

<sup>56</sup>Atas de reunião da Câmara de Vereadores de Toritama, 1957, p. 18.

<sup>57</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 4 de setembro de 1959. Ed. 00201.

agricultura do estado tentou amenizar esses efeitos, através do serviço de construção de açudes e perfuração de poços artesanais, principalmente para fornecer água a prédios, como as escolas<sup>58</sup>.

Ainda nesse sentido, foi discutido, em abril de 1958, na ALEPE, a construção de dois açudes, um em Toritama e outro em Santa Cruz do Capibaribe, mas, ao que parece, esses açudes deveriam ser construídos e a água seria canalizada para o abastecimento da cidade de Caruaru, que também enfrentava dificuldades de abastecimento de água, devido ao grande crescimento populacional, que estava passando nesse período<sup>59</sup>.

Durante o mês de junho, a situação se agravou bastante e 77 municípios estavam assolados com a seca; desses 77, 23 municípios receberam um adiantamento do imposto de renda, para amenizar a situação. Nesse contexto, Toritama foi contemplada com um adiantamento no valor de Cz\$: 800.000.00 (Oitocentos mil cruzeiros) pela delegacia fiscal<sup>60</sup>.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) surge nesse sentido para melhorar as ações da CODENO e amenizar a crise com as estiagens e a falta de industrialização do interior, entretanto,

[...] o processo de industrialização que ocorreu no Nordeste, a partir das ações da SUDENE, embora tenha proporcionado uma maior integração econômica, serviu muito mais aos interesses do capital nacional localizado em especial no Centro-Sul, que propriamente para amenizar as desigualdades regionais. Entretanto, é importante frisar que, como resultado dessas “*inversões*”, a economia nordestina passou a acompanhar o crescimento da economia nacional, chegando em alguns períodos até a superá-lo. Mas, no geral, o quadro socioeconômico da região em pouco foi alterado, pois as iniciativas com foco na industrialização acabaram ocupando os espaços mais dinâmicos de alguns estados, formando “os *polos industriais e agroindustriais*” geralmente localizados nos centros urbanos, permanecendo assim atrasadas as áreas vinculadas ao latifúndio agrário, os minifúndios de subsistências e a zona semiárida, que continuou vulnerável aos longos períodos de estiagens (Heleno, 2013, p. 107).

Como podemos observar, as elites locais dificultaram o desenvolvimento no interior do nordeste, fazendo, assim, com que vários municípios passassem dificuldades e, dentre eles, foi o município de Toritama. Em janeiro de 1960, o deputado Cunha primo fez um pronunciamento na ALEPE, para a construção de

---

<sup>58</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 22 de novembro de 1957. Ed. 0026.

<sup>59</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 11 de abril de 1958. Ed. 00081.

<sup>60</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 20 de junho de 1958. Ed. 00138.

uma barragem na zona rural do município de Vertentes denominada “barriguda”, pois essa barragem serviria para abastecer Vertentes e Toritama e, segundo o deputado, “o projeto já havia sido aprovado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas” (DNOCS) e necessitando apenas da aprovação dos deputados”<sup>61</sup>.

Já no fim do mandato do primeiro prefeito José Jota de Araújo e em seu último dia como prefeito, tendo a gestão encurtada em um ano, ele inaugurou a biblioteca municipal e o posto de puericultura da cidade.<sup>62</sup> É interessante notar que Jota Araújo não sai candidato à reeleição, enquanto os candidatos da segunda eleição, que ocorre em 1960, acontecem entre Antônio Manoel da Silva e João Manoel da Silva.

Nesse mesmo ano, Jânio Quadros obteve uma grande vantagem sobre o marechal Lott em Toritama, Jânio obteve 1236 votos contra apenas 69<sup>63</sup>. E venceu assim as eleições presidenciais daquele ano de 1960. Durante a cerimônia de posse em 1961 o ex-prefeito José Jota passou o cargo de chefe do executivo para Antônio Manoel. Para exemplificar ainda a proximidade de Toritama com a ALEPE, nesses anos iniciais e mesmo sendo apenas a segunda eleição do mais novo município, estiveram presentes os deputados Antônio Luiz Filho, Otávio Gonçalo e Francisco de Assis Barros<sup>64</sup>, o que demonstra interesses e expectativas por parte da elite política local e da capital.

---

<sup>61</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 13 de janeiro de 1960. Ed. 00009.

<sup>62</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 7 de maio de 1991. Ed. 00103.

<sup>63</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 7 de outubro de 1960. Ed. 00226.

<sup>64</sup>Repositório do *Diário de Pernambuco*, 7 de maio de 1961. Ed. 00103.

### 3 AGRICULTORES, ARTESÃOS E SAPATEIROS

#### 3.1 O TRABALHO COM A TERRA E O COMÉRCIO LOCAL

*Meu pai se consumiu sob as brasas  
de muitos sóis em suas andanças  
em busca do pão que matasse  
a fome, de uma fome maior  
que a todos nos roía.  
A fome dos livros e dos lápis  
Dos sapatos para o colégio  
E dos domingos livres,  
A fome de um leito ao abrigo das chuvas  
E de um amor feito sem sobressaltos  
A fome  
De um dia que fosse  
Sem cansaço  
A fome enfim  
De um dia sem fome<sup>65</sup>*

Para compreendermos o funcionamento das dinâmicas do trabalho local, é preciso problematizar as primeiras formas de trabalho, que eram bem simples em Toritama, como a agricultura de subsistência, através da produção de gêneros alimentícios, e também a cultura do algodão, para exportação e produção de artesanato. Outras formas de trabalho eram um pouco mais exigentes, como o trabalho através do artesanato e seu comércio feito por algumas manufaturas locais, que necessitavam empregar trabalhadores para suprir a produção ou mesmo de um trabalho familiar, dependendo da necessidade da produção.

Buscaremos entender as dinâmicas dessas duas formas de trabalho, para melhor observar o processo de modernização das atividades laborais e seu impacto na vida da classe trabalhadora em um primeiro momento; depois, iremos problematizar as dinâmicas e o processo do trabalho com o calçado artesanal de couro, bem como as relações dos trabalhadores e suas condições de trabalho.

Com relação à agricultura local, é importante destacarmos algumas características desta, a exemplo dos produtos que eram cultivados e como eram utilizados. Nesse sentido, evidenciamos a primeira característica, que é a subsistência, pois várias pessoas plantavam para se alimentar e não necessariamente para o comércio, como a tia de dona Maria das Graças, quando

---

<sup>65</sup>Poema intitulado “Geografia da Fome”, do poeta pernambucano Domingos Alexandre.

perguntada qual o ofício da tia e o que produzia: “Ela era professora, costurava e trabalhava no roçado. [...] plantava Milho, feijão, jerimum, melancia, alface, coentro, todas essas coisas” (Dona Maria das Graças)<sup>66</sup>. Para o manejo de quem possuía um pouco mais de terra, ficava a cargo da própria família o cuidado/cultivo com a terra ou até contratava um trabalhador, para fazer o serviço. Assim, o manejo era da seguinte forma:

Tinham os depósitos de sacos de mantimentos, e tinham os tonéis de zinco fechados, que era o nosso silo, só abria para vender; já para o uso em casa, se colocava em latas pequenas de querosene da marca jacaré, ou em garrafa de vidro e tampava com rolha e sabão pra não dar o bicho; já a farinha era assim: meu pai plantava mandioca, macaxeira, e levava para a casa de farinha, pra fazer lá, levava elas no caçar de um animal, passava no catitu, raspava, colocava na prensa, quando enxugava, peneirava e ia para o forno. Pagava uma taxa, digamos, a cada 100 cuia, a gente deixava 10 para o dono; já o algodão de quatro arroba que apanhavam, eram três minhas e uma do dono da terra (Seu Ademir da Silva).<sup>67</sup>

É interessante perceber que existia na localidade um certo tipo de economia “moral”, que determinava um preço justo, tal qual Edward Thompson demonstra em “*Costumes em comum*”. Claro que estamos falando de ambientes e realidades diferentes, mas que possuem essa semelhança, no que tange à falta de uma regulação “superior” com relação a um mercado popular antigo. Podemos entender essas dinâmicas, observando, por exemplo, a utilização de um preço justo na hora de estabelecer os “acordos” de trabalho e de negociação entre proprietários de casa de farinha ou de donos de terras, além de trabalhadores que buscavam “serviço” pela diária em terras alheias.

Na falta de uma legislação ou autoridade para legitimar tais acordos ou mediação dos negócios, o que prevalecia era o consenso do costume local, que estabelecia as “regras” a serem respeitadas. Apenas houve uma organização mais formal, no que se refere aos trabalhadores do campo, quando foi organizada uma associação de trabalhadores rurais. Contudo, é preciso entender o contexto local e nacional em um processo histórico, percebendo, inclusive, as semelhanças entre um período autoritário, como na ditadura Vargas, e o período de 1964, pois os sindicatos, na era Vargas, de uma forma mais geral, foram subordinados ao estado quando

---

<sup>66</sup>Entrevista concedida por Dona Maria em 17/08/2023 e autorizada por ela em 19/08/2023.

<sup>67</sup>Entrevista concedida por seu Ademir em 10/01/2024 e autorizada por ele em 10/01/2024.

O pacto social assim montado traduzia-se em um acordo que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo da condição de cidadania em um regime político autoritário como o brasileiro [...] a classe trabalhadora perdeu sua autonomia, o que resultou numa condição de submissão política, de ausência de impulsão própria (Gomes, 1988, p. 193).

Ainda nesse ínterim, em 1935, é aprovada a Lei de Segurança Nacional (LSN), para legitimar a intervenção nos sindicatos que promoviam greves. Com isso, houve a destruição de sindicatos, com prisões e espancamentos (Gomes, 1988). Essas práticas foram ainda potencializadas no período de 1964, com a autorização da referida Lei.

Dessa maneira, ocorreu uma legitimação, por parte do estado, para o funcionamento oficial desses sindicatos, que, por sua vez, teriam de seguir as normas estabelecidas pelo estado (BOITO JÚNIOR, 2006). Dessa forma, os sindicatos foram enfraquecidos e tiveram bastante dificuldade para lutar pelos direitos dos trabalhadores, resultando em um funcionamento praticamente assistencialista, subordinado ao estado, ficando, assim, conhecidos como sindicatos “pelegos”<sup>68</sup>, como podemos ver no relato de um sindicalista sobre o funcionamento em Toritama:

Eu conheci o sindicato em Agrestina, nas reuniões que o pessoal de Recife fazia lá, na Federação dos Trabalhadores e Agricultores do Estado de Pernambuco, e depois conheci dois camaradas para fazer o curso preparatório para delegado sindical no Recife. Aí me deram toda documentação para procurar uma casa para criar a associação em Toritama; depois, trouxeram birô, máquina de escrever e outras coisas em 26 abril de 1971, e aí, iniciamos os primeiros associados. No dia primeiro de maio, aposentamos os primeiros associados em 1972. Nessa época, a aposentadoria era meio salário-mínimo e mulher não aposentava, só se fosse viúva ou solteira. As assistências que tínhamos era o aposento dos agricultores, não tinha SUS naquele tempo, o governo mandava uma verba para o município e a gente organizava atendimento com médicos e dentistas que era feito no posto de saúde, e ainda distribuíamos sementes

---

<sup>68</sup>Outra diferença importante se refere ao peleguismo. No período dos governos militares, os pelegos, isto é, os sindicalistas governistas praticamente monopolizavam os postos de direção nos sindicatos oficiais brasileiros. Ao longo dos anos 80, eles foram sendo desalojados de centenas de sindicatos oficiais, que passaram para as mãos de diretorias não governistas e combativas no plano reivindicativo [...] e os sindicalistas, que permaneceram apegados à prática sindical, exclusivamente assistencialista, era propiciada pelos fundos financeiros, provenientes das taxas sindicais obrigatórias. Esse estatismo sindical é um estatismo de direita e conservador, mais próximo do estatismo bonapartista, do que do estatismo populista. Para melhor entendimento a respeito do significado do “peleguismo”, ver BOITO JÚNIOR, Armando. **Sindicalismo e política do Brasil**. Unicamp, 2006.

de feijão, jerimum, milho, melancia e algodão para os agricultores. Era esse o trabalho. (Adamastor Santiago)<sup>69</sup>

Dessa forma, somente houve algum tipo mais formalizado de organização dos trabalhadores em Toritama na década de 1970 e, exclusivamente, para os trabalhadores do campo, com todo assistencialismo possível nesse período pelo sindicato. Nessa perspectiva, os sindicatos eram totalmente “obedientes” ao governo. É preciso problematizar melhor o entendimento do funcionamento dessa classe de trabalhadores rurais. Para isso, recorreremos ao diálogo com Thompson (2012), para melhor entender como esses agricultores se observavam e como era possível ocorrer uma organização que tivesse interesses próprios de uma determinada classe:

Classe é uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, [...] a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos em classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores [...] mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (Thompson, 2012, p. 169).

Portanto, é possível entender melhor como os trabalhadores rurais poderiam ter receio, em um primeiro momento, sobre uma forma de organização de trabalhadores na localidade, ainda mais por não se ter conhecimento de outras organizações ou sindicatos na região, nem mesmo de trabalhadores urbanos. Apesar disso, os trabalhadores compartilhavam valores do trabalho com o campo, entre outros. Embora ainda fossem vinculados ao chamado sindicalismo “pelego”, é possível perceber uma organização de pessoas que compartilhavam um sistema de crenças, valores e experiências (Thompson, 2012).

Ainda sobre como se organizavam localmente os trabalhadores produtores de alimentos e afins, e comerciantes locais, nota-se o uso de pesos e medidas locais, que foram usados durante o século XIX no Brasil e que, mesmo com a modernização desses pesos, as antigas medidas continuaram a ser utilizadas em cidades menores do interior, onde a cultura e costumes mais antigos permaneciam.

Podemos compreender melhor esse aspecto, dialogando com o historiador Luciano Mendonça, que explica a utilização desses pesos e medidas, pois, se não

---

<sup>69</sup>Entrevista concedida e aprovada no dia 24/04/2024.

for dado a devida importância, passa despercebido um costume tão antigo e importante, que gerou até uma revolta, que ficou conhecida como a “Revolta do quebra-quilos” na Paraíba, reverberando em outras províncias, como Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, onde vários comerciantes e populares se revoltaram contra a utilização do novo sistema de pesos e medidas francês, que utiliza o metro, quilo e litro em detrimento do que na época era o tradicional sistema português de medidas, que utilizava a cuia, braça e vara desde a colônia até a época aqui discutida, a primeira metade do século XX (Lima, 2006).

Quando pensamos em Toritama, percebemos que, mesmo com a utilização do sistema atual de pesos e medidas, o sistema português colonial ainda era utilizado e permanecia no imaginário dos populares como algo justo para comercializar, como observamos no relato anterior de Ademir da Silva. Essa característica é bem comum nas pequenas cidades no interior do estado, mas também esses produtos agrícolas tinham seu espaço central no comércio local, através das “feiras de mangaio” e pontos de venda locais de algumas famílias, como nos diz o cronista Araújo (2007) a respeito de Manoel Benedito, o qual “comercializava algodão e tinha uma pequena bodega, foi também agricultor, e aumentava sua renda, com o plantio e colheita de algodão, milho e feijão”. É interessante notar a importância do uso do milho como alimento, pois

Usado sob as mais variadas formas, como angu, canjica, cuscuz, o milho é quase sempre consumido juntamente com leite, numa combinação muito feliz, completando a caseína do leite as deficiências em aminoácidos da zeína do milho [...] (Castro, 2022, p, 193-194).

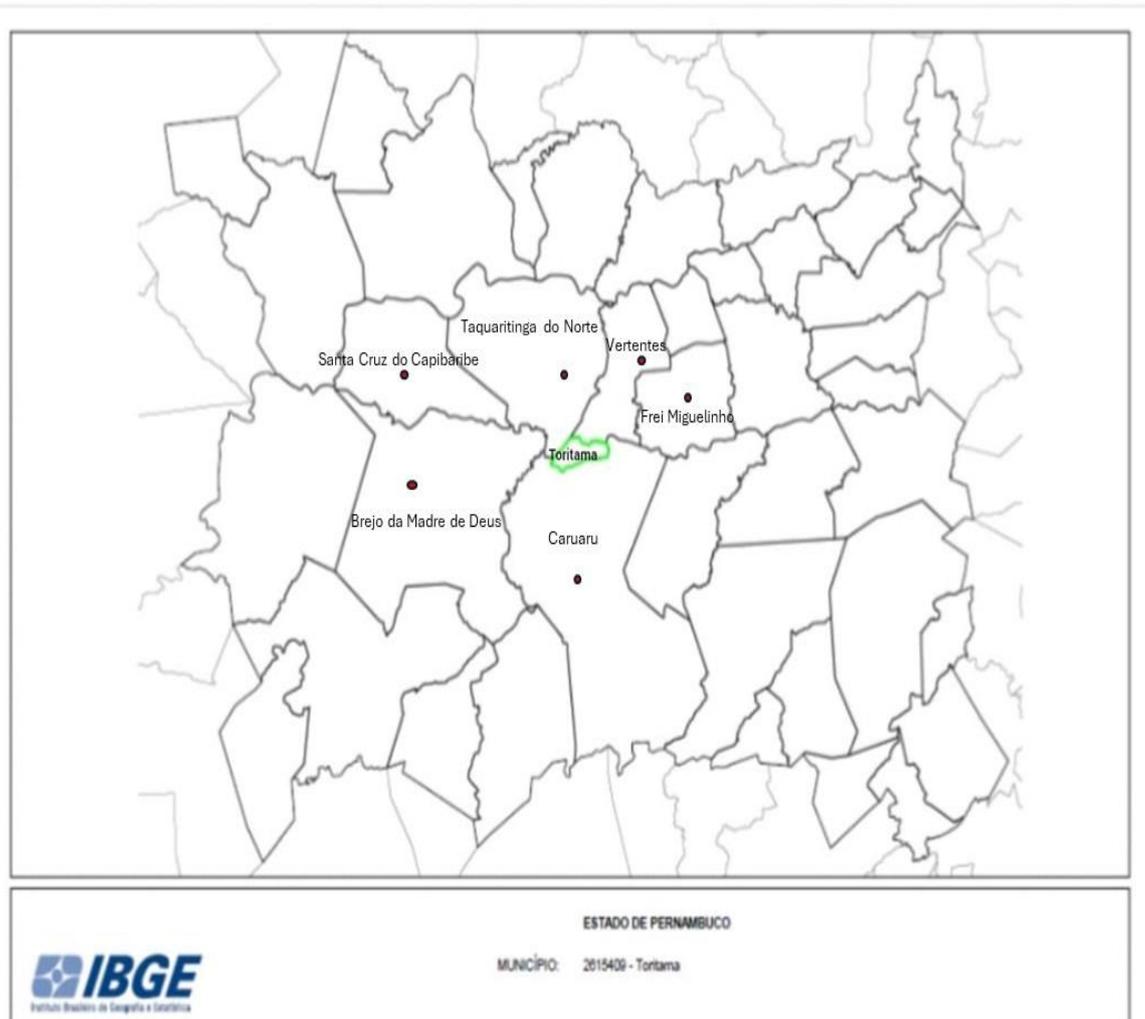
A importância de nos atentarmos para as dinâmicas alimentícias da época se faz necessário não apenas para identificar quais alimentos a população tinha acesso ou os efeitos que uma determinada dieta com nutrientes disponíveis em tais alimentos poderia disponibilizar as pessoas da região, mas também é preciso entender que a alimentação proporciona uma determinada peculiaridade local, que estabelece uma maior proximidade entre diferentes grupos sociais, na aproximação do homem com a natureza e o cuidado deste para com ela, demonstrando, assim, uma forma de resistência contra as dificuldades sociais enfrentadas no seu meio social. como podemos observar com Antônio Candido, em se tratando do município de bofete:

A alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica. Sendo condição da vida, ela é pressuposta de toda vida social, que já tem sido interpretada como decorrência direta da satisfação de necessidades, entre as quais ela se destaca. Esta atitude é, todavia, parcial e simplista, começando por desconhecer que a dependência do grupo em relação aos recursos naturais corresponde uma ação por ele exercida de maneira a configurar a mencionada continuidade, onde homem e meio aparecem numa solidariedade indissolúvel. Do ponto de vista social, a alimentação só se torna inteligível como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la (Candido, 2010, p. 33-34).

Dessa forma, podemos entender melhor como ocorrem as dinâmicas sociais dos trabalhadores do campo, seja em seus “roçados”, pedaços de terra próprios ou em forma de arrendamento nas terras de um fazendeiro com maior quantidade de terras cultiváveis. Vale destacar também o trabalho coletivo em família, que é muito comum, no qual os filhos acompanham seus pais para ajudar no trabalho de sustento familiar, o que, de certa forma, cria um imaginário local do trabalhador do campo, do homem, em proximidade com a natureza e sua terra. Por isso, é de suma importância perceber essas noções sociais em volta da alimentação no interior do agreste pernambucano.

Ainda no que se refere aos trabalhadores autônomos, também havia o trabalho dos “mascates”, que comercializavam em outras localidades os produtos da terra em cidades circunvizinhas, como: Vertentes, Surubim, Caruaru, Taquaritinga do Norte e entre outras, que ficam próximas de Toritama, conforme indicamos na figura 7 a seguir.

Figura 7 – Mapa do estado de Pernambuco



Fonte: IBGE, grifo nosso, 2024.

Os mascates eram trabalhadores ambulantes, sem vínculos empregatícios com fábricas, manufaturas de redes ou como representantes dos locais de venda de gêneros alimentícios. Além disso, vale destacar que

[...] os mascates eram os seguintes: Paulo Soares, Manoel Soares também na semana mascateavam, Birino, Edgar Torres, Dr. Jorge, esses tinham banco nas feiras de Santa Cruz do Capibaribe, Vertentes, Surubim e uns poucos iam para Taquaritinga. Além dos bancos de fazenda, existia os que mascateavam farinha, milho, feijão, rapadura, rede [...] na quarta feira os mascates iam comprar farinha, feijão e milho em Cupira. Vendiam nas feiras daqui e de fora (Araújo, 2007, p. 74-75).

Desse modo, tais trabalhadores ficavam desamparados de qualquer tipo de direito trabalhista, que poderia assegurar a sua dignidade, através de leis

trabalhistas, seja previdenciária, jornada de trabalho, salário-mínimo ou carteira de trabalho assinada.

Essa é a definição que conseguimos observar do ponto de vista do cronista; já com o relato de seu Ademir da Silva, os mascates se parecem mais com os vendedores ambulantes, que hoje conhecemos por “camelô”, em alguma medida, pois não tinham muitas diferenças de perspectiva a respeito de direitos trabalhistas: negociavam nas cidades circunvizinhas, em busca de mercadorias, ou fechando uma possível venda, mas a singularidade do mascate dessa época difere do seu modo de comércio, pois não se instalavam em feiras, estavam sempre de passagem:

O mascate colocava a mercadoria numa mala grande e vendia nas feiras aqui perto, limoeiro, surubim, Belo Jardim, já o marreteiro ia para longe, Campina Grande, Serra Talhada, São Paulo, e só vendiam os calçados, o mascate vendia várias coisas, tecido, roupa feita, louças, as vezes trocavam por galinhas (Seu Ademir da Silva).

O “marreteiro”, aqui citado por Seu Ademir da Silva, é diferente do “mascate”, que é como era chamado o negociante especializado apenas na venda dos calçados de couro artesanal. Porém, trataremos desse assunto um pouco adiante, mas é necessário fazer essa distinção agora, pois, embora sejam ofícios bem parecidos, cada um tem sua singularidade.

Assim funcionava o comércio local da Vila de Torres e depois Toritama. Os gêneros alimentícios, salvo o algodão, que, como já foi mencionado, teve importância significativa para a economia de várias cidades do estado, não apenas de Toritama, através da distribuição de sementes pelo governo, conforme anunciado no capítulo anterior sobre o algodão. Também é importante ressaltar que existiam dois tipos de algodão bem conhecidos pelos agricultores do interior do Nordeste e principalmente no agreste paraibano e pernambucano, além de seus sertões. Podemos notar a utilização da cultura do algodão “herbáceo” e do algodão “mocó” de fibra longa, como explica o historiador Aranha (1991, p. 121):

Mas em que pese tais pontos de semelhanças entre Agreste e Sertão, algumas diferenças se faziam presentes entre as duas regiões. Eis alguns exemplos: 1) Se no Agreste, além do agregado\*\* e do “meeiro”, era comum a figura do arrendatário, que fornecia uma parte significativa da renda fundiária destinada aos grandes proprietários, no Sertão praticamente inexistia a figura do arrendatário; 2) Enquanto no Agreste predominava o algodão do tipo herbáceo, aderente ao caroço, no Sertão predominava o

algodão do tipo mocó, não aderente ao caroço, também conhecido como seridó ou algodão de fibra longa.

Corroborando a problematização de Aranha (1991), Seu Ademir da Silva vai ao encontro da tese com a experiência de causa, que também é um conceito central para entender as dinâmicas dos trabalhadores e, sobretudo, com a perspectiva da história “vista de baixo” (Thompson, 2012). É interessante notarmos as similaridades e diferenças de nomenclatura e como era esse trato com o algodão de regiões próximas e com suas particularidades, pois

O herbáceo, aquele que não solta a lã no caroço, e o preto ou Criolo soltava o caroço; esse dava no mesmo ano e o outro dava no outro ano, já o algodão mocó, ele era uma cor diferente, por causa que a cor era parecida com a cor do mocó, mas aqui o que mais plantava era esse aqui, o preto (Ademir da Silva).

Portanto, apesar de serem subdivisões próximas e até parecidas do Agreste e do Sertão, seja ele pernambucano ou paraibano, existiam algumas peculiaridades físicas importantes, pois o agreste é uma faixa de transição entre o nordeste, com espinhos do semiárido, e o nordeste úmido e chuvoso, da zona da mata (Castro, 2022) e com “rios que não chegam a secar inteiramente no verão, mantendo sempre um filete de água ou empoçados a distância” (Castro, 2022), como é o caso do rio Capibaribe, que passa por várias cidades do agreste, inclusive Toritama.

Dito isso, devem ser levadas em consideração essas características locais para a compreensão de uma sociedade, que, devido a essas condições físicas e sociais, precisou desenvolver maneiras de dominar o que tivesse ao alcance na natureza e transformar em matéria-prima, para só então, a partir desse estágio, atribuir um valor ou uma função para o resultado de seu trabalho na região do agreste dentro de suas possibilidades, visto que

Dentro da área dessa unidade, estamos longe de encontrar feições homogêneas e uniformes. Em correspondência com essas duas ordens de fatos, estão o homem com a terra e, em particular, a utilização dos recursos regionais [...] por outro lado, todavia, gradações e diversificações das atividades humanas aparecem com tal frequência que, elas próprias, em sua variabilidade, constituem um dos característicos da área Agrestina [...] culturas de subsistência e atividades rurais diversificadas são dois traços da utilização de recursos no ambiente natural agrestino [...] no agreste o que se vê é o cultivo do milho, do feijão, da mandioca, do café, do algodão e a pecuária bovina, sem que um produto domine ou subordine os demais. Terão algumas dessas atividades suas zonas de preferência, mas em seu maior número umas coexistem com as outras em toda região [...] o clima, com uma longa estação seca, oferece condições mais propícias para as lavouras de curto ciclo vegetativo, plantadas geralmente no começo do

período das chuvas de inverno (ainda com a “terra quente”, como se diz localmente) e colhidas no início da quadra seca ou do verão. Isso explica a presença generalizada, dos municípios agrestino, do algodão herbáceo, e do feijão e do milho (Melo, 2012, p, 112).

Por isso, é importante para esta pesquisa não só os documentos oficiais ou o relato do cronista Araújo (2007) sobre os primórdios da Villa, mas também a fonte oral, pois ela permite, de certa forma, uma democratização que chega aos vários atores de uma cidade, demonstrando “como protagonistas ou consumidores, o direito de se exprimir autêntica a condição de cidadania graças à eletrônica e à passagem do oral para o escrito” (Sebe, 2021), já que muitos não tiveram acesso ou oportunidade de registrar suas experiências, senão em sua memória. Dessa forma, esta pesquisa tem uma significativa importância social e científica para contribuir com o desenvolvimento de tais esferas mencionadas.

Ainda no que tange ao manejo com algodão, é importante refletir que, quando não havia eletricidade, os trabalhadores necessitavam da ajuda do senhor Antônio Chagas, o qual residia de um povoado muito pequeno do Jacaré. Ele trazia consigo uma desempoladeira de algodão. Portanto, fica evidente a necessidade do trabalho de desfiar do caroço do algodão e a utilização de uma máquina, para também gerar eletricidade, como já foi citado no primeiro capítulo sobre o gerador movido a diesel.

O trabalho com algodão em Toritama tinha duas finalidades: a primeira era a de consumo próprio e retirar o óleo do caroço, e a outra era a exportação como matéria-prima, que poderia ser comercializada em Campina Grande ou Recife. Vale ressaltar também que o cultivo do algodão era uma prática antiga, embora tenha sido enfraquecida em alguns períodos. Mesmo assim, fazia parte das atividades laborais do camponês agrestino, como demonstra a historiadora toritamense Silva (1994, p. 10-11):

No meado do século XVIII, na região do agreste passou a produzir o algodão necessário à indústria têxtil que estava em desenvolvimento por causa da revolução industrial; e depois por causa da quebra da produção algodoeira dos Estados Unidos da América provocada pela guerra de secessão. O algodão, na região do agreste, contribuiu para o desenvolvimento da vida urbana, na medida em que permite uma maior participação da população na produção, melhorando as condições financeiras da população Agrestina. Além de ser cultura democrática que possibilitava ser produzida por pessoas de baixo poder aquisitivo e por grandes senhores de engenho.

A discussão que Silva (1994) faz em relação ao algodão é importante, no entanto, vale salientar que a cultura do engenho no agreste, citada por tal autora, é,

de certo modo, talvez equivocada, pois o cultivo da cana-de-açúcar é característico da sub-região da Zona da Mata, onde predomina maiores índices de umidade e chuvas mais abundantes, salvo alguns lugares no brejo, mas que são bem específicos e não predominante na região do agreste (Melo, 2012). Além disso, a pecuária também possuía um papel local importante, não só para Toritama, mas também para outras cidades do agreste. Dessa forma, além do trato com a terra e a pecuária, havia também outras práticas, como podemos evidenciar em Melo (2012, p. 116-117):

Cultura muito disseminada é também a de planta de palma ou palmatória para o fim da obtenção de forragem. Trata-se de cultura permanente de uma espécie própria de climas secos, que fornece alimento ao gado nas quadras de estiagem. No mesmo terreno cultivado com a palma é comum plantarem também produtos de ciclo curto em forma de lavouras intercalares, feitas enquanto o desenvolvimento da cultura permanente o permite (dois a três anos). [...] somente a cultura da palma, com lavouras de subsistência intercaladas, constitui uma zona de confraternização, onde se planta ao mesmo tempo para o gado e para o homem.

Também havia, nos arredores de Toritama, “os mandacarus, os xiquexiques e os facheiros. Plantas de um valor inestimável nas épocas de secas, ajudando a gente e o gado a escapar aos seus rigores mortíferos” (Castro, 2022). O vaqueiro utiliza essas plantas espinhosas, queimando e picando em gomos com um facão, foice ou outro instrumento cortante para o gado se alimentar nos períodos críticos de seca (Castro, 2022).

Tais práticas do homem com a natureza Agrestina continuaram enquanto não houve uma maior mobilização para a solução do problema da estiagem e da relação da indústria com os poucos rios intermitentes, que, devido à ação dessas indústrias, estão com suas águas inadequadas para o consumo local, como é o caso do rio Capibaribe.

### 3.2 ARTESANATOS E OUTRAS PRODUÇÕES PARA COMPLEMENTO DE RENDA

Portanto, fica evidente que os trabalhadores rurais tinham certa aproximação e intimidade no manejo com várias culturas e em diversos campos, a exemplo da cultura do algodão, vem de muito tempo, pois, de acordo com os relatos de alguns residentes, como o de Dona Maria das Graças, era de tal cultura que muitos

trabalhadores produziam seu artesanato para sobrevivência, como forma de complemento de renda. Assim, dona Maria das Graças, quando perguntada sobre como era o cultivo do algodão, ela diz que sua tia tratava o algodão da seguinte forma: “Plantavam no pé da serra também [...] Vendiam na rua, não me lembro o homem que comprava, ele morava do São João pra lá, ele tinha um armazém e comprava” (Dona Maria das Graças).

Através da fonte oral, podemos ir montando esse “quebra-cabeça”, para melhor observar o desenho que se constrói, o qual nos mostra certo grau de verossimilhança com a realidade das condições de vida dos trabalhadores da época e sua luta de resistência para sobreviver. Podemos observar, nesse momento, que quando existia a possibilidade de obter o excedente da produção do camponês em sua agricultura familiar, este era vendido aos armazéns e depois era levado para a indústria, que se localizava nos grandes centros urbanos, como já mencionamos anteriormente – Campina Grande, Caruaru ou Recife – e uma outra parte era destinada a confecção do artesanato, como indica Dona Maria das Graças:

Sim, era minha vó, fazia rede [...] Era com uns cordões e com uma coisa que eles chamavam de “Tear”, me lembro que eram três tamanhos que tinha e mexia no pé como uma máquina e com as mãos e fazia as redes, e era uma coisa bem feita, viu, [...] só fazia rede para o povo se balançar (dona Maria das Graças<sup>70</sup>).

Esse era o processo de fabricação das redes de “armador” ou de “balanço”, como eram popularmente conhecidas as produções nas casas de pessoas comuns, mas também existia pequenas indústrias manufatureiras, que fabricavam e tinham uma produção maior, com funcionários, que foram desenvolvidas no primeiro bairro da cidade de Toritama, o bairro de “Fazenda Velha”. O cronista Araújo (2007, p. 60-63) nos faz uma descrição mais detalhada do processo dessas manufaturas:

As mercearias ou vendas do Sr. Emidio Jordão e a do Sr. Antônio Araújo vendiam de tudo: a tinta corante para tingir os fios. Nas fábricas eles desenrolavam os novelos de fios e os estendiam. Depois colocavam num vasilhame com a cor desejada. Colocavam os fios para secar depois de tingidos. Então voltava para casa onde era a fábrica e começava a tecelagem. Principalmente as mulheres eram quem teciam o pano que tornava-se em rede [...] eram redes muito fortes de cores picantes. Os punhos eram diferentes dos punhos das redes de hoje, era forte [...] é bom salientar que nesta época as mulheres trabalhavam em casa fabricando fósforo, redes e os homens era na agricultura.

---

<sup>70</sup>Entrevista concedida por Dona Maria em 17/08/2023 e autorizada por ela em 19/08/2023.

Com uma bela descrição da fabricação das redes, fica mais fácil de entender seu funcionamento e a importância da cultura do algodão para o camponês toritamense. Porém, vale aqui uma ressalva com relação ao relato do cronista quanto à divisão do trabalho, pois, como discutido anteriormente, segundo as fontes orais, as mulheres também participavam como mão de obra na agricultura, inclusive, a vida toda, como nos relata dona Maria das Graças sobre como era o dia de trabalho de sua tia: “a plantação dela era pouca, só para o consumo; não vendia, não. Ela morreu com oitenta e poucos anos, morreu trabalhando, porque gostava muito<sup>71</sup>”.

Outro fator importante sobre a produção das redes artesanais é que, embora o cronista indique em seu relato o que parecia ser uma produção com uma mobilização de uma boa quantidade de funcionários, faz-se necessário que problematizemos essa ideia, pois, através da fonte oral, com o relato de Seu Ademir da Silva – que relata o interior e o funcionamento dessas pequenas manufaturas – podemos observar uma visão um pouco diferente sobre essa questão:

Era as pessoas da família, não tinha empregados, não, as pessoas faziam as redes e vendiam a Seu Celino, que comprava de muitas pessoas e ele vendia para fora [...] naquele tempo, todos se ajudavam, as mulheres trabalhavam na roça também, levavam os filhos pequenos para o roçado também (Seu Ademir da Silva).

---

<sup>71</sup>Se observarmos os relatos de Dona Maria, verificamos que estes se assemelham ao mesmo processo do trabalhador camponês antes da Revolução Industrial na Inglaterra, o qual levava uma vida entre fontes de trabalho diversificadas, produzindo matéria-prima para o mercado local (o algodão) e tendo uma boa satisfação com essa produção, como podemos observar em Engels sobre o trabalho antes da indústria na Inglaterra: “antes da introdução das máquinas, a fição e a tecelagem das matérias-primas tinham um lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia, quando o chefe da família não o fazia o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades. [...] por outra parte, o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração de seu trabalho. É verdade que era um pobre camponês, que lavrara a terra com pouco cuidado e sem grande proveito; mas não era um proletário [...] não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para ele é uma forma de descanso [...] seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se sentiam de ajudar os pais, faziam ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas” (Engels, 2010, p. 45-46). Se analisarmos os relatos de Seu Ademir e Dona Maria com a descrição de Engels, as semelhanças com o trabalho, com a terra, arrendamento e trato com a economia local da época possuem uma verossimilhança que as aproxima muito, mesmo com as diferenças do camponês brasileiro e inglês. Porém, no caso inglês, a ruptura do homem com o campo é mais rápida; em contrapartida, em Toritama e em outras localidades da região, a proximidade do homem com o campo ainda permanecem em alguma medida.

Portanto, fica evidente que as mulheres tinham participação tanto na confecção de redes quanto na produção de matéria-prima para tal, ou seja, a cultura do algodão era quase uma tradição local, mas, através do relato de Seu Ademir da Silva, podemos observar que ele demonstra, de certa forma, a necessidade de todas as pessoas de uma família de trabalhadores contribuírem, de alguma forma, para conseguir o alimento necessário para o sustento da família, o que também será demonstrado mais adiante, quando for discutido o trabalho com o calçado artesanal de couro.

O trabalho com o algodão teve a ajuda do programa do Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em sua logística, que atuava em várias regiões do nordeste desde a década de 1920, como demonstra o historiador Severino Cabral:

A implantação da rede ferroviária, em 1922, veio impulsionar o escoamento da produção do algodão, fazendo-o chegar com maior rapidez aos portos e daí para as indústrias têxteis, sobretudo as internacionais. Pensar a prioridade da vida férrea para o escoamento da produção do algodão faz sentido porque, somente no ano seguinte 1922, inaugura-se o transporte ferroviário de passageiros. Para substanciar a política de obras contra as secas levadas a efeito pelo então presidente da república Epiácio Pessoa, que incluía o melhoramento e abertura de novas estradas em toda região através do IFOCS [...] esse fato contribuiu duplamente para o desenvolvimento da cidade naquele momento. Em primeiro lugar, as estradas construídas e/ou melhoradas agilizaram o transporte de algodão das zonas rurais produtoras e cidades circunvizinhas para o embarque ou o melhoramento mais rápido em cajazeiras (Cabral Filho, 2004, p. 40).

Corroborando o pensamento de Cabral Filho (2004), podemos citar a ponte sobre o rio Capibaribe, que liga Toritama a Caruaru, obra essa que ocorre nesse mesmo período, citado por Cabral, e que tem por objetivo agilizar e facilitar esse escoamento do algodão e o tráfego na ligação Toritama-Caruaru. A seguir, na figura 8, destaca-se a placa de construção da ponte sobre o Capibaribe, pela Inspeção de Obras Contra as Secas (IFOCS), datando 1923.

Figura 8 – Placa de construção da ponte sobre o Capibaribe



Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

O Brasil, nesse meio tempo, estava em um processo político um pouco conturbado entre 1922-1923, pois, em 1922, era o final do mandato de Epitácio Pessoa e o início do mandato de Artur Bernardes; já no ano seguinte de 1923

A situação continuou a se complicar em junho de 1922, época em que Bernardes já era vitorioso, mas ainda não tomara posse na presidência, o que só ocorreria em 15 de novembro. O clube militar lançou um protesto contra a utilização pelo governo de tropas do exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou o fechamento do clube Militar, com fundamento em uma lei contra as associações nocivas à sociedade. Esses fatos precipitaram a eclosão do movimento tenentista, assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do exército (Fausto, 2021, p. 172).

Esse movimento causou um desgaste no governo e foi um campo fértil para a germinação da revolução de 1930 e do movimento tenentista, que, de certa forma, teve a participação da classe média e estourou em alguns quartéis do Brasil, resultando na oportunidade perfeita para Getúlio Vargas conseguir plenos poderes e suprimir os revoltosos, aproveitando a oportunidade para se manter no poder e centralizar os demais segmentos que regiam a ordem do estado democrático de direito (Fausto 1970). A seguir, na figura 8, destaca-se a placa de construção da ponte sobre o Capibaribe.

Vale salientar que obras como essa pela IFOCS foram abortadas por Rodrigues Alves, tornando a conclusão dessa ponte uma rara exceção. Já no cenário econômico, era notório o avanço das pessoas para as urbes e, com isso, obviamente, o aumento dessa população. Porém, ainda havia números significativos a serem modificados, pois

A urbanização era uma realidade que vinha para ficar, e alterava rapidamente a feição do país. Apesar disso, a realidade nacional continuava eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%), à indústria, e 1,5 milhão (16,5%), aos serviços de maneira geral (Schwarcz, 2015, p. 326).

Ainda sobre o relato do cronista, podemos observar outro tipo de manufatura: a fabricação de fósforos, que também fazia parte de um pequeno segmento de trabalho local. Embora seja pouco mencionado pelos antigos residentes, o cronista faz uma boa descrição do funcionamento dessa outra pequena forma de manufatura que também contribuía para o complemento da renda do trabalhador comum:

Nessa mesma época surgiu também a fábrica de fósforo que tinha a alcunha de GOGOIA. Não era vendido em pacotes e não era colocado em caixas, era um quadrado de madeira que cortado formava os palitos, mas presos um ao outro. Quando se queria usar um, tirava do pacote e usava. Mas existia um inconveniente, você teria que riscar o fósforo com uma caixa de fósforo da marca olho, fiat lux e assim por diante. Na rua quatro havia uma fábrica de fósforo gogoia e era do Sr. Antônio Bastos. [...] em Fazenda Velha a fábrica era de um senhor baixinho, Joaquim Soares. Mas em Fazenda Velha existia mais fabricas (Araújo, 2007, p. 61-62).

É importante também entender como os vários tipos de configurações de manufaturas não são tão homogêneas, mas são organizadas por famílias que utilizam da força de trabalho local em determinados momentos para o funcionamento de sua manufatura e de sua permanência em suas posições sociais, como poderemos observar na indústria do calçado, embora ainda um pouco abaixo do nível que geralmente estamos acostumados a observar em cidades com grupos políticos e famílias ligadas à política local já consolidadas, de forma mais estruturada, como nos grandes centros urbanos.

Dessa forma, podemos perceber que muitos trabalhadores do campo também mesclavam o trabalho da lavoura com o da cidade, demonstrando os primeiros sinais da migração que ocorreria posteriormente. Nesse sentido, o trabalhador do campo terá cada vez mais acesso ao novo modo de vida, que é levado pelo cidadão,

e, com isso, observa novos recursos e novas dinâmicas de trabalho, até que se torne um proletário, conforme podemos observar na análise de Candido (2010, p. 249) sobre o município de bofete:

Um grupo que se sentia equilibrado e provido do necessário à vida, quando se equiparava aos demais grupos de mesmo teor, sente-se bruscamente desajustado, mal aquinhoado, quando se equipara ao morador das cidades, cujos bens de consumo e equipamento material penetram hoje no recesso da sua vida, pela facilidade das comunicações, a multiplicidade dos contatos, a penetração dos novos estilos de viver. Em consequência muda, para o estudioso, o problema dos seus níveis de vida, que passam em nossos dias por uma crise aguda, já referida, em que a ampliação das necessidades não é compensada pelo aumento do poder aquisitivo. Colocado em face desta situação, o caipira reage de duas maneiras principais; rejeita em bloco as suas condições de vida e emigra, proletarizando-se; ou procura permanecer na lavoura, ajustando-se como possível. Vimos que tal ajuste é 'mais satisfatório no sitiante médio, precário no parceiro, mais ainda no colono e no camarada, podendo dar lugar decadência e à plena miséria.

De acordo com Candido (2010)<sup>72</sup>, podemos observar que, embora o camponês migre para a cidade, isso pouco mudará em sua condição social. Embora as dificuldades permanecessem muito evidentes nesse período, muitos trabalhadores tinham a necessidade de migrar para o trabalho na cidade, na tentativa de que algo mudasse para melhor em sua condição.

No que tange às dificuldades de modernização técnica local, isso não significa que, em Toritama, as elites locais não estivessem exercendo seu papel de dominação de classe, mesmo com a mudança e o desenvolvimento ao longo do tempo, com relação aos aspectos industriais futuros e das diversas formas de trabalho, que se modificam para se adequar ao avanço do capitalismo, que envolve o modo de trabalho em que o trabalhador rural e o trabalhador de fábrica estão inseridos, sofrendo as modificações constantes de condições e organização de trabalho, de forma tão rápida, que, muitas vezes, se torna difícil para essa classe perceber tais mudanças, pois estão muito envolvidos em seu trabalho para perceber tais mudanças.

Nesse sentido, é necessário pegar emprestado o conceito de “morfologia do trabalho”, desenvolvido por Ricardo Antunes, para entender os efeitos de tais mudanças e como elas acontecem ao longo do processo de acumulação do capital. Assim,

---

<sup>72</sup>É preciso deixar claro que Antônio Candido analisa a realidade do “caipira” no interior de SP.

Contrariamente, [...] às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova polissemia* do trabalho, a sua *nova morfologia*, isto é, sua *forma de ser* (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam (Antunes, Ricardo. p. 2. 2008).

Dessa forma, poderemos observar com mais facilidade as transições dos vários tipos de trabalho desenvolvidos na cidade de Toritama, suas modificações, seus processos de encolhimento de algumas atividades e o crescimento de outras práticas que caminham cada vez mais para o trabalho informal e sem direitos trabalhistas assegurados – conforme veremos mais detalhadamente no capítulo 3 – bem como os efeitos na vida dos trabalhadores.

No que se refere às elites locais já discutidas, é importante vincular as mutações do trabalho local à discussão acerca da elite local, pois essa problematização que fazemos sobre a importância de perceber esse aspecto político-social local, além do papel central na influência do trabalho em Toritama, são pontos desenvolvidos pelo historiador Adilson Filho sobre o poder das elites no interior de Pernambuco, que é também perceptível em Toritama. Com isso, tal historiador dialoga com essa problematização de forma crítica, contribuindo para a historiografia do agreste pernambucano:

Talvez mais interessante do que a mera constatação de que há sempre algumas famílias voejando sobre o restante da sociedade, seja a necessidade de questionar seus efeitos nas formas de percepção e nas práticas e como ajudam na legitimidade e permanência destas famílias no poder, principalmente, numa época segundo a qual as paisagens sociopolíticas e culturais se liquefazem e se redefinem velozmente (Adilson Filho, 2014, p. 143).

Para melhor entendermos a problematização do historiador Adilson Filho, podemos indicar, a título de exemplo, o primeiro prefeito de Toritama, Jota Araújo, que era um empresário local, pois, antes de ser prefeito em Toritama, era vereador na cidade de Taquaritinga do Norte, pelo distrito de Torres, antes dessa vila se desmembrar e de ser de uma família tradicional da localidade (Araújo, 2007). Com isso, detinha meios necessários para dar o suporte na sua carreira política e exercer um papel de destaque na sociedade, assim como outros nomes de famílias

tradicionais aparecem no decorrer da história à medida que a cidade de Toritama começa a se desenvolver economicamente.

Além disso, essa manutenção de posição social, no que se refere aos poderes públicos e aos privilégios estabelecidos nessa época, pode ser evidenciada no que foi estabelecido na lei orgânica da cidade, que prevê uma pensão vitalícia no valor de 50% do valor integral do cargo de vereador, para os vereadores que tivessem exercido três mandatos; em quatro mandatos, recebiam 60%; mais de quatro mandatos, a pensão era quase integral, o valor chega a 80% do salário de um vereador em exercício com os devidos reajustes. Vale salientar ainda que, em caso de morte, essa pensão especial passaria a ser recebida pela viúva ou pelos filhos, em caso de não haver viúva para receber a pensão vitalícia, o que exemplifica a apropriação desses privilégios que a elite local tinha em mãos<sup>73</sup>.

Para além desses privilégios pessoais, a lei orgânica é muito clara, quando abre margem para a utilização da máquina pública para o fortalecimento do comércio dessas elites locais, principalmente, quando se trata

[...] da votação do Orçamento, de empréstimo, auxílio a empresa, concessão de privilégios e matéria que verse interesse particular, além de outros referidos por esta Lei e pelo Regimento Interno o número mínimo de votos é de maioria absoluta de seus membros para aprovação (Artigo 18, parágrafo primeiro. Lei orgânica de Toritama).

Qualquer interesse econômico particular, que fosse da elite, tinha o apoio e era respaldado por lei, caso “necessitasse” do investimento público. Para isso, necessitava apenas da aprovação por maioria da câmara, o que demonstra uma facilitação para a prática do patrimonialismo, que “contamina as esferas públicas e privadas fortalecendo os pequenos e grandes poderes pessoais ampliando suas ações nas esferas do estado” (Schwarcz, 2019). Esse fato demonstra como um determinado grupo social e, no caso de Toritama, a elite local, consegue se articular socialmente antes mesmo de exercer os poderes políticos de um município e após a recém-emancipação; quando o exercem, tais privilégios procuram se tornar hegemônicos nas mais variadas esferas sociais, para consolidar sua dominação de classe (Sader, 2005).

---

<sup>73</sup>Todas essas informações constam na lei orgânica do município de Toritama.

Dessa forma, não é por acaso que o enriquecimento de famílias tradicionais e grupos políticos acontece, todos têm em seu cerne a apropriação do bem público em detrimento do bem-estar social da coletividade de um determinado local. Podemos perceber tais práticas logo nas primeiras ações do prefeito Jota Araújo, quando assume a prefeitura, nomeando, para cargos públicos, em diversas esferas do município, a sua esposa, o seu irmão – o cronista Mário Araújo –, além de comerciantes próximos ao prefeito, nomeados para exercer funções em cargos estaduais e municipais (Araújo, 2007).

Ainda no que tange à discussão, através dos relatos de agricultores e do cronista toritamense, podemos entender, logo de início, que o trabalho em Toritama possui características simples e costumes locais bem definidos, que ditam o ritmo não só de seus trabalhos para a sobrevivência, mas de seus comportamentos, e de como essa parcela social se organizava perante o fenômeno do trabalho rural, como o nascer do sol, indicando o começo da jornada do trabalho com a terra e, com o final da tarde, indicando o encerramento dos trabalhos, que exemplifica uma realidade de tranquilidade e um trabalho de subsistência, sem a pressa e a correria exigida em uma vida na cidade, que apresentará exigências e causará desencontro naquilo que antes era tido como sólido, imutável e “natural” para o camponês, como descreve Candido (2010, p. 250):

compreende-se que o caipira consiga frequentemente, no espaço de alguns anos, se não se assimilar, ao menos acomodar-se satisfatoriamente nos padrões propostos pela civilização urbana. E aqui podemos indicar que o processo de urbanização – civilizador, se o encararmos do ponto de vista da cidade – se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana.

Porém, ainda houve outras intempéries para desafiar o camponês local, pois o governo ainda era um desconhecido para essa localidade no que tange ao auxílio e organização do trabalho na agricultura familiar. No entanto, quando se trata do acesso das camadas com mais recursos e às facilidades de acesso ao crédito do governo, para obter auxílio ou investimento, para fazer funcionar o motor da agroindústria local, a facilidade se expande de forma interessante, como indicamos através do agricultor Seu Ademir da Silva, quando relata a “função” do estado para

com a classe trabalhadora ou como eles eram definidos “pecuaristas” e a relação com os mais abastados:

Meu pai era agricultor aqui, naquela época, o forte aqui era agricultura, essa zona e Taquaritinga era uma zona agrícola, inclusive, falaram para mim isso quando fui tirar a reservista com 18 anos [...] de 1940 para cá, teve umas coisas, agora financiamento para a agricultura era mais para o lado do sul, aqui era mais difícil, aqui éramos pecuaristas, não tínhamos acesso ao crédito, não, mas só latifundiário tinham acesso, a gente, não, era subsistência [...] Nos anos 70, deram sementes, mas aqui era pouco, isso era mais para limoeiro esses lugares (Seu Ademir da Silva)

De certa forma, esse relato ajuda a refletir não só a realidade desses trabalhadores rurais, mas também denuncia o sistema de articulação da classe dominante para com o estado, pois os beneficiários eram, em sua grande maioria, os ricos e os poderosos nesse período. Também há apropriação do bem público para o interesse do privado em detrimento do bem coletivo, enriquecendo uma minúscula parcela da sociedade que produz pouco ou nada, vivendo como se fosse uma “casta”, pauperizando, assim, a maioria esmagadora da sociedade que trabalha ativamente para produzir as riquezas necessárias para o desenvolvimento local e nacional do país, sem ter acesso a essas riquezas por ela produzidas, enquanto a elite possui canais facilitadores, os conchavos políticos, o clientelismo. Com efeito, a apropriação do bem público domina a classe trabalhadora (Schwarcz, 2019).

### 3.3 UM SAPATEIRO REVOLUCIONÁRIO E A DITADURA DE 1964

Por outro lado, se formos observar bem essa situação de acesso ao crédito, por parte da classe trabalhadora, o auxílio ao pequeno produtor e suporte no desenvolvimento de obras públicas nesse período, esses tipos de acesso também estavam comprometidos e limitados; era quase impossível a classe trabalhadora obter acesso a esses recursos públicos, pois essas medidas são consequência das políticas liberais de JK, que, inclusive, deixou um ambiente político-social muito propício a desarticulação de organizações sociais e progressistas, como podemos observar em Mattos (2016, p. 38):

Quando Jango assume a presidência da República, em 1961 – inicialmente com os limites impostos pelo regime parlamentarista –, é com esse quadro de crise econômica, que terá que lidar. O diferencial maior daquela conjuntura é que a classe trabalhadora urbana, em seu rápido ritmo de crescimento numérico, encontrava-se agora também mais ativa, no que diz

respeito à capacidade de intervenção no jogo político. Do ponto de vista eleitoral, a blindagem do sistema político brasileiro à participação social dos subalternos continuava forte, através principalmente da proibição do voto aos analfabetos, mas também da restrição à organização partidária (pois o PCB continuava sem registro eleitoral, apesar de todos os esforços para reverter tal situação que movera desde o governo JK).

Como podemos constatar, enquanto o país se aproximava cada vez mais das políticas liberais e seus acionistas do capital estrangeiro, o Brasil perdia espaço para essa modalidade de setores estratégicos, como a indústria nacional, inclusive, no setor de obras de desenvolvimento econômico, fazendo, assim, um país praticamente apenas de produção de matérias-primas. E, para conter a inflação, uma das medidas do governo foi justamente a “restrição de salários, créditos e gastos públicos” (Schwarcz, 2015), dificultando ainda mais a vida e a obrigação do estado para com boa parte da população, chegando, inclusive, até os confins do interior do nordeste.

Após o breve governo de Jânio Quadros e o golpe militar, que destituiu João Goulart, houve algumas mudanças drásticas em vários setores, principalmente no setor econômico:

Derrubado Goulart, os políticos civis que tinham apoiado o golpe, sobretudo os da UDN, foram surpreendidos pela decisão dos militares de assumir o poder diretamente. O general Castelo Branco foi imposto, a um congresso já expurgado de muitos oposicionistas, como o novo presidente da república. Começou, então, intensa atividade governamental na área econômica para conter a inflação que atingia níveis muito altos (Carvalho, 2012, p. 158).

Em concordância com o que foi problematizado anteriormente sobre a prática de patrimonialismo utilizado pelas elites, os resultados do governo liberal de JK deixaram uma herança “amarga” para seus sucessores, o que foi utilizado como um dos motivos para a destituição do presidente João Goulart.

Vale ressaltar que, no contexto em que ocorre a destituição do presidente João Goulart, outros fatores contribuíram para com o anticomunismo: o caráter golpista das forças armadas junto à burguesia nacional, em parceria com as economias centrais, que tinham o objetivo de manter o capitalismo periférico (Brasileiro, 2022). Já no que se refere às ações de Goulart, a imprensa teve papel fundamental para tais acontecimentos nesse período em que ocorria a guerra fria:

A luta pelas “reformas”, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da guerra fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a

ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado [...] a imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”. Como em outras épocas da história do Brasil, a opinião publicada não era necessariamente a opinião pública majoritária. Os dados do Ibope mostram que, às vésperas de ser deposto, em março de 1964, João Goulart tinha boa aprovação na opinião pública das grandes cidades brasileiras, com 45% de “ótimo” e “bom” na avaliação de governo, e 49% das intenções de voto para 1965 [...] portanto, Jango era um candidato forte se houvesse a reeleição (Napolitano, 2024, p. 46-47).

No que tange ao governo militar, uma das principais soluções do governo ditatorial foi colocar interventores tecnocratas em vários setores do governo; outra medida foi justamente revogar vários direitos dos trabalhadores, que foram resultado de anos de luta política e negociações da classe trabalhadora ao lado dos sindicatos, o que corrobora a promoção do chamado “milagre econômico”, que vai de 1968 a 1973, evidenciando a aproximação do governo com os interesses do capital.

Com relação aos direitos trabalhistas, podemos exemplificar essa retirada de direitos com Silva (1999, p. 79), quando destaca os trabalhadores dos portos em Santos:

Após 1964, o governo implementou integralmente as reformas defendidas pelos discursos do congestionamento. Em 1965, foram anulados todos os direitos firmados entre a federação nacional dos portuários e o ministério do trabalho, sob o pretexto de que a companhia das docas não havia feito parte dos contratos coletivos. [...] houve corte na cubagem para serviços pagos por produção, o que representou uma diminuição salarial de cerca de 50 %; foi reduzido ainda o número de homens em cada terno de serviço.

Embora os trabalhadores se organizassem para lutar pelos seus direitos, “para se contrapor a essa crescente mobilização dos “de baixo”, a elite brasileira se entrincheirou de diversas maneiras para manter seus privilégios” (Lima, 2016). Essas mudanças eram apenas o começo do que estaria por vir pelos próximos longos 21 anos de governos militares.

Também é interessante perceber que, nos períodos de uma balança comercial favorável e de desenvolvimento no governo de JK, várias camadas da sociedade ficaram de fora do usufruto das riquezas produzidas no Brasil e à margem do “milagre” econômico, sobretudo, a classe trabalhadora. Vale salientar ainda que a criação das empresas estatais contra a seca, já mencionadas, são herança do nacional desenvolvimentismo da era Vargas, através de expoentes como Celso

Furtado, entre outros, o que demonstra um contraponto das políticas neoliberais durante o governo JK.

No entanto, é preciso entender que o golpe de estado se tratou de um golpe de classe orquestrado pela burguesia nacional articulada com setores multinacionais e imperialistas, aliados com o velho latifúndio, contra a classe trabalhadora e os grupos sociais subalternos (Aires, 2024), a título de exemplo um dos articuladores entre os grandes empresários de São Paulo e de líderes militares do Rio foi o General Mourão Filho (Dreifuss 1981). Com isso, modificam-se os moldes de governo, o estado chega em todos os lugares possíveis, inclusive, nos confins desses vários “Brasis”; dessa vez, não como uma força auxiliadora, mas, sim, como o braço repressor do estado, fechando sindicatos, enfraquecendo movimentos sociais e perseguindo organizações populares de apoio ao trabalhador. Nas capitais do nordeste, por exemplo, essa perseguição era muito intensa, como demonstra Nunes (2015, p. 201):

No Brasil, existiam, em 1964, sete confederações, 107 federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. No primeiro ano do governo militar, foram afastados, dentro da estratégia da “Operação Limpeza”, membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. Além disso, três outros sindicatos sofreram ‘intervenções brancas’, pelas quais líderes eleitos foram afastados sem publicação de decretos específicos. Uma eleição foi cancelada por alegadas atividades subversivas, e o governo extinguiu totalmente um sindicato.

Toritama também foi alvo da repressão. O cronista Mário Jota relata um acontecimento interessante sobre um professor que foi levado e torturado pela repressão, após alguns anos. Os comentários eram de que “[...] Falcão era comunista e que os anticomunistas haviam arrancado a unha de Falcão porque eram todas deformadas” (Araújo, 2007). Possivelmente, o professor Falcão pode ter sido levado pelo Departamento de Ordem Política e Social do Governo militar (DOPS). Vale ressaltar que, durante os interrogatórios do DOPS, em Caruaru, que é a cidade mais desenvolvida da região Agreste e poderia dar condições aos agentes, o procedimento tinha as seguintes características:

As possibilidades de os investigados serem absolvidos eram mínimas, ou quase inexistentes. De acordo com o Decreto 53.897, a defesa para os acusados consistia em permitir que eles apresentassem seus argumentos – oralmente ou por escrito – se ainda não o tivessem feito nos depoimentos. Para os que assim procederam não se alteraram as sentenças emitidas pelos relatores (Cavalcanti, 2015, p. 182).

Nesse contexto, não foi apenas com o professor Falcão que a repressão do estado demonstrou sua face, mas com outro preso político, José Manoel da Silva (Zezinho), morto no massacre da granja São Bento. Dessa forma, o município ficou com marcas desse tempo sombrio, fato esse que até os dias atuais continua sendo necessário o debate, pois foi um período vergonhoso da história do país.

Vale dizer que os agentes do DOPS de Caruaru – que era a sede mais próxima de Toritama – não investigaram ou espionaram as atividades apenas de um só grupo social, pois

O ano de 1963 e os meses iniciais de 1964, período em que Pernambuco estava sendo administrado pelo governador Miguel Arraes, não consta nenhum documento resultante das atividades da Secretaria de Segurança. Não há registros de suas ações no que tange à política de vigilância e controle que vinha desenvolvendo essa instituição em relação às atividades dos comunistas na cidade de Caruaru (Cavalcanti, 2015, p. 147).

Após o início do golpe militar, os movimentos de perseguição e espionagem em Caruaru começaram a funcionar, inclusive, com conexões diretas com Recife:

Os registros documentais produzidos pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco nos dias iniciais após o golpe de 31 de março demonstram que aqueles momentos foram de intensa atividade para os agentes desse órgão [...] as ações de vigilância e perseguição não desapareceram decorridos os meses iniciais do golpe. No dia 18 de dezembro de 1964, era protocolado um informe resultante de uma denúncia na base aérea da Aeronáutica em Recife, contendo três informações sobre atividades subversivas em Caruaru. Ao tomar ciência desses acontecimentos, a Segunda Base Aérea, sediada em Recife, gerou o Informe 0100/ZONAER 2. Este recebeu a classificação de *secreto* e sobre a origem das informações constava apenas a expressão *informante*. A credibilidade das informações oferecidas à Aeronáutica foi classificada como B2385 (Cavalcanti, 2015, p. 149-151).

Ainda no que se refere às perseguições, é importante frisar que elas ocorreram não apenas aos sindicatos ligados aos trabalhadores operários ou demais simpatizantes comunistas ou estudantes e professores, mas também aos trabalhadores de setores burocráticos, ligados principalmente aos órgãos públicos, como é o caso dos bancos e universidades:

alguns líderes sindicais da Paraíba sofreram vários tipos de perseguição. O presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT, Luiz Hugo Guimarães, por exemplo, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), do dia 09 de abril de 1964. Foi destituído da presidência do Sindicato dos Bancários, preso e removido para a Ilha de Fernando de Noronha, no dia 29 de abril de 1964, e solto em junho do mesmo ano. A seguir, foi transferido da agência do Banco do Brasil, onde trabalhava, para outra, no estado de Rondônia, e, em 1970, foi aposentado com vencimentos

proporcionais ao tempo de serviço. Também foi demitido de seu emprego de professor catedrático interino na Universidade da Paraíba, conforme podemos ver no Decreto do Presidente da República, General Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União, no dia 28 de setembro de 1964 (Nunes, 2015, p, 208-209).

A historiadora toritamaense, Daniele Silva, em seu trabalho sobre a historiografia local, problematiza a respeito da perseguição militar, pois, segundo ela, José Manoel da Silva era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi assassinado em 1973. José Manoel era marinheiro e associado aos Fuzileiros Navais do Brasil (AMNFB), onde conheceu o Cabo Anselmo, que, depois, se tornou um agente infiltrado em favor da ditadura, já quando aconteceu o golpe militar de 1964:

Zezinho é desligado da Marinha e torna-se um integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), mas não “entra” para a clandestinidade, volta para o estado de Pernambuco, e passa a morar na cidade do Recife em Paratibe e a trabalhar na construtora Odebrecht, até ser procurado por pessoas desconhecidas. Hoje sabe-se que eram agentes de repressão, e resolve voltar para a cidade de Toritama onde passa a trabalhar como fabricante de calçados, [...] ao voltar para a cidade de onde nasceu Zezinho passa a participar ativamente da sociedade, sendo presidente do time de futebol da cidade o Ypiranga, e lutando por melhorias, ele realizou um baixo assinado para que o governo instalasse uma escola com 2ª grau, mas temendo que fosse descoberto os seus amigos preferiram não enviar os documentos para o governador do estado [...] Após a morte de Zezinho agentes da repressão vasculharam a sua casa e ameaçaram sua irmã, Maria Luiza, tudo que levaram foi um antigo mimeógrafo [...] A esposa dele, Genivalda, também sofreu com os agentes da repressão sendo violentada, ela engravidou e realizou um aborto (Silva, 2009, p, 37-39).

Podemos perceber que, mesmo sendo resistência contra a opressão do governo, o revolucionário José Manoel continuava com suas atividades, não só com a confecção de sapatos, mas também na revenda deles, viajando para locais, como: Recife, Natal e João Pessoa. Sua produção de calçados necessitava até de alguns funcionários e, diferentemente de outros perseguidos políticos, José Manoel não conheceu Cuba ou tinha contato com a ilha; também não tinha curso de guerrilha, mas fazia um trabalho local de conscientização e educação camponesa, fabricando jornais do PCB, junto aos outros integrantes do partido, que eram da região. Além disso, chegou a dar aulas na Escola Protásio Soares, já que tinha proximidade com a escrita e a leitura, chegando até a produzir mais de 150 poemas românticos (Campos, 2017).

É interessante notar que esse sapateiro de ofício tinha a preocupação de buscar melhorias para a educação local, através de uma escola de segundo grau;

ministrava aulas e conscientizava camponeses de seus direitos, pois era um tempo em que o letramento dos trabalhadores era muito baixo, principalmente pelas condições locais, o que se assemelha com a figura do sapateiro do século XIX, na Inglaterra e França, pois ele era tido, em grande medida, como um filósofo e, às vezes, subversivo local, pelo fato de ter algum tempo para ler, refletir e dialogar com os demais.

Nesse contexto, vale dizer que, no século XIX, as pessoas se queixavam muito das dificuldades enfrentadas para essas figuras (Hobsbawm, 2000), o que faz com que possamos perceber também algumas semelhanças desses sapateiros, como a luta de José Manoel em melhorar um pouco a condição de vida social da localidade em que vivia, através do esporte e da educação. Foi justamente em um dia de jogo de futebol amador que José Manoel foi levado de Toritama, como indica Campos (2017, p. 108-109):

José Manoel parou no posto de gasolina, na beira da BR-104, rodovia que corta Toritama, e pediu que colocassem óleo de freio no carro. Foi questão de segundo até que uma caminhonete com o emblema do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estacionasse logo atrás de seu veículo. Três homens armados desceram do automóvel e deram voz de prisão a José Manoel. Sem reagir pediu que um amigo seu segurasse a chave de seu carro. Um dos policiais interpelou. “deixa essa chave comigo” José Manoel teve as mãos amarradas por uma corda, como algemas improvisadas e foi colocada no banco da caminhonete [...] enquanto sua casa era devassada por outros policiais.

Esse relato da prisão de José Manoel exemplifica como ocorriam as prisões e o funcionamento do sistema repressor do estado, em que a onda de medo e perseguição era uma prática corriqueira do governo, pois

O labirinto do sistema repressivo montado no regime militar brasileiro tinha como ponta-do-novelo-de-lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei (Arns, 2014, p. 75).

Morto, juntamente com outros integrantes da VPR, na granja São Bento, José Manoel sofreu também a difamação social, disseminada em sua cidade, com a brutalidade e a forma como o governo modificava as provas do crime, para ter sua versão contada nos jornais, principalmente pela Lei de Segurança Nacional (LSN), entrada em vigor em 1967, para controlar o direito de informação nos jornais e

rádios, em detrimento da Lei de Imprensa, que garantia a liberdade para criticar o governo; inclusive, uma das formas de garantir esse controle era com a utilização de agentes especiais de censura, que examinavam tudo o que iria ser repassado para a população (Arns, 2014).

Dessa maneira, a opressão do estado, no governo militar, chega com intensidade em Toritama. Nessa problematização da historiadora toritamense, percebemos que o que foi trabalhado anteriormente sobre as dificuldades e necessidades da maior parte da população, em questões básicas, foram negligenciadas nesse momento, pois, o que interessava ao estado era apenas o controle social e a legitimação de seu poder, tendo como ferramenta, para garantir isso, o uso da repressão e a disseminação do medo em cidades de maior porte. Porém, até mesmo no interior, existiam lugares físicos propícios a essas práticas de tortura. Tais práticas também ocorriam em Campina Grande, como demonstra Lima (2016, p. 110):

Além das delegacias, quartéis da guarnição federal e da polícia militar, a cidade também viu florescer verdadeiros centros clandestinos, montados com o intuito de submeter presos políticos a atroz sessões de tortura. Exemplar a esse respeito são as chamadas “granjas do terror”.

É oportuno destacar que o estado não agiu sozinho: ele teve ajuda na formação da mentalidade conservadora da época, principalmente contra os “inimigos da moral e dos bons costumes”, proporcionando uma “deformação da realidade”, em que a tortura e as perseguições eram muitas vezes encobertas. Em contrapartida, faziam uso de um “espantalho” como “ameaça comunista”.

Podemos observar melhor como esse fenômeno da propaganda anticomunista funcionava antes e durante esse período de 21 anos no agreste pernambucano, através de veículos de imprensa, ligados à Igreja Católica, que, por sua vez, apoiava o regime em sua grande maioria. Nesse contexto, por exemplo, destacamos o viés conservador no jornal “A defesa”, em circulação na cidade de Caruaru e região, trazendo matérias discriminatórias, conforme afirma Torres (2023, p. 381):

A partir de então, a Diocese de Caruaru decide se mobilizar a favor da construção de uma territorialidade católica tendo, como estratégia de consolidação de um imaginário anticomunista na cidade, o jornal intitulado “A Defesa”, órgão do Círculo Católico de Caruaru que foi publicado entre 1932 e 1985, cuja direção inicial foi do Padre Júlio Cabral e, posteriormente,

sendo administrado pela Diocese. De nome bastante dedutivo, o jornal católico, tinha como objetivo levantar notícias de caráter social, cultural, político e econômico, de interesse local e internacional, entretanto, o seu grande enfoque estava voltado na “Defesa” de uma doutrina cristocêntrica em todas as esferas da sociedade caruaruense como forma de garantir uma repressão a quaisquer valores de esquerda. O jornal, enquanto veículo de comunicação católico, passou a ser promovido e vendido através dos membros do clero local seja nas igrejas ou capelas, durante as missas, encontros religiosos ou reuniões de círculos de oração e, claro, nas bancas de revendas autorizadas pela Diocese.

No que se refere ao período de 1964, o jornal “A Defesa”, ao mesmo tempo em que demonizava o comunismo e quaisquer práticas, ditas progressistas, enaltecia os valores do que seria o bom cristão, discurso esse como

[...] família, pátria e religião, elementos encontrados na figura de Plínio Salgado que foi o maior expoente do integralismo que tinha como modelo a ideologia fascista e que utilizava os discursos que foram levantados na marcha da “família com deus” utilizada para o golpe (Torres, 2016, p. 119).

Embora o jornal fosse de Caruaru, ele circulava no imaginário religioso, o que influenciava não só a capital do Forró, mas também as cidades circunvizinhas, como Toritama, cuja paróquia é subordinada à diocese de Caruaru, conforme explicitado no primeiro capítulo.

Nesse sentido, o texto jornalístico, desenvolvido durante o período repressivo em Caruaru, revela a intencionalidade da igreja e de todos aqueles que produziam o jornal, com as produções já mencionadas, e o impacto social causado por tal veículo e comunicação. Por isso, é importante entender, nesse ínterim, que

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história (Barros, 2023, p. 12).

É importante perceber que também existiu um caráter progressista da igreja nesse período, por parte de alguns sacerdotes e outras organizações, pois também houve casos de organização e luta política em defesa dos trabalhadores. Nesse sentido, destacamos o relato de Adamastor Santiago nesse período da ditadura sobre as ações do sindicato dos trabalhadores rurais de Pernambuco:

O pessoal do sindicato me achava “desenrolado” para fazer as palestras e começaram a me colocar para fazer reuniões em outros lugares, uma vez fomos fazer uma na cidade de Gameleira; tinha mais de quinhentas pessoas. Os padres de lá nos ajudaram, eles combinaram assim com a

gente: quando víamos os jagunços de longe, era para avisar os padres para eles mudarem o “tom”, e aí os padres começaram a falar da importância do sindicato e dos direitos que o sindicato viria trazer, do trabalho com a agricultura, e como era essas coisas, e, quando os jagunços eram vistos de longe, já com revólver na cintura, os padres eram avisados para mudarem o “tom” e começavam aquela ladainha “pai nosso que estais no céu...” , quando os jagunços chegavam à mando dos usineiros, perguntavam “o que vocês estão fazendo aqui?” o padre respondia “estamos celebrando missa” e aí o recado dos jagunços era “se vocês estiverem fazendo sindicato aqui, vamos acabar com tudo e com todo mundo, com padre e tudo”, aí, quando eles iam embora, que não dava mais para serem vistos, começávamos a reunião sobre aposentadoria e assuntos do sindicato (Adamastor Santiago).

Portanto, através desse relato e da experiência vivida por Adamastor Santiago, podemos notar que uma parte da igreja era próxima de alguns movimentos sociais. Além disso, como o governo militar tinha o apoio não só de uma boa parte da igreja, mas do empresariado, tanto nas capitais quanto no interior dos estados, como podemos notar no relato, qualquer forma de organização sindical, grupos políticos ou de estudos, eram reprimidos, espionados e brutalmente destruídos, evidenciando que “o legado estrutural do escravismo colonial e do patriarcalismo cristão da casa grande, ainda determina comportamentos de setores médios e burgueses que nutrem um preconceito visceral contra os grupos sociais subalternos” (Aires, 2024).

No que tange o “subversivo” José Manoel, por exemplo, vimos que em Toritama havia a necessidade de uma escola de segundo grau, que José Manoel tentou, inclusive, conseguir, o que é um direito básico social, no entanto, o que aparece como ação do estado é o uso do medo, do terror, da dor, do sofrimento e da perseguição com quem pensava diferente do governo. Outro ponto importante é o fato de Zezinho voltar a trabalhar na sua cidade como fabricante de calçado, e é justamente esse ponto que iremos tratar e desenvolver, para dar continuidade na discussão sobre o desenvolvimento dos modos de trabalho desenvolvidos em Toritama e a situação dos trabalhadores locais.

### 3.4 MARRETEIROS, SAPATEIROS E AVENTUREIROS DO AGRESTE

A atividade calçadista em Toritama tem um grande impacto positivo durante os anos de 1960 a 1970. Porém, esse trabalho remonta a mais tempo, aos anos de 1930 (Araújo, 2007), em que havia várias manufaturas como essa. Esse tipo de produção possuía algumas características interessantes, como relata o cronista Araújo (2007): “Temos também o fabrico de alpargatas, sandálias, e a tradicional xô

boi, cujo solado durava todo tempo, acabava-se a parte de cima, ou seja, o rosto da alpargata, mas o solado não. Existia na vila de torres muitos fabricos de calçados”. É sobre esse aspecto importante do trabalho local que vamos agora problematizar. É preciso analisar como o fenômeno desse segmento do trabalho interferiu na vida dos trabalhadores, nas suas relações sociais e como ele influenciou as dinâmicas de desenvolvimento da cidade de Toritama.

O fato de o município de Toritama estar localizado entre Santa Cruz e Caruaru faz com que a cidade receba várias influências do mercado regional. Desse modo, Toritama teve bastante influência de Caruaru, que já era um polo reconhecido no ramo do artesanato com couro e por ser uma cidade bem desenvolvida, sendo referência na região (Silva, 1994).

Nessa perspectiva, os municípios de Toritama e de Santa Cruz desenvolveram um crescimento econômico considerável, formando, assim, um cinturão econômico no agreste; em um primeiro momento, com o artesanato e mais especificamente com o trabalho com o couro; depois, no ramo têxtil, como demonstra Silva (1994, p. 20):

O desenvolvimento de Toritama ocorre paralelamente ao desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe. Ambas as cidades foram as que mais cresceram nestas últimas décadas no agreste: Santa Cruz do Capibaribe, com base na produção de roupas e Toritama com base na produção de calçados e a partir da década de 80 com base na produção de roupas Jeans.

Outro fato importante, que devemos nos atentar, é que existiam em Toritama dois tipos diferentes de organização na produção de calçados: o primeiro e mais simples diz respeito à fabricação familiar, assim como o artesanato das redes, que foi discutido anteriormente. Um segundo aspecto é a manufatura, essa, sim, possuía vários trabalhadores; depois de um tempo, houve a utilização de algumas máquinas para melhorar e aumentar a produção. Portanto, essas duas características devem ser entendidas como produtoras de calçados, mas com a diferença de que uma é de aspecto de produção mais rústica, utilizando ferramentas simples e com pouca produção, quando se compara com as fábricas, o que caracteriza uma produção familiar, ou seja, os lucros são divididos para a família que produz a mercadoria ou para a manutenção e sustento da família que produzisse essa mercadoria de forma artesanal.

Como mencionado acima, outro tipo de produção mais conhecida é a manufatura, ou como era conhecido, “tendas” ou “fabricos de calçados”, que precisava empregar vários trabalhadores para obter a sua produção, que, em troca, pagava ao trabalhador um salário. Essa manufatura também tinha relação próxima com os destinos de suas mercadorias. No entanto, os vendedores especializados poderiam fazer o intermédio entre o produtor e do destino final em cidades longínquas, ou através de negociação da compra de mercadorias pelos “marretas”, para revender os produtos. Os destinos mais procurados pelos vendedores e também de onde até vinham os grandes compradores das fábricas de calçados, eram de cidades, como: João Pessoa, Campina Grande, Recife, Serra talhada, Petrolina, Maceió, entre outros.

É importante deixar claro que nesse período outras localidades próximas começavam a desenvolver trabalhos com o calçado de couro, como é o caso de Campina Grande, que tinha uma produção de calçados e uma quantidade de trabalhadores experientes no ramo, trabalhando com pequenas produções familiares até o surgimento do trabalho formal em empresas nesse mesmo período, pois

O surgimento de empresas formais no arranjo, ocorreu mais intensamente a partir das décadas de 1970 e 80, em função da capacitação constituída localmente. Por ter a região vocação histórica para a produção de calçados, destacando-se um grande contingente de “sapateiros” e produtores informais, as empresas existentes e entrantes nesta época se caracterizavam, de forma geral, por uma experiência acumulada na produção de calçados, que foi passada em processo de difusão familiar de conhecimentos (Lemos, 2003, p. 35).

Vale salientar ainda que essa configuração de trabalho, exercida pelos “marretas”, era um tipo de trabalho itinerante e que tinha como único ponto de apoio sua própria casa e família, assim como os trabalhadores que produziam sua mercadoria em casa com sua família. Mesmo assim, temos que deixar claro que os marretas, que eram os vendedores, tinham pouca ou nenhuma ligação com a produção dos calçados, enquanto os que produzem a mercadoria eram trabalhadores sem vínculos empregatícios, garantidos por lei, um processo bem parecido com o que já tinha ocorrido na Inglaterra do Século XIX (Hobsbawm, 2000).

Dessa forma, os marretas e algumas tendas de calçados configuram um trabalho a “domicílio” em nomenclatura atual, como explica a socióloga Edilane do Amaral Heleno:

A primeira delas diz respeito à dinâmica em que o trabalho a domicílio foi se inserindo nesta região, posto que ele, em sua gênese, veio atrelado a desdobramentos de atividades outras existentes (como foi o processo de produção de calçados em couro) no município e não em decorrência dos efeitos da reestruturação produtiva. Vale salientar que este Polo não passou por esse processo nos moldes clássicos, mas se mantém através de relações de produção flexíveis, envolvendo unidades domiciliares de produção bem como pequenas, micros e médias empresas, numa dinâmica em que a informalidade e a precariedade das relações e da produção eram marcas presentes (Heleno, 2013, p, 22).

Dessa forma, ao dialogarmos com Heleno (2013), percebemos que vários trabalhadores eram informais e não possuíam vínculos empregatícios. Esse cenário não foi totalmente alterado, pois o sistema capitalista mais uma vez demonstrou sua verdadeira essência orgânica, caracterizada pela constante mudança e permanência de alguns suportes, enquanto ainda não se tornam obsoletos, para serem modificados e substituídos por outros mais eficazes.

Com isso, o historiador Hobsbawm (2012) também explica como funciona essa dinâmica do capitalismo, que pode ser evidenciado em vários campos, como o que trazemos nessa discussão:

De fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se “completou”, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ele ainda prossegue; quando podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir em termos amplos tudo que se desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma “nova economia industrial amadurecida” para usarmos um termo técnico. (Hobsbawm, 2012, p. 60).

Em outras palavras, apesar das diversas mudanças, seja no produto, nas técnicas ou avanços tecnológicos de produção, é importante notar, com isso, que a precarização do trabalhador é um dos grandes suportes do capitalismo. No que tange à discussão sobre como se organizou essa forma de trabalho, é quase impossível detalhar e mapear ao todo quantas “tendas” de calçados havia em Toritama, principalmente porque algumas pessoas também encomendavam produtos feitos em casa. Com relação ao processo de produção do calçado, primeiro precisamos entender de onde se originava a matéria- prima.

Geralmente, a matéria-prima era comprada na cidade de Caruaru, precisamente em um curtume que ficava em Santa Cruz do Capibaribe, onde havia a produção do couro. Conforme Araújo (2007, p. 63-64),

O dono da fábrica ia a Santa Cruz do Capibaribe e lá comprava o couro da vaca, curtido, pois, em Santa Cruz existia um curtume que muitos se lembram. Era na entrada da cidade aquele cartão postal. Uma fedentina fora do comum, os carros que passavam na estrada sentiam o mau cheiro de carniça pura. Os donos das tendas traziam a pele de couro e colocavam no rio Capibaribe e lá ficava até a terça-feira, quando trazido para a tenda para se tornar sola.

Desse modo, as manufaturas obtinham a matéria-prima para os calçados. Pelo fato de o curtume ser em Santa Cruz, alguns produtores menores produziam o calçado de couro em tal lugar. Porém, apesar das “tendas” de calçados terem predominado em determinada época em Toritama, a agricultura continuava sendo a enorme fonte para a produção de alimentos para o pequeno mercado interno. Assim, algumas famílias tinham que conciliar o trabalho em casa com a produção do calçado e com a agricultura familiar.

Para algumas famílias, essa prática não era opcional, mas, sim, necessária, como forma de resistência para sobreviver, principalmente durante os períodos de estiagem, que era quando o acesso aos alimentos mais básicos ficava um pouco mais difícil.

De certa forma, o contexto em que Toritama está inserida geograficamente possui influência na forma como o trabalho artesanal com couro cru foi sendo introduzido nesse lugarejo, ainda quando era Vila de Torres: de um lado, a influência de Caruaru, cidade consolidada economicamente e politicamente, com uma tradição já centenária; de outro, a proximidade com lugares como o Sertão, que tem como característica a criação de gado (Vianna, 2013) e, por consequência, a produção de couro.

Esse aspecto é muito relevante se levarmos em conta como surge a maior cidade de produção de calçados em couro do Brasil: a cidade de Franca, em São Paulo, onde, em seus primórdios, a localização facilitou o trabalho com o couro, assim como Toritama, estabelecendo-se certo grau de similaridade entre ambas:

Mineiros que vinham da zona do garimpo e criação, como encontrassem condições favoráveis, permaneceram à beira do caminho, dedicando-se especialmente à criação do gado vacum. O sul paulista, essencialmente agrícola, e o sertão central, criador de gado, tinham um ponto de contato em Franca. Floresce assim como a primeira fase econômica do lugar e, paralela a essa inicia-se o rústico fabrico de pequenas peças de couro cru (Navarro, 2006, p. 33).

Portanto, se formos analisar as características da cidade de Franca, em São Paulo, e Toritama, percebemos que elas têm esse ponto em comum: a proximidade

com a localidade da criação de gado e a influência da grande cidade que, no caso de Toritama, é Caruaru. No entanto, não devemos atribuir ao mero acaso ou posição geográfica o desenvolvimento das atividades, pois ainda existem os fatores e interesses humanos locais a serem problematizados, conforme formos avançando.

No que se refere à produção artesanal em si, o cronista faz uma descrição de como era o processo da produção artesanal do calçado, desde o manejo com a matéria-prima até o produto finalizado, pois, seja ele produzido em casa, por uma família, ou nas “tendas” de calçados, a produção seguia os seguintes passos:

Toda tenda que se fabricava o Xô boi tinha um cepo grande, onde se cobria com o couro e começava a se chanfrar. Chanfrar se fazia com um facão grande (rabo de galo) ia se tirando a pele para ficar apenas a sola. Depois riscava-se as peças e cortava. Cortava-se com uma tabua em cima das pernas e com uma faca afiadíssima, cortava as peças que eram riscadas com um modelo. Depois de cortada essas peças começavam a “burnir” peça por peça. “Burnir” era um pedaço de madeira muito lisa que se passava por cima da peça com muita força ficando assim mais fina e lisa como um acabamento. Depois se pintava a peça tinha tinta chamada Giga, nas cores marrom ou preta. Depois fazia-se o vinco. Era também com um pau que no final tinha o corte, quando se passava na peça já pronta com muita força então ficava aquele risco. Existia vários tipos de vincar, uns uma lista, outros duas listas e também vazadores com desenhos diferentes. O calçado era fabricado em seis pares, ou seja, de meia em meia dúzia. Pregava a palmilha com dois pregos pequenos, nos orifícios que havia no zinco. Depois vinha a mais difícil era pregar na palmilha o rosto da sandália. Depois colocava-se a “vira”. Vira era uma tira de couro rodeando a palmilha, fazia-se cortes para a “vira” acompanhar as curvas da palmilha. O espaço que ficava no meio da alpargata colocava-se pedaços de couro chamada de garras para fazer o enchimento da alpargata. Finalmente pregava-se o solado de pneu ou de sola. Era taxado aparava-se as alpargatas uma operação muito difícil pois se precisava de muita força, habilidade, tinha de ficar impecável, pois não existia lixadeira para fazer o acabamento, o acabamento era feito com a própria faca. Quando se aparava, então era feito o taxiamento. Era uma taxa ou brocha como era conhecido. Existiam também sandálias que era taxiada com preguinhos cinco oitavo se não me engano (Araújo, 2007, p. 64-65).

Todo esse processo era necessário para a fabricação dos calçados artesanais em Toritama. Como podemos analisar no relato do cronista, as condições para a produção eram muito rústicas e de difícil manuseio. Além disso, para os trabalhadores, era ainda mais desgastante no que se referem às piores etapas do processo. O cronista também ilustra como era uma “tenda”, que remonta aos anos 1930. Na figura 9, há uma fotografia retirada do livro “Memórias de minha terra: Toritama”, do cronista Mário Jota Araújo.

Figura 9 – Tenda



Fonte: Livro “Memórias de minha terra Toritama”, do cronista Mário Jota Araújo,

A imagem ilustra um período em 1939 (Araújo, 2007), sendo as primeiras formas de trabalho com o calçado, de forma artesanal, em Toritama; depois, se tornaria uma indústria de exportação. Com isso, é possível observar na imagem objetos rudimentares e improvisados; era uma casa de taipa, bem comum entre os populares da região e na época da foto.

É interessante comparar tal contexto com a cidade vizinha, Santa Cruz do Capibaribe, pois a produção de calçado de couro em Toritama remete há mais tempo, pois perdurou até os anos de 1990, enquanto Santa Cruz já transitava para outra forma de trabalho, a “sulanca”, conforme indica Souza (2012, p. 41):

A partir da década de 1940 começa também em Santa Cruz a fabricação de alpercatas, que eram calçados populares feitos artesanalmente com couro, muito popular na região do semiárido. Os “lambe-solas”, como eram chamados seus fabricantes, trabalhavam em tendas espalhadas pelas ruas da cidade. A fabricação dos sapatos e sandálias era um ofício, passado de pai pra filho, e a feira era o lugar por excelência da venda destes sapatos, bem antes da sulanca. Muitos dos “lambe-solas” conhecedores dos elementos fundamentais da costura e do trabalho manual, a partir do “boom” da sulanca com a chegada dos retalhos, transitaram para a confecção de colchas.

Portanto, Souza (2012) deixa claro uma disparidade entre essas duas cidades em relação ao trabalho com o calçado de couro, no que se refere ao início e a continuidade desse ofício. Além disso, até as nomenclaturas divergem entre as cidades, pois em Toritama temos o “solador” ou, simplesmente, o sapateiro, e em Santa Cruz, o “lambe-solas”.

## 4 O ÁPICE E O DECLÍNIO DOS SAPATOS DE COURO

*Cada época cria novos atores e atribui papéis novos aos já existentes (Santos, 2006, p. 134).*

### 4.1 MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CALÇADO EM TORITAMA

No que tange à discussão sobre a modernização desse processo de fabricação, desenvolveremos uma investigação sobre as características dessa modernização em contraste com o declínio dessa produção em Toritama. Teceremos algumas nuances sobre tal modernização, principalmente no que se refere aos grandes produtores, que claramente tinham capital e acesso ao crédito para investir. Além disso, lançaremos, ao mesmo tempo, alguns lampejos sobre possíveis causas do declínio do calçado, as quais serão explicitadas ao final deste capítulo.

É significativo ressaltar o impacto que São Paulo teve nesse processo, tanto no quesito do acesso às novas técnicas, materiais e crédito, quanto à influência no que se refere ao maior centro econômico do país, pois vários nordestinos foram para São Paulo em busca de emprego, de uma nova vida ou até tentar juntar algum valor para voltar para sua terra; muitos deles trabalhavam para tentar fazer dinheiro para investir em calçados e, quem sabe, montar uma pequena fábrica, mas a realidade era outra, como podemos observar no relato de Adelino Nascimento:

O primeiro ano que fui à São Paulo foi 1977, mas, antes, tinha trabalhado com o calçado em Alagoas, em Arapiraca, com um senhor lá chamado “Dedé da Confiança”. Em São Paulo, tinha muitos fabricos de calçado, trabalhei lá principalmente na Vila Formosa, Santos, Taboão da Serra e Pirituba, fazendo modelos “rasteirinhas” e quando surgiu também a “cafona”, naquele tempo ia muita gente para São Paulo, hoje nem tanto, eu voltava com algum dinheiro, mas os outros não conseguiam juntar dinheiro lá para voltar e montar uma tenda, não (Adelino Nascimento).

Apesar de várias famílias nordestinas terem ido para São Paulo e voltado ao longo da história do Brasil, algumas ficaram e se estabeleceram, mas a imagem que se faz desse estereótipo do nordestino também é retratada em novelas e filmes, que reforçam essa falsa ideia cristalizada de um só Nordeste, de um só sotaque, em que

só existe seca, miséria, fome e violência (Brito, 2023). De qualquer forma, a contribuição de Adelino Nascimento enriquece o debate, pois é possível perceber os locais mais procurados pelos trabalhadores de calçados em São Paulo. Porém, foi a partir dessa conexão com a grande metrópole que a indústria local teve um salto na sua produção e, com isso, foi se modernizando através do impacto causado, sobretudo com o uso das novas máquinas que adentravam o mercado e instrumentos novos, tais como:

Balancim, lixadeira, cola, plásticos, vaquetas especiais para sapatos, calçado de mulher, calçado infantil, e a produção aumentou por causa da facilidade. Muitos estavam em São Paulo, lá fabricavam, pois, existia a facilidade do crediário. Quem não fabricava, era marreteiro, vendia produto de casa em casa. Muitos voltavam para sua terra e montavam seu próprio fabrico (Araújo, 2007, p. 65).

Algumas máquinas, utilizadas no trabalho de calçado em Toritama, chegavam de São Paulo, como maquinários pesados, a exemplo do “balancim”, que era uma máquina produzida como se fosse uma espécie de adaptação por fabricantes em Caruaru, assim como a “prensa”, que moldava o couro na forma do sapato. Nesse sentido, destacam-se a seguir a fôrma em que era moldado o couro, através da figura 10, e a prensa, na qual esquentava e terminava o processo, por meio da figura



11.

Figura 10 – Fôrma em que era moldado o couro

Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

Figura 11 – Prensa térmica



Fonte: Acervo particular do pesquisador, 2023.

Essas imagens foram permitidas e autorizadas por Valdomiro Neto, ex-fabricante de calçados. Vale destacar também que ele, em seu relato, confirma que essas fôrmas eram fabricadas em Campina Grande, em uma espécie de máquina grande, onde esse molde saia inteiro, de uma só vez, sem a necessidade de etapas ou montagem. Já a prensa era encomendada em Caruaru, por Valdomiro Neto, o qual não se recorda de mais detalhes sobre a produção ou como era o comércio dessas máquinas.

Dessa forma, a indústria local foi se modernizando, de maneira disforme e aumentando a produção local, conforme o relato do cronista, pois não eram todos que tinham condições de viajar para São Paulo e tentar a sorte, seja na tentativa do calçado ou na construção civil, pois vários nordestinos, inclusive de Toritama, tentaram a vida em São Paulo, com o plano de viver em tal lugar. Alguns conseguiram realizar seus empreendimentos; porém, outros precisaram voltar. Há ainda aqueles que foram, deram certo, mas preferiram voltar mesmo assim.

Nesse momento, é oportuno destacar a diferença entre o relato do trabalhador Adelino Nascimento e do cronista Araújo (2007), pois eles divergem quanto aos trabalhadores que tentavam conseguir algum dinheiro, para investir nas fábricas de calçado. Os mercados que mais absorviam as mercadorias eram os de Campina Grande e Caruaru, mas as mercadorias poderiam chegar para locais mais longínquos do Nordeste em relação à Toritama, como é o exemplo de alguns marreteiros que levavam tais mercadorias para localidades como Belém-PA, “os clientes que eu tinha era mais de Caruaru, mas tinha os marreteiros que levava para Belém e outros locais mais longe” (Valdomiro Neto).

Ainda no que se refere à indústria, fica mais evidente como as famílias locais das elites começaram a se fortalecer economicamente e politicamente; de um lado, com a indústria e comércio e, de outro, com o domínio no poder público, a exemplo de “Chiquinho pai do ex-vereador Adeildo Coelho” (Araújo, 2007), que vai ao encontro do que foi problematizado anteriormente a respeito da formação da elite local. Assim, conseguimos perceber quão influente são as famílias tradicionais, através do uso dos espaços públicos, principalmente, o político.

É interessante perceber também as diferenças temporais com relação às mudanças de modernização no setor fabril, pois, enquanto esse avanço moderno ocorre na metade do século XX em Toritama, existe uma disparidade com o eixo

Rio-São Paulo, principalmente com um atraso específico em relação ao progresso dos avanços no setor do calçado, pois esse avanço já tinha ocorrido em cidades como Franca, que, inclusive, já tinha registrado historicamente o trabalho com o couro cru na fabricação de calçados, como demonstra Navarro (2006, p. 387):

A incorporação do progresso técnico sempre se deu de forma retardada na indústria de calçados e, até o final do século XVIII, a produção de calçados era feita predominantemente de forma artesanal. Segundo o autor, as primeiras máquinas incorporadas aquele ramo industrial foram adaptações da máquina de costura têxtil, conhecidas como “máquinas de Blake”, que possibilitaram a mecanização das tarefas ligadas à costura do couro [...] no século XX não foram realizadas grandes alterações no ritmo da incorporação de progresso técnico na indústria de calçados montados, [...] a grande transformação no setor foi determinada pelo desenvolvimento da tecnologia para a produção de calçados injetáveis de plástico.

A principal diferença entre o avanço em Franca e em Toritama é o tempo em que ocorre esse avanço, pois, enquanto Franca emerge com uma tradição de calçados em couro centenária, para poder se modernizar, Toritama tem todos esses processos de fabricação artesanal, passando a ser mecanizado em menos de um século, ou seja, Toritama leva bem menos tempo para se modernizar, mesmo estando longe dos centros de produção de maquinário industrial.

Outra característica importante é que, enquanto em Franca as primeiras máquinas de costura são adaptadas para a fabricação do calçado em couro cru, em Toritama, quando se inicia a utilização dessas máquinas, o movimento é o inverso, pois as máquinas utilizadas para a fabricação de calçados são próprias para esse trabalho, só depois é que elas começam a ser adaptadas para a costura têxtil, como poderemos observar melhor no próximo tópico.

Quanto ao processo de fabricação do calçado em Franca, ele é bem parecido com o que foi demonstrado por Araújo (2007), com apenas algumas peculiaridades:

O processo produtivo do calçado tem caráter descontínuo e, de maneira geral, se divide em fases de modelagem, corte, costura, montagem e acabamento. A subdivisão do trabalho em cada fase depende do tipo de modelo de calçado a ser produzido e das matérias primas a serem empregadas em sua produção: o couro, o tecido e os materiais sintéticos, que podem ou não estar presentes de forma isolada ou combinada (Navarro, 2006, p, 387-388).

Apesar de não ser tão detalhista como o relato do cronista, Navarro nos permite ter uma ideia de como é o funcionamento na produção de calçado no sudeste do país, o que, de certa forma, também revela que as formas de produção

em Toritama acompanhavam o ritmo ditado pelo eixo no sudeste do país. Inclusive, é justamente no início do século XX que ocorre a modernização de materiais e maquinários industriais para Franca, pois os empresários locais investiram na indústria, apostando no bom acabamento que as novas máquinas poderiam proporcionar, tais como: pontear, alisar, pregar sola, salto, entre outros (Navarro, 2006), enquanto a Vila de Torres ainda “engatinhava” nesse quesito.

Outra especificidade importante dos calçados artesanais de couro é a sua clientela, majoritariamente operária, o que significa que boa parte da população poderia ter acesso, além do bom valor que a mercadoria possuía:

Concentradas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a produção calçadista brasileira era, em boa medida de artigos rústicos, voltados para a população operária. A partir dos anos de 1920, a modificação da tarifa de importação do calçado de lona com solado de borracha, até então classificado como produto de borracha, que passou a recolher direitos aduaneiros iguais aos que incidiam sobre o sapato de couro, contribuiu para o desenvolvimento da produção de calçados de baixo custo. [...] a United Shoe Machinery Corporation (USMC), empresa estadunidense de máquinas destinadas à indústria de calçados, foi autorizada a se estabelecer no ápice em 1908 iniciando, entretanto, suas operações somente em 1918, através da prática de arrecadamento de máquinas para a produção de calçados tornando-as acessíveis as fábricas e mesmo oficinas com pequena capacidade financeira (Navarro, 2006, p, 59-60).

No que se refere à qualidade dos calçados, é importante ressaltar aquilo que até os dias de hoje nós mesmos procuramos e entendemos por qualidade em um calçado, que é o conforto e a durabilidade do produto, o que caracteriza um produto de boa qualidade ou não, mas, sobretudo, isso vale principalmente para o público que o consumia na época: em sua maioria, as classes populares. Sobre isso, o sapateiro Cláudio destaca a qualidade dos calçados produzidos pelos sapateiros:

A qualidade era boa, hoje tem muita boniteza. Na minha época, era difícil consertar os calçados, pois eram de couro e era difícil de rasgar, descosturar e estragar, hoje, qualquer coisa, já rasga, e durava muito tempo, os de hoje são muitos bonitos, mas não dura quanto o da gente, o da gente era melhor (Cláudio).

Portanto, as principais características que podemos observar no calçado artesanal, elencadas por um sapateiro, que se dedicou a esse ofício, são: a durabilidade, o material de couro legítimo e a forma com que era feito, diferentemente do que a socióloga Edilane Heleno entende por qualidade, pois, segundo ela,

Este município faz parte de um importante centro econômico, o Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano, que inclui ainda no seu núcleo os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Taquaritinga do Norte. Toritama se insere nesse processo de forma peculiar. Até 1970, havia se direcionado à produção de calçado de couro para a população de baixa renda, fabricando, portanto, artigos de baixa qualidade (Heleno, 2013, p. 20).

Portanto, se formos analisar os argumentos do sapateiro Cláudio, ele elenca fatores e características interessantes a respeito da fabricação e qualidade do produto final, bem como da utilização e qualidade dos materiais utilizados na fabricação do calçado artesanal. Em contrapartida, o argumento de Heleno (2013) se torna frágil em uma análise teórica e superficial sobre a qualidade do produto, pois parte de uma visão de que o fator determinante para a baixa qualidade do produto é o “tipo de público” consumidor desses artigos. Nesse caso, podemos perceber mais uma vez a importância da fonte oral, pois, através dela, entendemos a riqueza da “experiência” desse sujeito histórico, sem cair na armadilha de reduzir essa experiência a uma mera categoria estática, como nos alerta Thompson (2021, p. 84):

Uma formação histórica autodefinidora de que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, se viu reduzida a uma categoria estática ou a efeito de uma estrutura ulterior de que os homens não são autores, mas vetores.

Ainda sobre a qualidade do sapato de couro e os seus usuários, é necessário notar que, desde o século XIX, os trabalhadores da Inglaterra mais humildes, que trabalhavam no pesado ou ao ar livre, preferiam sempre a resistência do calçado de couro, justamente pelo seu custo-benefício e durabilidade (Hobsbawm, 2000). Dessa forma, é oportuno levar em consideração mais do que o público consumidor do produto, para atribuir uma importância de um objeto, como a de qualidade de um produto artesanal, que foi necessário não só para uma localidade, mas também para uma determinada classe social.

Nesse sentido, faz-se necessário procurar entender como era o processo de fabricação e o trato com os materiais a partir desses autores, só assim, talvez, seja possível tecer críticas a respeito de um processo tão importante para a vida de muitos sujeitos históricos, que produziram os calçados artesanais em Toritama e demais localidades.

No que tange à discussão ainda sobre as máquinas, é importante frisar que, talvez, com uma produção de maquinários adequados no país, esse fosse o motivo para a rápida adequação das oficinas artesanais e depois fábricas de calçados em Toritama. Basta observarmos o tempo que Franca demorou para se industrializar, apesar de já possuir certa tradição e proximidade com a modernização que ocorria no eixo Rio/São Paulo.

#### 4.2 O CORPO “DISCENTE” NA FABRICAÇÃO DO CALÇADO

Durante muito tempo, na Vila de Torres, e, depois, já como cidade de Toritama, a organização das “tendas” de calçados era feita, em grande medida, por pequenos empreendedores, que utilizavam a mão de obra de adultos, crianças e adolescentes. Esses pequenos fabricos tinham em média cerca de seis a 10 pessoas e, dependendo do tamanho do local e da demanda, poderia agregar mais trabalhadores, o que configuraria uma manufatura, com divisões específicas na produção de calçados e jornadas extenuantes de trabalho manual, em uma função repetitiva, conhecida também como maquinismo. Essa forma de trabalho e utilização de crianças ocorre também no período de modernização dessas fábricas.

Esse início de desenvolvimento da produção ocorre da mesma forma que em outros países já industrializados. Esse modo de produção, com divisões do trabalho em uma organização do tipo manufatureira, causou um impacto na vida de jovens e crianças nesses locais onde esse processo se desenvolveu, pois

A simplificação das tarefas permite a incorporação de jovens sem profissão nem qualificação e até crianças na fábrica, com a vantagem para o capitalista de receberem um salário menor. Se o maquinismo é devastador para o operário adulto, por outro lado prejudica seriamente o desenvolvimento mental e físico da criança. Na Inglaterra do século XIX a situação chegou a alarmar a própria burguesia [...] O trabalho infantil não é, sem dúvida, coisa só do século XIX: em vários países ele sobrevive e abarca setores industriais inteiros (na Índia, só os meninos trabalham nas fábricas de fósforos, mercadoria que depois é exportada para a Inglaterra) incluindo o Brasil (Coggiola, 2021, p. 49).

No que se refere aos trabalhadores em Toritama, esse número de trabalhadores das tendas dependia do tamanho da produção, podendo ser de 10 trabalhadores, ou ser em maior número se o dono da “tenda” possuísse o maquinário para aumentar a produção. Porém, de início, tudo ocorreu em garagens,

salões, cômodos de casas ou, dependendo, em galpões, onde eram produzidos os calçados de couro cru, conforme os clientes, que eram geralmente donos de lojas de sapatos de grandes cidades, que encomendavam a produção, assemelhando-se com o que já havia ocorrido durante a produção domiciliar de rendas no século XIX, pois todos os integrantes da família trabalhavam e, dependendo da demanda, contratava-se mais trabalhadores para suprir a necessidade, muitas vezes tornando o local insalubre (Marx, 2023).

Podemos ter uma ideia melhor, no caso de Toritama, com o relato de Cláudio, que trabalha há cinquenta e cinco anos com o ofício de sapateiro:

Eu comecei a trabalhar no calçado com 10 anos de idade, trabalhei na fábrica, comecei de ajudante e depois comecei a fazer tudo, eu não estudei. Antigamente, era assim, casa sim ou outra não, tinha fábrica com 8, 10 homens, às vezes, até mais, na casa dos donos mesmo. Quem tomava conta e organizava era os donos; às vezes, uma pessoa de confiança da família ficava tomando conta, os fabricos eram pequenos, em garagens em casa, como tempo, chegou a ter as fábricas grandes. Na fábrica que eu trabalhei, tinha mais de 140 pessoas, mas, no geral, era de 30 pra baixo, Não era muito limpo, não, na época, não tinha organização igual hoje, o cheiro da cola era forte, mas estávamos acostumados já, só as pessoas de fora que estranhavam e sentiam o cheiro, às vezes, eles saiam passando mal. Tinham sempre quando lixávamos o calçado, colocávamos um pano no rosto, porque o pó do calçado, pneu, borracha, prejudica os pulmões; às vezes, tomávamos leite para ajudar. Às vezes, podíamos nos cortar, era o perigo de acidente, ou com o martelo se machucar. Era assim, quando o patrão via que você não se machucou por gosto, ele ajudava na feira, e tinha patrão que era carrasco e não ajudava com nada e, às vezes, você poderia até voltar para o trabalho (Cláudio).

Dentre outros pontos que iremos analisar nesse relato, iniciaremos pelo final, pois é necessário, para esta problematização, perceber elementos paternalistas de dominação, que estão ocultos na fala de Cláudio. No relato, podemos notar certo conformismo com uma possível ajuda de custo para a feira semanal, o que, para ele, é algo bom, no entanto, fere os direitos do trabalhador, pois ele deve receber o salário integral pelo afastamento das atividades, devido a um acidente ocorrido no ambiente de trabalho. Com isso, a falta de acesso ao sindicato e a outras organizações trabalhistas se torna gritante, visto que o trabalhador não só não percebe o fato de ser seu trabalho explorado, como entende que a ajuda de custo torna o patrão um bom patrão e, como podemos observar no relato, também fica subentendido que essa ajuda de custo pode ser feita de acordo com o grau de proximidade entre trabalhador e empregado, principalmente à medida que esse

trabalhador tem a possibilidade de voltar ao trabalho ou não, devido ao seu afastamento circunstancial.

É importante destacar que, apesar de não haver sindicato local ou qualquer tipo de organização dos sapateiros em Toritama, vários desses sapateiros toritamenses tinham contato com pessoas do mesmo ofício em Caruaru, onde existia o sindicato dos sapateiros e até de outras áreas, como: padeiros, hoteleiros etc. (Cavalcanti, 2015). No entanto, os trabalhadores toritamenses não se organizaram nesse sentido. No que se referem às aproximações de patrão e empregado, Thompson (1998, p. 49) demonstra a seguir que podem ser entendidas como uma forma de dominação, pois são gestos que podem,

com facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados à sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser recompensado por uma generosa doação no Natal.

Embora Thompson (1998) esteja observando o paternalismo em outra realidade e época, sua discussão nos ajuda a perceber essas nuances paternalistas em nossa observação sobre as palavras de Cláudio, principalmente quando ele se refere ao trabalhador que “não se machucou por querer, poderia ganhar uma ajuda” e, dependendo da boa vontade do patrão, poderia ganhar apenas a demissão do trabalho. Não raro, em algumas situações, trabalhadores chamavam seus patrões para serem padrinhos de batismo de seus filhos, como um gesto de deferência e subordinação, em virtude das suas posições sociais e gestos paternalistas, que suavizavam e conciliavam essas duas classes da sociedade da época, o que reflete a dominação de classe local nesse período.

Através do relato de Cláudio, percebemos vários outros pontos importantes. Um deles é como se formava essas pequenas unidades de fabricação; em um primeiro momento, com poucas pessoas para o ofício e de forma amadora, em locais adaptados para abrigar os materiais e os trabalhadores, fato que se assemelha aos sapateiros Ingleses, compreendendo poucos trabalhadores assalariados, um ou dois aprendizes, o mestre sapateiro e a esposa dele (Hobsbawm, 2000), ou seja, essas condições são praticamente idênticas, porém, se passam na Inglaterra do século XIX, enquanto tais características se arrastam pela Toritama do início do século XX, até finais do mesmo século. E, em um segundo

momento, podemos observar uma produção pré-industrial, com uma quantidade considerável de trabalhadores.

Um segundo ponto a ser observado era a necessidade de algumas famílias para com o trabalho infantil, para completar a renda, o que impedia as crianças de irem à escola e, desde cedo, se acostumarem ao trabalho pesado. Vale destacar também que esses aspectos do trabalho infantil remontam a tempos anteriores do que é tratado aqui. .

Havia a ideia de “bons tempos e abundância de trabalho”, para maquiar a exploração do trabalho, como mostra Lopes (2022), em seu trabalho sobre os trabalhadores na cidade das “chaminés”, como ficou conhecida a cidade de Paulista:

Está relacionada com essa forma de exploração é justamente a ideia de que era um “tempo de trabalho para todos”, como dizem os trabalhadores desse período. Na memória dos trabalhadores, era um tempo de abundância de trabalho. E um aspecto que caracterizava essa forma de exploração, de uma maneira simbólica, era o chamado ritual na varanda da casa-grande, que era descrito de forma recorrente pelos operários que foram contratados nos anos 1940 até o início dos anos 1950. Esse ritual consistia em organizar as famílias recém-recrutadas no interior de Pernambuco, colocar numa fila, que se dirigia para a casa-grande. Ao chegar na varanda, onde estava o patrão, sentado, certamente ladeado por alguns empregados qualificados, e também alguns vigilantes por perto, ele recebia os indivíduos, ou pelo menos os pais de família, e trocava algumas palavras. No desenrolar desse ritual, o patrão perguntava o nome e pedia para examinar as mãos do pai de família e dos membros trabalhadores da família, para avaliar se eles tinham calos na mão. Havia uma moral do trabalho imprimida por meio desse ritual (Lopes, 2022, p, 24-25).

Em grande medida, esse fato se assemelha com o período de desenvolvimento industrial na Inglaterra, utilizando o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres grávidas no decorrer da revolução industrial com jornadas extenuantes, fazendo com que a jornada de trabalho “prolongue o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento do tempo de vida do trabalhador” (Marx, 2023). Esse era o efeito colateral da “liberdade necessária” para a indústria se desenvolver, entretanto é importante considerar que “liberdade é uma palavra grandiosa, mas foi sob a bandeira da liberdade de indústria que se fizeram as piores guerras de pilhagem, sob a bandeira da liberdade de trabalho espoliaram-se os trabalhadores” (Lênin, 2020).

Podemos observar, através de outros relatos, como esse trabalho era empregado para as crianças e como era também alienante para esse trabalhador

infantil, pois este não tinha, muitas vezes, noção do que era produzido, o que ganhava e os riscos para a sua saúde:

Nasci aqui em Toritama mesmo, em 1950. Meu primeiro trabalho foi de “cassaco<sup>74</sup>”, na tenda de calçados. Eu tinha acho que 10 ou 11 anos. Naquela época, um conhecido do meu pai levava eu e outros meninos para trabalhar na tenda. O trabalho era arrumar as peças de calçado e passar cola, eram muitos moleques que trabalhavam, cheirando aquela cola; o pagamento era pouco, e o meu pagamento o meu irmão mais velho recebia e entregava para minha mãe, para ajudar na casa. Não estudávamos muito, só fiz até a quarta série (Zeca de Jesus).

Dessa forma, o cruzamento de várias fontes e, aqui no caso, alguns depoimentos que demonstram essa prática de trabalho infantil, confirmam a existência dessas práticas. Ainda no que se referem a essas “táticas” de contratarem essa mão de obra específica, estas eram utilizadas, em grande medida, para baratear o custo da produção, já que um homem adulto ganhava mais que uma criança ou mulher (Thompson, 2012).

No entanto, o que chama atenção também é a condição de precarização do trabalhador: sem seguridade social, apoio de sindicatos ou qualquer tipo de organização coletiva. Assim, tal precarização repercute na saúde dos trabalhadores a longo prazo, dificultando a “continuidade” de vida útil de uma fábrica, deixando o trabalhador sem escolha ou posição de barganhar melhores condições de trabalho. Vale lembrar que as leis trabalhistas estão previstas desde 1930, garantindo os direitos do trabalhador e a defesa de um trabalho digno, como explica Mattos (2019, p. 85):

A legislação trabalhista no Brasil, desde a década de 1930, estabelece o registro em “carteira de trabalho” como fundamento do reconhecimento de direitos trabalhistas. Inicialmente restritos aos trabalhadores urbanos, esses

---

<sup>74</sup>O termo “Cassaco” é para se referir ao ajudante de salão, que é empregado nas tendas de calçado e que também passa a ser perpetuado ao ajudante de salão nas fabricas de roupas Jeans, mas o termo é bem mais antigo do que parece”. Na verdade, não se sabe certamente quando essa terminologia apareceu. O indício mais antigo encontrado é o do romance *Os Cassacos*, de Cordeiro de Andrade,<sup>79</sup> publicado em 1934, que tem como cenário a cidade de Sobral (CE), durante a seca de 1919. Não obstante, o livro conta a história de migrantes, buscando garantir a sobrevivência frente a uma estiagem. Ele não faz menção a esses sertanejos em obras públicas, o que leva a crer que, nesse momento, a relação do bicho cassaco foi feita com o retirante e não com o operário das secas. De qualquer modo, sabe-se que, nas secas de 1915 e 1919, visto pesquisas realizadas anteriormente no mestrado, não foi encontrada nenhuma menção à nomenclatura cassaco, fazendo alusão ao trabalhador das obras das secas. Nas fontes que Frederico Neves arrola para seus estudos sobre as estiagens das décadas de 1930 e 1940, também não existe nenhuma menção à nomenclatura cassacos. Entretanto, na década de 1950, o termo cassaco passa a nomear o migrante que se emprega nas obras de emergência durante as secas” (Ferreira, 2016, p.57).

direitos foram estendidos aos trabalhadores rurais apenas nas décadas de 1960 e 1970, quando estes já se transformavam em minoria. Mesmo as categorias urbanas numericamente significativas [...]. Tais direitos (limite para jornadas de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, pagamento maior para horas extraordinárias, regulamentação do trabalho perigoso e insalubre etc.), que caracterizariam o trabalho “formal” no país, do ponto de vista legal, foram, portanto, conquistados muito lentamente e por parcelas até bem pouco tempo minoritárias da classe trabalhadora.

A falta de sindicatos especializados para os trabalhadores do calçado em Toritama dificultou ainda mais o acesso de informação sobre os direitos trabalhistas e suas condições de trabalho. Ao compararmos com o resto do país, poderemos observar que já no final do século XIX um dos únicos sindicatos que participou do primeiro congresso de trabalhadores de Curitiba, por exemplo, foi a Associação dos Sapateiros (Hobsbawm, 2000) e, mesmo assim, cem anos depois, tais noções básicas de organização de trabalhadores ainda eram desconhecidas pelos trabalhadores de Toritama.

É importante ressaltar também que o trabalho clandestino não era uma exclusividade em Toritama, apesar de os grandes centros urbanos terem organizações, como os sindicatos e uma fiscalização mais rigorosa no que tange aos direitos trabalhistas, ainda assim, existiam locais clandestinos, que utilizavam mão de obra sem regulamentação, como podemos observar no relato do ex-fabricante de calçado Valdomiro Neto:

Eu trabalhei em uma fábrica em São Paulo, eu ia para lá e voltava também para Toritama; trabalhei clandestino, não era registrado, não, juntei algum dinheiro e montei um fabrico de calçado aqui em Toritama, onde trabalhavam comigo umas 10 pessoas.

Nesse sentido, as jornadas de trabalho e a forma como era organizado o dia do trabalhador toritamense tomava uma forma interessante, pois, em determinados momentos, tal jornada abarcava elementos da organização de uma fábrica, no seu momento mais avançado e, em um momento anterior, mesclava um pouco com o tempo do campo, do sino, dos sons da natureza e dos animais, sendo, assim, um período de transição ou pré-industrial, em que se mantêm tradições e costumes enquanto se absorve a modernização de novos hábitos e novas tendências de trabalho de uma forma um pouco ambivalente, como demonstra Thompson (2012) sobre a transição de um trabalho artesanal, pré-industrial e industrial durante o processo de avanço do capitalismo.

Essa prática de desregulação do trabalho era bem comum no agreste pernambucano, principalmente no que se refere aos lugarejos longínquos e, muitas vezes, de difícil acesso, onde os poderes públicos mal tinham acesso a essas propriedades ou, se tinham, faziam vista grossa. Podemos notar isso em vários tipos de trabalho artesanal na região, como o calçado artesanal, além de trabalhos mais pesados e perigosos, em que era necessária uma regulação para as atividades dessas produtoras de trabalho, como é um caso bem específico da região, com a produção artesanal de cal, pois havia vários fornos artesanais, próximos a Toritama, como era o caso do Juá:

Entre as características da produção artesanal da cal no Segundo Distrito de Caruaru, chama atenção o fato de que não havia empresas reguladas em que seus funcionários eram registrados e tinham garantidos direitos de trabalho. A “Empresa do Coronel Jaime” era mais um codinome de referência, por manter um grande quantitativo de trabalhadores nos fornos de cal que existiam e outras atividades comandadas pelo Coronel Jaime, do que efetivamente uma empresa nos padrões legais. O cumprimento das obrigações era visado apenas pelo “prêmio” de seu pagamento, o que livrava os patrões de garantir um salário justo, uma jornada adequada, condições e garantias à segurança de quem trabalhava – questões que não eram colocadas pelos que nela estavam inseridos, visto que pouca perspectiva se via de projeção ou desenvolvimento social estando trabalhando numa atividade em que os maiores rendimentos eram dos que detém os meios de produção. O trabalhador “retido” pela condição de buscar numa jornada de trabalho na cal o mínimo para sua reprodução e de sua família, e não confiava em arriscar outros meios para melhorar sua condição, receava perder tudo, o que nesse caso era o pouco que tinha, sua fonte de renda, seu trabalho (Silva, 2023, p. 91).

No que se refere a essas características, observamos uma flexibilidade em determinados momentos e, em outros, demonstra uma carga horária de trabalho excessiva, que não era remunerada, o que demonstra que esses “processos de *flexibilização* do trabalho em geral têm contribuído para reforçar a subalternidade do trabalhador frente ao capital e precarizar as condições de trabalho” (Véras, 2014).

Com relação à produção de calçado em Toritama, não existia a ideia de como seria o funcionamento da hora extra, tampouco banco de horas na produção dessas primeiras fábricas, pauperizando ainda mais a condição do trabalhador, pois “o capital prefere pagar em dobro as ‘horas extras’ a empregar desempregados, aos quais pagaria normalmente [...] em momentos de crise, enquanto fábricas demitem, outras obrigam os funcionários a fazerem o ‘serão’” (Coggiola, 2021), impedindo, assim, o trabalhador de conseguir melhorias para a sua condição de vida em tempo livre, característica que observamos tanto no trabalho artesanal de cal quanto no

calçado artesanal, visto que o trabalhador dificilmente possuía condições ou opções para reverter tal cenário. Assim, os horários eram organizados da seguinte forma:

Hoje você tem os horários certos de pegar e sair; na minha época, podíamos sair para plantar no roçado para complementar a renda. Trabalhávamos de segunda ao sábado, fazia muito serão; às vezes, fazia até amanhecer o dia, às vezes, dois dias na semana para entregar a mercadoria, o patrão dizia: “ninguém vai embora até terminar o trabalho”, Era um serviço muito puxado, não tinha hora de pegar, não era como hoje, que tem os horários de pegar, largar, não, você chegava de seis, voltava, tomava café, voltava nas carreiras para trabalhar. Não teve fiscalização nenhuma, só apareceu no final do tempo do calçado mesmo, era por produção: se produzisse, ganhava, senão, não ganhava, Era um trabalho de salário curto, dava só para se manter, tinha que ter ajuda da esposa ou de um Filho, senão, não tinha como (Cláudio).

Desse modo, podemos notar como era um pouco da vida de um trabalhador e sua família na “época do sapato” em Toritama. Com o desenvolvimento do maquinário e com o aumento da produção, essas relações “flexíveis”, mais antigas, desaparecem, abrindo espaço para os sons de fábricas, como o da sirene dos horários, os ruídos das máquinas, o mal cheiro dos produtos e mais horas de suas vidas dedicadas ao trabalho de uma fábrica, onde os trabalhadores não participam de seus lucros.

Ainda sobre a organização do trabalho, é necessário compreender que os avanços dos direitos trabalhistas não visam apenas melhores condições salariais para a vida do trabalhador e de seus familiares, mas, principalmente, a saúde desse indivíduo, que é levado, muitas vezes, a estágios de saúde mental e física extremos, indo além de sua capacidade, para que possa ocorrer o desenvolvimento econômico, pois

A organização do tempo em fases de trabalho e em fases de descanso respeita as necessidades da economia psicossomática, protege o corpo contra uma sobrecarga comportamental, que poderia ser prejudicial, e possibilita ao sujeito meios de canalizar suas pulsões durante o trabalho [...] a organização do trabalho, fixada externamente pelas chefias, pode, em certos casos, entrar em choque com o compromisso operatório favorável, que o trabalhador teria instituído espontaneamente [...] quanto mais rígida for a organização do trabalho, menos ela facilitara estruturas favoráveis à economia psicossomática individual (Dejours, 1991, p, 127-128).

Levando em consideração o estudo de Dejours (1991), não seria muito difícil imaginar que haja trabalhadores que estejam com uma sobrecarga de trabalho não só física, mas também mental, e ainda sem condições de conseguirem uma organização local de trabalhadores ou a ajuda de algum órgão do governo para

organizar e adequar esse trabalho de forma menos exigente e exploratória para a manutenção da saúde do trabalhador, o que, muitas vezes, poderia levar esse operário ao nível de fadiga e de estresse muito elevado.

Muitas vezes, esse estresse, causado pelo trabalho excessivo, era “suavizado” com algumas brincadeiras ou “troles” entre os trabalhadores e, sobretudo, com os trabalhadores aprendizes, que, geralmente, eram os adolescentes ou crianças que não tinham grande experiência no local de trabalho e buscavam se firmar no ofício, fazendo o que se pedia sem questionar; ainda, assim, ficava claro que existia uma “hierarquia”, em que alguns dos trabalhadores com mais tempo de serviço eram mais responsáveis no trabalho e dedicados a sua produção, já que recebiam seu salário, conforme o que produziam, e não recebiam salário caso não houvesse essa produção; com isso, eram respeitados, principalmente pelos mais jovens, havendo, nesse caso, “consciência de ofício, evidenciada nas formas de tratamento e principalmente em divisões mais verticais em detrimento de relações horizontais” (Thompson, 1984), o que permite perceber que tais trabalhadores ainda não possuíam uma consciência de classe nos moldes determinados (Marx, 2018).

Tais brincadeiras aconteciam em momentos curtos de descontração, com alguma brecha de tempo ou durante a parada para um lanche; poderia ser também no período do “serão”, que é a hora extra, em que

O patrão dava o lanche no serão e, quando terminava o lanche, tinha uns badrneiros que jogava a caçarola na cabeça do outro, tinha uma brincadeira que quando você era criança e chegava lá para aprender, e tinha o veterano, já maduro no trabalho, e perguntava: “quer trabalhar?” e você dizia: “quero, para ganhar meu troco”, aí ele dizia: “então, vai esticando borracha ou couro aqui”, então, ele pregava um pedaço no cepo e colocava o pedaço de borracha em cima e mandava ir molhando e batendo para esticar a borracha, como era que isso ia esticar a borracha? (Cláudio)

Essas “peças” ou “troles”, que eram feitos com os novatos, era uma forma de gozação entre os trabalhadores de fábricas grandes, onde já se poderia contar com dez homens, no mínimo, trabalhando. Esses troles também fazem parte do que Cabral (2004) entende como “rituais de iniciação”, nos quais os novatos eram ridicularizados, em certa medida, para que percebessem que ali existia um respeito para com os trabalhadores mais antigos, pois

Fica evidente que os troles, simbolicamente, tinham a função de submeter o trabalhador aprendiz a esses códigos de obediência e respeito aos trabalhadores mais antigos, ainda que isto significasse a tentativa de

cumprir ordens absurdas, de tentar realizar tarefas impossíveis (Cabral, 2004, p. 129).

Esses “rituais” têm uma incidência principalmente em locais de trabalho coletivo e manuais, que, de certa forma, se mistura com as tramas sociais na vida desses trabalhadores quase de forma “natural” (Hobsbawm, 2000). É importante ressaltar ainda que essas tramas, desenvolvidas por esses trabalhadores, produz uma singularidade de relações sociais de trabalho local, que ainda não constitui uma consciência de uma “classe madura”, embora lembremos que a classe é uma categoria histórica, que se produz em um longo processo histórico, e não uma estrutura estática, pronta.

Dessa forma, nesse momento em que problematizamos a condição desses trabalhadores, demonstrando uma falta de organização classista, que dialogue com os interesses da classe trabalhadora, não significa a inexistência da classe, apenas ela não amadureceu o suficiente para se organizar coletivamente (Thompson, 1984).

Entretanto, o relato feito por Cláudio também demonstra a “necessidade” do trabalho, desde o início, pelas crianças, seja para complementar a renda familiar ou para que a mercadoria ficasse pronta a tempo de ser levada para as feiras. Essa prática também é recorrente em cidades maiores, como Campina Grande, onde alguns adolescentes ganhavam menos que um salário-mínimo para ajudar no sustento familiar. Vale salientar que, em Campina Grande, era raro a presença de crianças, já os adolescentes trabalhavam sem muitos impedimentos (Almeida, 2011).

Muitas vezes, essas crianças em Toritama acompanhavam a rotina de trabalho que era imposta pelo dono da fábrica aos trabalhadores e, por consequência, a esses jovens e crianças, chegando aproximadamente a uma carga horária de treze a quinze horas de trabalho, quando necessário o “serão”, sem contar os dias de virar a noite da sexta, para terminar o trabalho no sábado:

As crianças era assim, o solador tinha um ajudante e, quando ele terminava, o ajudante terminava junto, só as vezes que quando tinham o chamado chinelo que passava tinta, aí ele ia terminar mais tarde, depois de lixar. Esses ajudantes acompanhavam o trabalhador no serão também até tarde, porque o trabalhador precisava do ajudante, o trabalhador quem pagava o ajudante, eu era solador, eu recebia e depois pagava o ajudante. Esse ajudante não sabia quanto ganhava o solador geralmente, mas tinha quem trabalhava só, sem ajudante, mas ele produzia menos e ganhava menos (Sérgio Lopes).

Outro fator importante a ser destacado é a forma de remuneração desses jovens e crianças, que, além de trabalharem com a carga horária muitas vezes igual a dos adultos, recebiam bem menos, o que, de certa forma, se torna uma rotina na vida daquele jovem, levando-o à desistência total dos estudos, pois todos os trabalhadores entrevistados relataram que não estudaram ou não terminaram os estudos; alguns apenas assinam o nome; outros, nem isso, o que é uma triste realidade na história do desenvolvimento econômico local: a abdicação de direitos básicos do trabalhador para manter sua família ou, no caso dos jovens e crianças, para ajudar na renda em casa.

Conseguimos entender um pouco melhor o cotidiano dessas famílias, tendo como eixo o exercício laboral. Vale salientar ainda que essa característica do trabalho infantil não era exclusivamente nas fábricas de calçados ou em plantações familiares, mas também com o trabalho pesado em várias ocupações, consideradas até de alto risco a saúde, a exemplo da produção de cal artesanal na cidade vizinha Caruaru, mais precisamente no distrito do “Juá”, como demonstra o historiador Silva (2023, p. 81):

crianças eram presenças comuns nesses espaços de trabalho e assumiam afazeres, como: ajudar o pai ou a mãe em casa para que pudessem trabalhar na cal ou diretamente realizando de alguma tarefa mais leve na produção. Não havendo outras opções de trabalho na região, a produção artesanal da cal se tornou uma das principais tarefas realizadas na Região, integradas nessa atividade, essas pessoas adquiriam alguma renda. Aliás, esta falta de opções foi um fator de destaque visto nos depoimentos dos trabalhadores, era comum eles iniciarem muito cedo no trabalho, ainda crianças, quando acompanhavam seus pais que os incentivavam ou repassavam a verdadeira necessidade de que para sobreviver tinha que trabalhar, começando cedo, aprender a fazer o serviço e buscar ajudar a família, eram caminhos intercruzados de muitos homens e mulheres.

Portanto, é perceptível que as opções de trabalho, estudo e demais atividades para as famílias mais carentes eram demasiadamente limitadas, com o agravante do trabalho infantil, para que se tivesse algum aumento na renda para o sustento da família, mesmo que isso fosse em trabalhos pesados, como a produção da cal, ou com uma carga horária exagerada, que, muitas vezes, poderia ir de um dia para o outro, como é no caso do trabalho com o calçado artesanal em Toritama.

Vale lembrar que essa mentalidade do trabalho infantil ser considerado necessário é uma lógica não de necessidade pelo empregador, mas de apropriação

de mão de obra mais barata e de fácil “manejo”<sup>75</sup>. Podemos observar esse aspecto do trabalho na infância também no relato de Valdomiro Neto:

Meu primeiro trabalho foi de “cassaco”, hoje ajudante de salão, no fabrico dos outros, com 10-12 anos de idade; passando cola e rebatendo chinelo; depois, aprendi a fazer o calçado todo. Eu recebia na semana, mas não me lembro quanto era ou como era feito o cálculo e os valores (Valdomiro Neto).

Outro aspecto importante a ser destacado é sobre o procedimento de aprendizagem do ofício de sapateiro, pois também é possível perceber semelhanças com o processo de trabalho infantil discutido anteriormente na produção da cal. Nesse sentido, se observarmos bem, poderemos notar que aquelas crianças de dez a quinze anos, que começaram a trabalhar como ajudantes de sapateiros, passaram a aprender o ofício com o tempo e, depois, se tornaram sapateiros profissionais com anos de experiência, em um processo em que o ajudante “faz e ver fazer” (Cabral, 2004).

Dessa forma, ocorre a experiência do aprendizado do novato ao ofício da sua vida, como explica Cabral (2004) sobre os aprendizes no ofício de padeiro artesanal, no interior da Paraíba, nos ajudando a refletir como ocorre esse processo de aprendizado, tido como “experimental”, que se assemelha ao aprendizado dos jovens toritamenses nas “tendas” de calçados:

Era a expressão de um ritmo incorporado como um dos aspectos de um saber construído numa trajetória em que o fazer e o ver fazer eram elementos constitutivos da experiência, que lhes permitiam controlar o processo produtivo (Cabral, 2004, p. 80).

Fica mais fácil de entender um pouco do dia de um jovem aprendiz no ofício de sapateiro. Vale salientar também que esse processo de aprendizagem é bem parecido com o processo de aprendizagem dos trabalhadores de sapato de outras

---

<sup>75</sup>Para melhor entender essa dinâmica do capital, é necessário recorrer a Marx, para explicar como se deu a introdução “legal” da mão de obra infantil no desenvolvimento do capitalismo (Agora, porém, o capital compra menores de idade, ou pessoas desprovidas de maioridade plena. Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual disponha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. A demanda por trabalho infantil assemelha-se com frequência, também em sua forma, à demanda por escravos negros, como se costumava ler em anúncios de jornais americanos. “chamou minha atenção”, diz, por exemplo, um inspetor de fábrica inglês, “um anúncio na folha local de uma das mais importantes cidades manufatureiras de meu distrito, que aqui reproduzo: precisa-se de 12 a 20 garotos, crescidos os suficientes para que possam se passar por 13 anos. Salário: 4 libras por semana. Contactar etc.” A frase “possam passar por 13 anos” refere-se a que, conforme o *factory ACT*, crianças menores de 13 anos só podem trabalhar por 6 horas (Marx, 2023, p. 469-470).

localidades como é o caso da cidade de Campina Grande, nas chamadas “Gangorras”, que seriam o equivalente às “tendas” de calçados de Toritama, pois

Já a outra realidade, ao largo dessas indústrias, é formada principalmente de micro e pequenas fábricas, também conhecidas por indústrias de fundo de quintal ou gangorra, constituídas principalmente por produtores de calçados populares, que fazem o uso de pouca tecnologia, funcionários com mínima ou sem qualificação profissional, ou seja, indústrias informais, cuja realidade funcional revela que grande parte dos proprietários/funcionários aprendeu o ofício em fábricas, o que revela características próprias do circuito inferior da economia urbana (Almeida, 2011, p. 13).

Ainda sobre esse relato de Sérgio Lopes, que foi ambientado no período dos anos de 1970-1979, período esse importante para o Brasil, porque marca a mudança de como o governo militar iria proceder, principalmente na organização dos partidos políticos e tendo o MDB como a principal “frente unida contra a ditadura e ganhando cada vez mais espaço nesse cenário mesmo sendo criação do próprio regime militar” (Anderson, 2020). Era o governo Geisel, que ficou caracterizado pelo fim da linha dura da ditadura e pelo período da “abertura política” nesse momento. Geisel aprovou a anistia para a volta dos primeiros exilados políticos; revogou o Ato Institucional número 5 (AI-5) em 1978, com o fim da censura, mostrando indícios do que aconteceria em 1985. Ainda em 1979, ocorreu o fim do bipartidarismo; a ARENA virou o PDS e o MDB passou a ser PMDB (Carvalho, 2012).

Com relação à anistia, é necessário esclarecer que ela primeiramente não partiu de Geisel, mas por pressão popular e, principalmente, pela atuação feminina, com mães, esposas em protestos pedindo a revogação do exílio, como explica Fico (2019, p. 96):

É preciso distinguir a lei de Anistia de 1979 da campanha da Anistia, que se iniciou bem antes, a partir do reclamo de mães e esposas de presos políticos e de “desaparecidos”. Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. Em 1977, com a eclosão de manifestações estudantis em diversas cidades do país, o movimento ganhou fôlego.

Apesar de Geisel estar na frente do comando nesse processo de “frouxidão” da rigidez da ditadura, ainda havia muita resistência por parte dos militares da chamada linha dura, o que gerou alguns atritos dentro do exército e na forma como Geisel governava, principalmente nos grandes centros urbanos, como Rio e São Paulo:

Um confronto importante entre o governo e a linha dura ocorreu afinal às claras em São Paulo. Embora a guerrilha tivesse sido eliminada, os militares de linha dura continuavam a enxergar subversivos por toda parte. Continuava também a prática da tortura, seguida do “desaparecimento” de várias pessoas assassinadas pela repressão (Fausto, 2021, p. 271).

Embora tenha sido bem conturbado esse processo de “abertura política” na esfera social, esse processo também teve mudanças significativas no cenário econômico, pois, de certa forma, os efeitos do chamado “milagre econômico” não beneficiaram a maioria da população. Esse efeito privilegiou apenas a população de renda alta e média, enquanto os salários dos trabalhadores “foram para o ralo”, pois “resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice de salário-mínimo em janeiro de 1959, ele caíra para 39 em 1973” (Fausto, 2021).

Vale ressaltar que esse momento expande a classe média e diversifica as formas de trabalho, principalmente urbano, tendo como consequência a imposição do aumento da população nos grandes centros urbanos e a precarização de boa parte dos trabalhadores com o trabalho informal, tendo assim uma boa quantidade de trabalhadores de “contingência de reserva”<sup>76</sup>, para manter o funcionamento do sistema capitalista sem problemas, com reivindicações de trabalhadores, conforme podemos observar com Santos (2006, p. 135):

O chamado milagre econômico brasileiro permite a difusão, à escala do país, do fato da classe média. Na realidade, entre as muitas “explosões” características do período, está esse crescimento contínuo das classes médias, primeiro nas grandes cidades e depois nas cidades menores e no campo modernizado. Essa explosão das classes médias acompanha, neste meio século, a explosão demográfica, a explosão urbana e a explosão do consumo e do crédito. Tal conjunto de fenômenos tem relação estrutural com o aumento da produção industrial agrícola, como também o comércio, transportes das trocas de todos os tipos, das obras públicas, da administração e da necessidade de informação. Há, paralelamente, uma expansão e diversificação do emprego, com a difusão dos novos terciários e a consolidação, em muitas áreas do país, de uma pequena burguesia operária. Como a modernização capitalista tende ao esvaziamento do campo e é sempre seletiva, uma parcela importante dos que se dirigiam às

---

<sup>76</sup>Marx explica o funcionamento dessa manobra dos capitalistas desde o século XIX, como podemos observar na “outra “amigável” manobra, que foi a de deixar que operários masculinos adultos trabalhassem de 12 até 15 horas e, então, declarar esse fato como a melhor expressão dos mais profundos desejos proletários. [...] A maioria dos que trabalham horas adicionais declarou “que preferiam muito mais trabalhar 10 horas por um salário menor, porém não tinham escolha; havia tantos deles desempregados, tantos fiandeiros forçados a trabalhar como meros *piecers* [trabalhadores por peças] que, se rejeitassem o tempo de trabalho mais longo, outros ocupariam imediatamente seu lugar, de modo que a questão para eles era: ou trabalhar por mais tempo ou ficar na rua (Marx, 2023, p. 357).

idades não pôde participar do circuito superior da economia, deixando de incluir-se entre os assalariados formais e só encontrando trabalho no circuito inferior da economia, impropriamente chamado de setor “informal”.

Dessa forma, fica mais evidente que o chamado “milagre” econômico, considerado um ponto positivo por alguns pensadores, não beneficiou a população em si, mas uma parte dela, excluindo a outra, o que, em resumo, podemos concluir que o “milagre” econômico não beneficiou todo um país, mas uma pequena parte dele, principalmente boa parte da classe média e as classes superiores, que formam uma burguesia, como demonstrou Milton Santos.

#### 4.3 A DECADÊNCIA DA PRODUÇÃO DE CALÇADO

Durante o ápice da produção de calçados de couro, também houve algumas poucas fábricas, que procuravam ter o mínimo de formalidade para seus empregados, com carteira assinada e alguns direitos assegurados, conforme relatado por Zeca de Jesus, pois, enquanto trabalhou no ofício de sapateiro, fica evidente o funcionamento do mercado das relações entre os grandes e os pequenos produtores. Vejamos:

Eu trabalhei em uma fábrica, acho que era de 1973 até 1977; trabalhei registrado, quando eu saí de lá, tirei um dinheiro bom, aí tentei montar a minha tenda de calçado, comprei tamboretas, mesa, motor para lixar, faca, molde, tudo isso. Aqui, tinha dois ajudantes, e as costuras eram feitas por costureiras fora, na casa delas. Eu vendia meus calçados na feira de Caruaru, com os feirantes, veio gente na minha tenda para comprar calçados direto de Timbaúba, até um dono de loja em Caruru gostou de meu produto e até queria que eu fizesse para ele, mas ele disse que eu já tinha enchido a feira com eles, aí não daria certo. Depois de um tempo, não foi dando mais certo, aí parei a produção e voltei para a fábrica (Zeca de Jesus).

É interessante notar que, no presente relato, o trabalhador Zeca de Jesus deixa transparecer a vontade de também ser um grande produtor de calçado de couro. No entanto, a falta de recursos tecnológicos, entre outras necessidades, afeta o crescimento de uma pequena tenda. Vale notar também que, para além dos trabalhadores informais nessas pequenas e médias tendas, não só é utilizada a mão de obra infantil, como já foi demonstrado, há também a mão de obra informal das donas de casa, que, para além do trabalho doméstico, na manutenção do lar, também obtinham uma renda extra, através das costuras feitas em casa para essas tendas de calçados de couro. Segundo o relato de Zeca de Jesus, as máquinas

eram, em um primeiro momento, sem energia elétrica, apenas com o movimento do balançar do pé e uma corda que movia a polia da máquina e, em um segundo momento, essa mesma máquina teve uma adaptação com um pequeno pedal, que era ligado à energia, o que facilitou um pouco esse trabalho.

Ainda no mesmo relato, observamos algumas características entre os grandes e os pequenos produtores de calçado, principalmente no que se refere ao acesso do maquinário disponível, pois

A tecnologia era pouca, precisávamos de um “balancim”, lixadeira, e outras. Naquela época, não tínhamos, só os “grandes”, eles compravam essas máquinas em Caruaru, a gente aproveitava tudo, tudo era cortado na faca, aproveitando pneu velho para fazer a sola do chinelo e fazíamos tudo bem feito, era muito trabalho e tecnologia nenhuma, tudo era artesanal, acho que o que mais fez acabar o calçado foi a falta de máquinas (Zeca Jesus).

Podemos observar, através do relato de Zeca Jesus, que, além das características de produção já mencionadas, a necessidade de se industrializar pesou para os pequenos produtores de calçados, o que o colaborador Zeca Jesus atribui o maior peso ao declínio do ciclo do calçado de couro em Toritama. No entanto, já pontuamos que a falta de industrialização não foi o único, nem o mais importante motivo para tal declínio, pois, através de Navarro (2006), entendemos que os grandes produtores de calçados, em São Paulo, investiam nas máquinas, materiais sintéticos e em um maquinário mais moderno, como podemos evidenciar nos relatos dos trabalhadores de Toritama, principalmente pela proximidade dessas grandes empresas de calçado com as importadoras de máquinas necessárias a essa produção, fazendo o produto, que era produzido em São Paulo, ser exportado até locais, como Caruaru, entre outros no interior do nordeste.

Vale dizer que os calçados produzidos em São Paulo eram mais baratos, devido à estrutura das indústrias e aos novos materiais, como indica Araújo (2007, p. 65):

Na vila de Torres, chegava de São Paulo as primeiras sandálias japonesas, foi trazida pelo jovem João de pai da pobreza, foi muito fácil de vender as sandálias, sua loja foi instalada embaixo do tradicional pé de figo grande, ele deve ter tido um bom lucro, era um calçado muito popular reservado para as pessoas mais pobres.

Dessa forma, observamos que os calçados de couro perdiam espaço entre as camadas trabalhadoras, devido ao seu custo de produção ser um pouco mais elevado e possuir uma qualidade junto ao seu tipo de material, em detrimento de um

chinelo com preço bem mais em conta, de produção mais rápida para a indústria, por não possuir tantos detalhes e pela facilidade do maquinário disponível em São Paulo, o que fez com que a indústria local optasse por tentar concorrer nesse comércio, investindo em novos maquinários e materiais ou tentasse seguir com o trabalho com o calçado de couro, como poderemos indicar a seguir.

Nessa perspectiva, apesar de o cronista Araújo (2006) se referir à “Vila de Torres”, o período em questão, em que ocorre a produção e a comercialização desses novos calçados, já é no período em que Toritama era município. Outro ponto importante é que esse novo calçado chegou a Toritama aos poucos, o que fez com que a produção local ainda tivesse boa demanda. Já no que se refere à produção desse novo calçado:

Em 03 de Abril de 1907, O escocês Robert Fraser, recém-chegado da Argentina, associou-se a um grupo inglês para construir a primeira fábrica brasileira de Alpargatas e calçados. O local escolhido foi à cidade de São Paulo, no bairro da Mooca. [...] Em 1962, a empresa inova com o lançamento Havaianas, a primeira sandália de borracha 100% nacional. A marca Havaianas, alvo de estudo deste projeto, foi a pioneira na introdução do conceito “chinelos de dedos” no Brasil. Com um design totalmente inspirado no modelo de sandálias japonesa, popularmente conhecidas como Zori – Composta por um fino solado de palha (a mesma usada para produção de tatame) e tiras de tecido, a São Paulo Alpargatas utilizou como matéria-prima, a borracha para a produção do solado e o PVC (composto plástico) para a produção das tiras da adaptação do modelo japonês ao mercado brasileiro (Neotti, 2002, p. 7).

Portanto, de acordo com Neotti (2002), as sandálias “japonesas”, descritas pelo cronista Araújo (2007), surgem após a emancipação de Toritama. Outro fator importante é notar a composição de materiais usados na fabricação dessa nova concorrente de mercado, “que se torna determinante para a transformação desse setor com as novas tecnologias de produção de calçados injetáveis de plástico” (Navarro, 2006),

Apesar de surgir nos anos de 1960, a “japonesa” só chega a Toritama em meados dos anos de 1970, justamente pelas mãos dos “marreteiros”, como observamos no relato de Araújo (2007). Vale ressaltar que toda a estrutura fabril e tecnológica da fábrica da Alpargatas enfraqueceu alguns fabricantes no período dos anos de 1980, conforme o relato de Valdomiro Neto:

Acabei com minha tenda de calçados em 1985, a “Havaiana” era da Alpargata. Quando eles começaram a fabricar com essas máquinas em São Paulo e mandar para cá, foi enfraquecendo a produção aqui. Não tínhamos

muita condição de competir, não, com a Alpargata, eles tinham a matéria-prima deles que era muito “pesada” e já eram uma fábrica grande.

Portanto, observamos aqui, no relato do ex-fabricante de calçados, Valdomiro Neto, indo ao encontro do que Navarro (2006) e Neotti (2002) demonstram, ou seja, que um dos fatores que ele notou como determinante para o declínio da produção desse artigo foi o avanço tecnológico de empresas em São Paulo, da matéria-prima, através de um material sintético, e a utilização de um maquinário inovador, fazia com que as produções em Toritama ficassem obsoletas, não apenas no que se refere a uma estrutura fabril, mas também na produção e inovação de mercadorias.

Porém, outros fatores contribuíram para a diminuição drástica da produção industrial de calçado de couro em Toritama, como a mudança ocorrida na reestruturação da indústria nesse período entre finais de 1980 e início de 1990 (Antunes, 2006). Esses aspectos foram potencializados pelas melhorias nas estradas e setores rodoviários da época e, conseqüentemente, o transporte de mercadorias, mercadores e maquinários industriais, pois

O preço do transporte aumenta menos que o dos demais fatores da produção, e a redução do custo das viagens possibilita às pessoas escolherem onde adquirir bens e serviços, que frequentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos. [...] essa mobilidade no território é, aliás, negada aos que dispõem de menos renda. Quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez (Santos, 2021, p. 62).

Outro fator que enfraqueceu o mercado em Toritama foi a “mudança de algumas indústrias consagradas da cidade de Franca e do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que se estabeleceram no Nordeste” (Antunes, 2006), o que fez aumentar a concorrência do mercado toritamense de calçados. Esses fatores foram combinados com a precarização do trabalhador e a informalidade, conforme Navarro (2006, p. 432-424) descreve

O incremento no padrão de qualidade, no caso do calçado de couro produzido em Franca, dependeu, basicamente, da melhoria da qualidade da matéria-prima, da qualificação profissional e das formas de controle exercidas sobre o trabalhador [...] e principalmente, do incremento das práticas de subcontratação. Ou seja, as mudanças ocorridas nesse setor produtivo não dependeram da incorporação de recursos tecnológicos

avançados, mas fundam-se no uso intensivo do trabalho informal nas “bancas”<sup>77</sup> e em domicílio.

Portanto, o declínio da produção de calçado de couro fica evidenciado pela concorrência com outras mercadorias inovadoras, com outros grupos industriais do ramo e com o aparecimento do trabalho com roupa Jeans, no fim dos anos de 1980 e início de 1990, que vai tomando forma e abarcando a mão de obra local. Porém, o que é interessante notar é como foi que ocorreu essas mudanças junto com a mentalidade da época sobre o que era produzido por esses trabalhadores e por parte dos donos de oficinas.

Para entender melhor essa questão, dialogamos com Benjamin (2024) sobre como o calçado de couro era produzido de forma artesanal e a importância da preservação dessa forma de produção, o que agrega um determinado valor de mercadoria, mas também cultural:

Mesmo a produção mais perfeita uma coisa se perde: o aqui e agora da obra de arte, sua existência única no local em que se encontra [...] o aqui e agora do original compõe o conceito de sua autenticidade, sobre o qual se funda, por sua vez, a representação de uma tradição que repassou esse objeto até os dias de hoje como um mesmo idêntico. A totalidade do campo da autenticidade mantém-se alheia à reprodutibilidade técnica [...] a autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que nela é originalmente transmissível, desde sua duração material até seu testemunho histórico. Como esse testemunho está fundado sobre a duração material, no caso da reprodução, na qual esta última tornou-se inacessível ao homem, também o primeiro, o testemunho histórico da coisa torna-se instável [...] pode-se reunir essas características no conceito de aura e dizer “aquilo que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é sua aura” (Benjamin, 2024, p. 56-57).

É importante deixar claro que Benjamin (2024) traz em sua reflexão as artes plásticas, quadros, entre outros objetos de arte, que são contemplativos. No caso dos sapatos artesanais de couro cru, eles têm, além desse caráter contemplativo, o uso funcional, o calçado. Dessa forma, o que Benjamin (2024) traduz para o trabalho do artesão, aqui entendido como o sapateiro de couro, é que a sua produção artesanal, sem o uso de maquinário moderno, como depois fariam uso, conservava a essência de uma cultura local popular, aquilo que algumas sociedades costumam passar de geração para geração, como uma espécie de simbolismo local, podemos observar isso, por exemplo, na produção de tapeçarias artesanais, na cidade de

---

<sup>77</sup>O equivalente às Tendões em Toritama.

Lagoa do Carro-PE, onde a produção não se modernizou, mantendo, assim, os elementos originais de uma tradição na produção desse elemento popular:

Lagoa do Carro, berço da tradição artesanal da tapeçaria, vem ao longo dos anos, através de seus munícipes, criando e recriando sua história sobremaneira pautada no artesanato local, a tapeçaria. Arte desenvolvida com afinco por artesãos e artesãs, de maneira genuinamente manual, como verdadeiro retrato da criatividade popular. É através da comunidade que o repasse de conhecimento àqueles interessados em aprender a tecer se faz. O visitante é convidado a participar; a ter contato com os fios e, de forma simples, aprender os primeiros pontos. Trata-se do envolvimento mais próximo e mais ativo do visitante e da cultura que permeia a arte da tapeçaria. O viés da criatividade e do turismo se fazem presentes quando da experiência do visitante e da participação da comunidade, representada por seus artesãos, de modo a proporcionar uma nova forma de se fazer turismo (Belchior, 2017, p. 8).

Aqui, podemos constatar a preservação de uma prática artesanal, que mantém, na ideia de Benjamin (2024), os valores de cada peça única, produzida pelo artesão, mas, quando esse local de produção artesanal se moderniza e passa a agregar novos valores, novas metas e novas formas de trabalho, essas oficinas entram no jogo do “livre” mercado e da concorrência, tornando-se apenas mais uma entre as demais fábricas de (re) produção de calçado de couro do país e, conseqüentemente, absorvendo não só a modernização de técnicas, logísticas e mercadorias, mas de velocidade na reprodução de um artigo industrial, como os demais do mercado do país, em detrimento do artesanal, que, como Benjamin diz, possui sua “aura”, aquilo que o faz único e o distingue dos demais produzidos em larga produção.

Com a tentativa de acompanhar o avanço tecnológico de tais produções, os grandes produtores optaram pela mudança calçadista para a têxtil, o que acabou de vez com as oficinas de calçado, restando apenas resquícios dessa produção na forma de alguns materiais e maquinários conservados, que hoje servem mais como uma lembrança de uma outra época para quem as possuiu, mas que revelam, no passado, as formas de trabalho e as relações sociais dessa época, como problematizamos aqui.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entendermos, de maneira mais clara, o processo que levou desde o ápice até o declínio da atividade econômica com o calçado de couro, foi necessário dialogar com teóricos que se debruçaram, primeiramente, acerca dos problemas durante a primeira Revolução Industrial, pois existiam ali elementos que, como observamos em Toritama, se assemelham à essência daquilo que o fenômeno do trabalho tem em comum em nosso tempo, o sistema capitalista.

Tal sistema, para poder funcionar em sua forma mais perfeita, necessita de desigualdade social e de vários elementos de exploração do homem sobre o homem, de um aspecto que prioriza o enriquecimento e os interesses de uma elite individualista em detrimento de uma coletividade bem maior de membros, que é a classe que produz toda a riqueza dessa classe dominante e, mais que isso, a dominação de classe chega a tal ponto que impede muitas vezes que a classe trabalhadora não se organize, não se institucionalize, através de organizações sociais como o sindicato, entre outros.

Vimos, em nossa pesquisa, que várias formas de ludibriar a classe trabalhadora, para que esta não busque lutar pelos seus interesses, foram meios de comunicação e parte de designações religiosas, as quais fomentavam o discurso e a demonização do senso crítico, tendo como espantalho político os comunistas, os sindicatos e demais organizações de trabalhadores.

Todos esses elementos funcionam perfeitamente para a manutenção das elites locais em sua posição de privilégio social, obtendo da máquina pública não só a perpetuação de seus descendentes em tal posição, mas a dominação de classe, impedindo que trabalhadores comuns, mulheres, pretos e demais trabalhadores de origem humilde possam exercer tais posições e fortalecer a luta pela sua classe dentro do jogo da democracia burguesa.

Tais elementos ficaram explícitos, através das condições sociais dos trabalhadores, as necessidades que os obrigavam a exercer um papel importante na casa, na ajuda em busca de sustento familiar, algo que é essencial para o sustento do ser e, para isso, esse trabalhador abre mão de qualquer forma de pensar diferente daquele pensamento mecanizado e bem ilustrado por Chaplin, no clássico *“Tempos modernos”*. Esse raciocínio ainda contribui mais fortemente para as

gerações futuras do tempo estabelecido aqui nesta pesquisa, pois esse trabalho manual, muitas vezes sem especialização, é enaltecido, em detrimento do senso crítico, de modo que o estudo e a ciência são desconsiderados nesse processo.

Esses aspectos revelam aquilo que Ricardo Antunes problematiza acerca da lógica do capital, visto que o neoliberalismo age na sociedade de forma que “naturalize” a precarização do trabalhador, fazendo com que a desregulação do trabalho formal seja vista como “modernização” do trabalho, quando, na verdade, tais trabalhadores estão sendo explorados sem nenhum tipo de seguridade social e, mais ainda, defendam esse modelo de trabalho, que exaure sua força até a última gota de suor.

Dessa forma, nossa pesquisa demonstrou, de forma crítica, como ocorreu o desenvolvimento de formas de trabalho em Toritama; como tais configurações contribuíram para o crescimento dessa cidade e como os aspectos de dominação social se perpetuaram, tecendo uma historiografia local, que pudesse problematizar esse período cronológico importante para a localidade e também no contexto nacional, estabelecendo conexões com autores locais, regionais e nacionais, que problematizaram o fenômeno do mundo do trabalho.

Um dos pontos aqui tratados nesse encerramento trata acerca dos resultados para as próximas gerações de trabalhadores, que resulta em uma cronologia que se inicia nos anos de 1990 até os dias atuais. Assim, a pesquisa em questão, embora lance em determinados momentos algumas provocações sobre essas próximas gerações, não daria conta de desenvolver a problemática sobre o ciclo do trabalho pós-calçado de couro, que foi o trabalho com as roupas Jeans.

Tais implicações necessitariam de mais tempo, mais autores e outras fontes que dessem a sustentação à pesquisa, para o desenvolvimento de tal empreitada. Portanto, os ciclos do trabalho com a terra, com os diversos tipos de artesanato, o comércio local e o calçado de couro, trouxeram elementos suficientes para discutir e problematizar os aspectos sociais, políticos e culturais para uma produção historiográfica local.

Diante disso, a presente pesquisa, além de trazer a problematização em contraponto do senso comum acerca do trabalho desenvolvido em Toritama, contribui para uma cientificidade, no que se refere a uma lacuna expressiva na perspectiva historiográfica, sendo isso um aspecto comum em municípios do interior,

que é justamente a falta de uma produção da historiografia local, que tente localizar, entender, comparar e discutir criticamente os elementos que, na maioria das vezes, ficam sem atenção por parte de cientistas sociais e negligenciados até mesmo pela academia ou, em alguns aspectos, seja por falta de incentivo local, por falta de oportunidades para pesquisadores locais. Além disso, também pode ocorrer um retorno de tais pesquisas para a sociedade local.

## REFERÊNCIAS

- ADILSON FILHO, José. A história local em tempos de globalização. v. 1. *In*: SANTOS, Flávio Carreiro dos. **Limites no horizonte do tempo**: textos de história local. João Pessoa: Idéia, 2019.
- ADILSON FILHO, José. A função social do historiador na contemporaneidade. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Poder, memória e resistência**: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Mídia editora, 2016, p. 353-366.
- ADILSON FILHO, José. Permanências e descontinuidades do poder local: famílias e legitimidade política no interior do Nordeste brasileiro. *In*: ADILSON FILHO, José. **Poder local, educação e cultura em Pernambuco**. Jundiá: Paco Editorial, 2014, p. 141-164.
- ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada**: velhos e novos cenários na política belojarinense. Recife: Comunigraf, 2009.
- ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. **Entre miasmas e micróbios**: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade 1910-1926. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2009.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **A democracia no Brasil (1985-2024)**. Campina Grande, 2024.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALBURQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Vozes femininas na literatura de cordel. *In*: DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. **Vozes femininas na literatura ocidental**: corpo, espiritualidade e relações de gênero. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 99-118.
- ALMEIDA, Maria do Socorro Nicolly Ribeiro de. **Relações Socioespaciais no contexto das indústrias de calçados informais de Campina Grande-PB**. João Pessoa: UFPB, 2011.
- ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural Norte-americana**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**: 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANDRADE, José Ernani Souto. A presença do passado. *In*: ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. Moxotó Brabo. Recife: Cepe, 2012, p. 7-13.
- ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista da RET**: rede de estudos do trabalho, 2008, p. 2-9.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARANHA, Gervácio Batista. Retratos urbanos: o cotidiano da cidade na ótica dos cronistas. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 389-412, jul./dez. 2014.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, imaginário e modernidade na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais 1880-1925**. Tese de doutorado. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2001.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 41. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

ARAÚJO, Mário Jota de. **Memórias de minha terra Toritama**. Recife: CEPE, 2007.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana**; subsídios para a história do Agreste e do Sertão de 1818-1821. Recife. Centro de Estudos de História Municipal/FIAM. 1983.

BARROS, José D'assunção. O jornal como fonte histórica. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

BARROS, José D'assunção. HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA REGIONAL – A HISTORIOGRAFIA DO PEQUENO ESPAÇO. **Revista Tamoios**, 02 de 03 de 2022: 22-53.

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BELCHIOR, Maria Helena Cavalcanti da Silva. Produto Turístico Cultural: a tapeçaria em Lagoa do Carro [Pernambuco, Brasil]. Rosa dos Ventos, v. 9, n. 1, 2017.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre-RS: L&PM, 2024.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2016.

BEZERRA, Josineide da Silva. Sobre política e território: emancipações municipais na Paraíba, nas décadas de 1950 e 1960. *In*: Ceballos, Rodrigo. **História, memória e comemorações**. Campina Grande: EDUFCG, 2012, p. 253-272.

BEZERRA, Maria Luzinete de Lemos. **Sagradas Mulheres: mistérios, rezas e bênçãos: uma história de benzeção em Caruaru**. Recife: Repositório UFPE, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Sindicalismo e política do Brasil**. Campinas-SP: Unicamp, 2006.

BRASILEIRO, Ismael Lacerda. **O partido da Lavoura, indústria, comércio e dos interventores**: a formação do partido social democrático (PSD) e sua atuação na política paraibana (1945-1965). Monografia. Campina Grande-PB: UFCG, 2022.

BRITO, José Janderson de. Antropologia e história cultural: um estudo a partir do pensamento de Sandra Jatahy Pesavento em sua obra 'História e história cultural'. *In*: FARIAS, Bruno Matos de. **Convergências**: diálogos interdisciplinares na ciência contemporânea. Rio de Janeiro: Epitaya, 2023, p. 9-16.

BRITO, José Janderson de. **Contribuições do marxismo para a historiografia, história social e sua influência na historiografia brasileira**. Epitaya, 2023, p. 63-76.

BRITO, José Janderson de. O imaginário do nordestino no cinema nacional: um estudo sobre os discursos estereotipados no filme “Lula, o filho do Brasil”. *In*: FARIAS, Helena Portes Sava de. **Dimensões do saber e o diálogo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Epitaya, 2023, p. 13-26.

CABRAL Filho, Severino. **O pão da memória**: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

CAMPOS, Luiz Felipe. **O Massacre da Granja São Bento**: a história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil. 2. ed. Recife: CEPE, 2017.

CÂNDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés do chão. *In*: **Para gostar de ler**: Crônicas. São Paulo: Ática, 2003, p. 89-99.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro pão ou aço. São Paulo: Todavia, 2022.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena**: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968). Recife: Tese de Doutorado, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1991.

DIOCESE DE CARUARU. Disponível em: <https://www.diocesedecaruarupe.com/post/75-anos-da-diocese-de-caruaru>. Acesso em: 24 fev. 2025.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2021.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Josué Euzébio. **Ocupação humana do agreste pernambucano**: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. Maceió: Olyver, 2021.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950). Tese de Doutorado. Salvador-BA: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2019.

FLORENTINO, José Fábio. **A história política de Toritama-PE: 1957-2012**. Toritama: Agbook, 2013.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

GOMES, Ângela de castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo-SP: Vértice, 1988.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 291-300.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2013.

HELENO, Edilane do Amaral. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans**. Tese de doutorado. João Pessoa, Paraíba: UFPB, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LEMOS, Cristina. Arranjos produtivos locais no Brasil: o caso do arranjo coureiro-calçadista. *Parcerias Estratégicas*, 2003, p. 31-54.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?** questões cadentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.

Lima, Luciano Mendonça de. Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **PODER, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA**: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Mídia editora, 2016, p. 91-114.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando Susto**: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

LIMA, Marinalva Vilar de. **Loas que Carpem**: a morte na literatura de cordel. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2020.

LOPES, José Sergio Leite. Considerações sobre conflitos em torno dos direitos do trabalho na cidade das chaminés. *In*: MONTENEGRO, Antonio Torres.

**Historiografia**: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores. Recife: UFPE, 2022, p. 20-44.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

Luca, Tania regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2021.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro I, o **processo de produção do capital**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl. "Questionário para trabalhadores." Em Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, livro I, por Karl Marx. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe Trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Mídia editora, 2016, p. 27-48.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Recife: Cepe, 2012.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2020.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memória da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2024.

NAVARRO, Vera Lúcia. A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 387-424.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado: A indústria calçadista de Franca (SP), das origens artesanais a reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NEOTTI, Carolina. As relações públicas na construção de marcas: o caso Havaianas. **V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, 2002, p. 05-09.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 179-214.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA. **Atas da câmara de vereadores de Toritama**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA. **Lei orgânica Municipal**.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

REPOSITÓRIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 fev. 2025.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. *In*: LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 7-40.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Antimanual del mal historiador: o cómo hacer hoy una buena historia crítica?** Ciudad de México- México: Contrahistorias, 2004.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Maria Nelcimá de Moraes. Expressões do Cordel na Paraíba: vozes femininas. *In*: DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. **Vozes femininas na literatura de cordel ocidental: corpo, espiritualidade e relações de gênero**, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 119-134.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021.

SCHWARCZ, Lilian M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEBE, José Carlos. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2023.

SEBE, José Carlos. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2021.

SOUZA, Alana Moraes de. **“A gente trabalha onde a gente vive” A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções**. Rio de Janeiro. *Dissertação de mestrado*. UFRJ. 2012.

SILVA, Ana Paula Geruza. **Do couro ao Jeans: evolução da economia informal do fabrico de roupas Jeans em Toritama-PE**. Monografia. Campina Grande, PB, Fevereiro de 1994.

SILVA, Daniele Aparecida de Lima Nogueira. **Ditadura Militar de 1964 e repressão política: um estudo dos seus efeitos na cidade de Toritama-PE**. Monografia de

especialização "Latu Sensu". Caruaru: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), Nd de Nd de 2009.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no porto de Santos. *In*: FORTES, Alexandre. **Na luta por direitos**: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999, p. 51-86.

SILVA, Gustavo Henrique. **Uma princesa centenária**: desejos, expectativas e exclusões nas comemorações dos 100 anos de Caruaru – PE (1957). Campina Grande, 2014.

SILVA, Jardiael Nogueira da. **Memórias da produção artesanal da cal no Segundo Distrito de Caruaru-PE**. Dissertação de mestrado. Recife: PPGH-UFRPE, 24 de Julho de 2023.

SILVA, Maria do Rosário da. Literatura de Cordel: a história do povo para ele mesmo. *In*: CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Cultura Popular e ação Pedagógica no Nordeste**. João Pessoa: Idéia/Edições FAFICA, 2001, p. 35-46.

SILVA, Mário Severino da. **Toritama do Passado**.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 7. ed. v. 1. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. 2. ed. v. 3. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. 2. ed. v. 2. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Lucha de clases sin clases? *In*: THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 13-61. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 13-61.

TORRES, José William Lopes. Jornal A Defesa e a Igreja Católica em Caruaru: a construção do anticomunismo na década de 50 no agreste pernambucano. **Colóquio de ensino e cultura Afro-brasileira e indígena**, 2023, p. 378-392.

TORRES, José William Lopes. **Jornal A Defesa e a Igreja Católica em Caruaru: a construção do anticomunismo na década de 50 no agreste pernambucano**. Recife, 2016.

VÉRAS, Roberto. **Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

ZACARIAS, Carlos. Mito, Memória e história: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. *In*: MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 99-124.

## FONTE ORAL

### **Entrevistas:**

Valdomiro Neto: 02/setembro/2024. profissão: ex-fabricante de calçados de couro

Zeca de Jesus: 21/agosto/2024. profissão: sapateiro

Adelino Nascimento: 23/janeiro/2024. profissão: sapateiro

Ademir da Silva: 10/janeiro2024. profissão: Agricultor

Maria das Graças: 19/agosto2023. profissão: aposentada.

Cláudio dos Ramos: 12/janeiro/2024. profissão: sapateiro artesanal.

Sérgio Lopes: 13/janeiro/2024. profissão: sapateiro

Adamastor Santiago: 25/agosto/2024. profissão: Sindicalista

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UFCG



Continuação do Parecer: 6.224.052

sem recomendação

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2148666.pdf	12/07/2023 17:08:47		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo.docx	12/07/2023 17:08:10	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCP3.pdf	12/07/2023 17:06:49	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Outros	entrevista_.docx	12/07/2023 17:05:43	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Orçamento	detalhamento.docx	22/06/2023 11:07:07	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Janderson.docx	16/06/2023 11:45:12	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Outros	cronograma.docx	16/06/2023 11:34:53	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Outros	Bibliografia.docx	16/06/2023 11:34:01	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Outros	termo_orientador.pdf	16/06/2023 11:10:02	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_PB.pdf	16/06/2023 11:07:01	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito
Folha de Rosto	termo.pdf	30/05/2023 18:18:20	JOSE JANDERSON DE BRITO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.  
 Bairro: São José CEP: 58.107-670  
 UF: PB Município: CAMPINA GRANDE  
 Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

Parecer consubstanciado do Hospital Universitário UFCG autorizando o prosseguimento dessa pesquisa.